



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ministério da Justiça

SEDH/CDP

00017.000003/2005-87

/ / | :

INTERESSADO:

ANTÔNIO TOMÉ DA SILVA (virmar)

ASSUNTO:

SEBASTIÃO TOMÉ DA SILVA

CÓDIGO:

OUTROS DADOS:

End.: Rua Abolicas, 224 - Bairro Canaã
 Cep: 35.164-129 Ipatinga - MG

MOVIMENTAÇÕES

S _E Q.	SIGLA	CÓDIGO	DATA	S _E Q.	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01			/ /	15			/ /
02			/ /	16			/ /
03			/ /	17			/ /
04			/ /	18			/ /
05			/ /	19			/ /
06			/ /	20			/ /
07			/ /	21			/ /
08			/ /	22			/ /
09			/ /	23			/ /
10			/ /	24			/ /
11			/ /	25			/ /
12			/ /	26			/ /
13			/ /	27			/ /
14			/ /	28			/ /

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS:

Contatos: Antônio Tomé (31) 9667.7832
 Wilson Ambrosio (31) 3826.0235 } virmar

161/04
28/09/04SERVIÇO NACIONAL DE PROTOCOLO
- SENAPRO -

À
COMISSÃO ESPECIAL DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS
SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS
BRASÍLIA-DF



Ref: Indenização por morte decorrente de repressão policial em manifestação pública.

Ministério da Justiça

Digníssimos Senhores,

SEDH/CDP

00017.000003/2005-87

/ / | :

ANTÔNIO TOMÉ DA SILVA, brasileiro, divorciado, aposentado, filho de José Tomé de Araújo e Geralda Cristina da Silva, portador da Carteira de Identidade de nº. M-2. 629.465- SSP MG, CPF 179.935.986-72, residente na R. Abdias, 224, Bairro Canaã, nesta cidade de Ipatinga, estado de Minas Gerais, em conformidade com o estabelecido nas **Lei nº 9.140 de 04 de dezembro de 1995** e **Lei nº 10.536 de 14 de agosto de 2002** e ainda ancorado pela **lei 10.875/2004**, por si próprio e representando os irmãos **WILSON AMBRÓSIO**, brasileiro, aposentado, casado, portador da Carteira de Identidade nº MG-3.838.123 SSP MG, CPF 173.013.516-15, residente na R. Abdias, 224 Bairro Canaã, Ipatinga – MG e **ENEDINA TOMÉ DA SILVA**, brasileira, solteira, do lar, portadora da Carteira de Trabalho nº 15.885 série 0143/MG, residente na R. Vinte, 34 Bairro Canaã, Ipatinga – MG, conforme procuração por instrumento público em anexo.

Vem, perante os ilustres membros e julgadores desta estimada Comissão Especial, como parte legítima, uma vez que os pais já são falecidos, **REQUERER** a devida **INDENIZAÇÃO POR MORTE** do irmão do requerente **Sr. SEBASTIÃO TOMÉ DA SILVA**, em decorrência dos fatos a seguir relatados:

Na data de 07 de outubro de 1963, a cidade de Ipatinga foi palco de um evento sangrento, ocasionado por uma violenta repressão militar à greve dos trabalhadores da empresa Usinas Siderúrgicas Intendente Câmara de Minas Gerais - **USIMINAS** do Grupo Siderbrás, quando de sua fundação e implantação nesta cidade. Esse dia é reconhecido pelas autoridades institucionais e principalmente

pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais como o dia do "**MASSACRE DE IPATINGA**"



No referido evento, os policiais militares, por ordem do comando geral da Polícia Militar e do Governo do Estado e ainda em acordo com o Governo Federal, com o objetivo de sufocar a greve, agiram com brutal violência, abrindo fogo contra o grupo de trabalhadores, que encontrava-se completamente sem defesa, e sem esboçar nenhuma ameaça a ordem pública. O episódio resultou em várias mortes, muitos operários sofreram mutilações e outros ainda encontram-se desaparecidos.

Era sim, este 07 de outubro de 1963 um ensaio para consolidação do golpe militar de 1964, quando se impôs o governo militar mediante a repressão a reações populares livres e democráticas.

Dentre as vítimas fatais, figura o Sr. **SEBASTIÃO TOMÉ DA SILVA**, irmão do requerente, que em decorrência dos disparos de arma de fogo dos policiais militares veio a falecer no dia 07 (sete) do mês de outubro do ano de 1963. A vítima era operário da USIMINAS, que juntamente com os demais empregados reivindicavam melhorias diante da péssima condição de vida oferecida pela empresa. Foi brutalmente assassinado, sendo metralhado por policiais militares, que calaram a voz que clamava por justiça social. O seu corpo, foi levado pelos colegas de trabalho ao escritório central da empresa e colocado sob a mesa do engenheiro Gil Guatimosim, sob forma de um estranho protesto. O nome da vítima figura na lista oficial de mortos do evento, conforme documentação em anexo.

A família da vítima jamais recebeu qualquer amparo ou indenização pelo assassinato brutal, sendo que a mãe do falecido não chegou a auferir sequer a pensão por morte, vivendo em um estado de extrema dificuldade financeira, uma vez que o jovem falecido era o arrimo da casa, na qualidade de filho mais velho.

A vítima faleceu no estado civil de solteiro, não deixando nenhum filho. Os pais já são falecidos, sendo o requerente e os irmãos, outorgantes da procuração, portanto, partes legítimas para requerer a presente INDENIZAÇÃO, na qualidade de colaterais.

Diante do exposto, como irmão, amparado pelas legislações já descritas, **REQUER**, a indenização, a qual considera de direito líquido e certo, para a reparação da atrocidade cometida pelo Estado contra o ente querido. Junta, neste

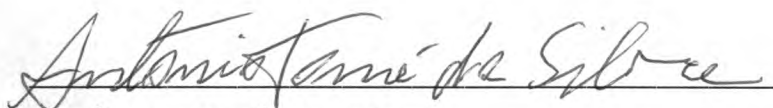
ato, os documentos necessários para a prova da ocorrência do evento, bem como comprovação da legitimidade do parentesco, conforme rol abaixo apresentado.



Dessa forma, espera, seja por parte dos pares dessa estimada **COMISSÃO ESPECIAL**, reparado esse crime cometido pelo Estado contra a vítima **SEBASTIÃO TOMÉ DA SILVA**, para que se restabeleça a verdadeira Justiça que caracteriza um Estado Democrático de Direito.

Termos em que
Pede Deferimento

Ipatinga, 25 de agosto 2004


ANTÔNIO TOMÉ DA SILVA

ROL DE DOCUMENTOS

- 1 - Certidão de óbito da vítima
- 2- Certidão de Casamento do Requerente
- 3 - Certidão de óbito da mãe da vítima
- 4 - Certidão de nascimento da irmã do requerente ENEDINA TOMÉ DA SILVA
- 5- Certidão de casamento do irmão WILSON AMBRÓSIO
- 6- Procuração por instrumento público
- 7- Cópias de documentos pessoais do requerente – CI e CPF
- 8 – Cópia do documento de identidade de trabalho da vítima
- 9 - Relatório do depoimento prestado à psicóloga Eva Maria dos Reis Gomes
- 10 -Cópia do partes do livro "Massacre de Ipatinga" de autoria de Carlindo Marques, prefaciado pelo Exmo Sr. Nilmário Miranda Secretário de Direitos

11 - Apostila - Especial dos 40 anos de Ipatinga- autoria de Paulo Assis, estudante de jornalismo da UFMG.

12-Pesquisa - Ipatinga - Memória de uma luta - feita por estudantes da Universidade Católica de Minas Gerais.

13- Cópia de notícia veiculada no Jornal Diário da Tarde em 13.09.1999 com o título: "Ipatinga quer reabrir o massacre de 63".



À
COMISSÃO ESPECIAL DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS
SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS
BRASÍLIA-DF



Ref: Indenização por morte decorrente de repressão policial em manifestação pública.

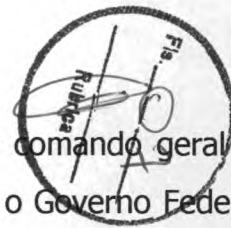
Digníssimos Senhores,

ANTÔNIO TOMÉ DA SILVA, brasileiro, divorciado, aposentado, filho de José Tomé de Araújo e Geralda Cristina da Silva, portador da Carteira de Identidade de nº. M-2. 629.465- SSP MG, CPF 179.935.986-72, residente na R. Abdias, 224, Bairro Canaã, nesta cidade de Ipatinga, estado de Minas Gerais, em conformidade com o estabelecido nas **Lei nº 9.140 de 04 de dezembro de 1995** e **Lei nº 10.536 de 14 de agosto de 2002** e ainda ancorado pela **lei 10.875/2004**, por si próprio e representando os irmãos **WILSON AMBRÓSIO**, brasileiro, aposentado, casado, portador da Carteira de Identidade nº MG-3.838.123 SSP MG, CPF 173.013.516-15, residente na R. Abdias, 224 Bairro Canaã, Ipatinga – MG e **ENEDINA TOMÉ DA SILVA**, brasileira, solteira, do lar, portadora da Carteira de Trabalho nº 15.885 série 0143/MG, residente na R. Vinte, 34 Bairro Canaã, Ipatinga – MG, conforme procuração por instrumento público em anexo.

Vem, perante os ilustres membros e julgadores desta estimada Comissão Especial, como parte legítima, uma vez que os pais já são falecidos, **REQUERER** a devida **INDENIZAÇÃO POR MORTE** do irmão do requerente **Sr. SEBASTIÃO TOMÉ DA SILVA**, em decorrência dos fatos a seguir relatados:

Na data de 07 de outubro de 1963, a cidade de Ipatinga foi palco de um evento sangrento, ocasionado por uma violenta repressão militar à greve dos trabalhadores da empresa Usinas Siderúrgicas Intendente Câmara de Minas Gerais - **USIMINAS** do Grupo Siderbrás, quando de sua fundação e implantação nesta cidade. Esse dia é reconhecido pelas autoridades institucionais e principalmente

pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais como o dia do "**MASSACRE DE IPATINGA**"



No referido evento, os policiais militares, por ordem do comando geral da Polícia Militar e do Governo do Estado e ainda em acordo com o Governo Federal, com o objetivo de sufocar a greve, agiram com brutal violência, abrindo fogo contra o grupo de trabalhadores, que encontrava-se completamente sem defesa, e sem esboçar nenhuma ameaça a ordem pública. O episódio resultou em várias mortes, muitos operários sofreram mutilações e outros ainda encontram-se desaparecidos.

Era sim, este 07 de outubro de 1963 um ensaio para consolidação do golpe militar de 1964, quando se impôs o governo militar mediante a repressão a reações populares livres e democráticas.

Dentre as vítimas fatais, figura o Sr. **SEBASTIÃO TOMÉ DA SILVA**, irmão do requerente, que em decorrência dos disparos de arma de fogo dos policiais militares veio a falecer no dia 07 (sete) do mês de outubro do ano de 1963. A vítima era operário da USIMINAS, que juntamente com os demais empregados reivindicavam melhorias diante da péssima condição de vida oferecida pela empresa. Foi brutalmente assassinado, sendo metralhado por policiais militares, que calaram a voz que clamava por justiça social. O seu corpo, foi levado pelos colegas de trabalho ao escritório central da empresa e colocado sob a mesa do engenheiro Gil Guatimosim, sob forma de um estranho protesto. O nome da vítima figura na lista oficial de mortos do evento, conforme documentação em anexo.

A família da vítima jamais recebeu qualquer amparo ou indenização pelo assassinato brutal, sendo que a mãe do falecido não chegou a auferir sequer a pensão por morte, vivendo em um estado de extrema dificuldade financeira, uma vez que o jovem falecido era o arrimo da casa, na qualidade de filho mais velho.

A vítima faleceu no estado civil de solteiro, não deixando nenhum filho. Os pais já são falecidos, sendo o requerente e os irmãos, outorgantes da procuração, portanto, partes legítimas para requerer a presente INDENIZAÇÃO, na qualidade de colaterais.

Diante do exposto, como irmão, amparado pelas legislações já descritas, **REQUER**, a indenização, a qual considera de direito líquido e certo, para a reparação da atrocidade cometida pelo Estado contra o ente querido. Junta, neste

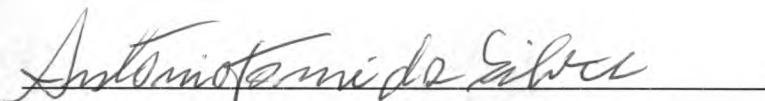
ato, os documentos necessários para a prova da ocorrência do evento, bem como comprovação da legitimidade do parentesco, conforme rol abaixo apresentado.



Dessa forma, espera, seja por parte dos pares dessa estimada **COMISSÃO ESPECIAL**, reparado esse crime cometido pelo Estado contra a vítima **SEBASTIÃO TOMÉ DA SILVA**, para que se restabeleça a verdadeira Justiça que caracteriza um Estado Democrático de Direito.

Termos em que
Pede Deferimento

Ipatinga, 25 de agosto 2004


ANTÔNIO TOMÉ DA SILVA

ROL DE DOCUMENTOS

- 1 - Certidão de óbito da vítima
- 2- Certidão de Casamento do Requerente
- 3 - Certidão de óbito da mãe da vítima
- 4 - Certidão de nascimento da irmã do requerente ENEDINA TOMÉ DA SILVA
- 5- Certidão de casamento do irmão WILSON AMBRÓSIO
- 6- Procuração por instrumento público
- 7- Cópias de documentos pessoais do requerente – CI e CPF
- 8 – Cópia do documento de identidade de trabalho da vítima
- 9 - Relatório do depoimento prestado à psicóloga Eva Maria dos Reis Gomes

10 -Cópia do partes do livro "Massacre de Ipatinga" de autoria de Carindo Marques, prefaciado pelo Exmo Sr. Nilmário Miranda Secretário de Direitos Humanos, onde figura o esposo da requerente como vítima do evento.



11 - Apostila - Especial dos 40 anos de Ipatinga- autoria de Paulo Assis, estudante de jornalismo da UFMG.

12-Pesquisa – Ipatinga - Memória de uma luta – feita por estudantes da Universidade Católica de Minas Gerais.

13- Cópia de notícia veiculada no Jornal Diário da Tarde em 13.09.1999 com o título: "Ipatinga quer reabrir o massacre de 63".

74-8-p 10/159

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Minas
Comarca
Distrito



Gerais
Timóteo
Sede



CARTÓRIO MENDONÇA

REGISTRO CIVIL

TEL.: (31) 3848-3814

Orlando Alves Mendonça
Titular

Laura Maria Viana Mendonça
Sub-Oficial

CERTIDÃO DE ÓBITO

LIVRO: 08-C FOLHAS: 015 TERMO: 7170

CERTIFICO que o livro, folhas e termo citados do registro de óbito do cartório a meu cargo consta o assento referente a:

***** SEBASTIÃO TOMÉ DA SILVA *****

Falecido(a) aos sete (07) de outubro de mil novecentos e sessenta e três (1.963), às 08:30 horas ; ocorrido na Usiminas, neste Município - MG //

do sexo: masculino, de cor: preta //

de profissão: industrial //

natural de Guanhães - Minas Gerais //

com vinte e um (21) anos de idade //

estado civil: solteiro //

filho(a) de José Tomé de Araújo & Geralda Cristina da Silva //

declarante(s): Mateus Pereira Pinto //

obito atestado pelo Dr. Hercílio Costa Lage //

Causa da morte: " Lesões Encefálica, dando ferimento penetrante no crânio por projétil de arma de fogo " //

sepultado(a) no Cemitério desta Vila - Timóteo - MG //

Testemunhas: as regulamentares //

Observação: Nada mais declarou.

*** 2ª via ***

O referido é verdade do que dou fé.

Timóteo, 06 de julho de 2004.

SVM



Orlando Alves Mendonça - Titular



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS



REGISTRO CIVIL DE IPATINGA
ROBERTO LUIZ DE BARROS CASTRO
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL
CERTIDÃO DE CASAMENTO



LIVRO.....: 008
FOLHA.....: 093
TERMO.....: 003185

CERTIFICO que, do livro, termo e folha citados, de assentos de casamentos do cartório a meu cargo, consta que, perante o Juiz competente e as testemunhas legais, foi celebrado, sob o regime de comunhão de bens, no dia 15 de julho de 1972, o ato do casamento de

ANTONIO TOMÉ DA SILVA//
com ALVERINA MARIA DE OLIVEIRA//
que passou a assinar
ALVERINA MARIA DE OLIVEIRA SILVA//
Ele, nascido em Guanhães, MG//
no dia 24 de janeiro de 1949//
filho de JOSÉ TOMÉ DE ARAÚJO//
e GERALDA CRISTINA DA SILVA//
Ela, nascida em Sobrália, MG//
no dia 08 de outubro de 1950//
filha de OLEGÁRIO DE OLIVEIRA//
e MARIA DA CONCEIÇÃO DE JESUS//

Observações Por mandado judicial expedido pela MM Juíza de Direito da 2ª Vara desta Comarca de Ipatinga, Drª. Valéria Vieira Alves, autos 10074, sentença proferida em 30/08/88, foi decretada a SEPARAÇÃO CONSENSUAL do casal, voltando a separanda a usar o nome de solteira, ou seja: ALVERINA MARIA DE OLIVEIRA. (averbado em 23/04/97). Por mandado judicial expedido pela MM Juíza de Direito da 2ª Vara desta Comarca, Drª. Valéria Vieira Alves, sentença proferida em 27/03/96, foi decretada a CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO. Dou fé. (averbado aos 23/04/97).

O referido é verdade, do que dou fé.
Ipatinga, 09 de setembro de 1997

Santa Maria de Barros Castro
Substituta

AP 74-80 12/155

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DE MINAS GERAIS REGISTRO CIVIL DE IPATINGA

OFICIAL BEL. ROSE MARY DE PAULA SOARES

Oficiais substitutos: Marcela Soares de Paula Pinto
Lúcio Leite da Costa

CERTIDÃO DE ÓBITO

LIVRO... 14 -C
FOLHA... 180
TERMO... 7411

CERTIFICO que neste Serviço Registral foi lavrado termo de Óbito

Aos quinze(15) de Fevereiro(02) de um mil e novecentos e oitenta e cinco (1985) /

Edson Luiz de Matos //

compareceu neste serviço registral e declarou, exibindo atestado médico

firmado pelo Doutor(a) por duas testemunhas, CRM // /

que no dia quinze(15) de Fevereiro de um mil e novecentos e oitenta e cinco(1985) /

às 08:00 Horas /

em consequência de ignorada /

sem assistência médica /

em , Ipatinga, MG /

faleceu GERALDA CRISTINA DA SILVA /

do sexo Feminino, estado civil Solteira /

com 76 Anos de Idade /

natural de Dolores de Guimarães MG /

com a profissão de aposentada /

filha de

MARIA FRANCISCA DOS SANTOS /

Declarou ignorar se deixa ou não bens a inventário /

e que o corpo foi sepultado em Cemitério De Ipatinga, MG /

A falecida era nascida aos 01/01/1909.// //

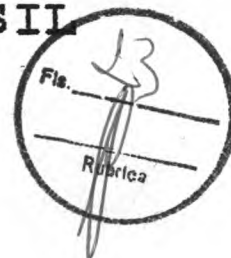
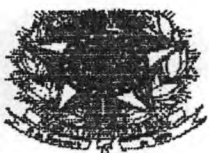
O referido é verdade, do que dou fé.

Ipatinga, 12 de Julho de 2004.


Bel. Rose Mary de Paula Soares
Oficial de Registro Civil



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS



REGISTRO CIVIL DE IPATINGA
ROBERTO LUIZ DE BARROS CASTRO
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL
CERTIDÃO DE NASCIMENTO

LIVRO: 10
FONE: (31) 3822-3344
FOLHA.....: 425

TERMO.....: 11249

CERTIFICO que do livro, termo e folha citados do registro de nascimentos do cartório a meu cargo consta o assento referente a

ENEDINA TOMÉ DA SILVA//

do sexo Feminino//

Nascida em Guanhães, MG//
No dia quatro(04) de julho//
de mil e novecentos e cinquenta e dois(1952)//

Filha de JOSÉ TOMÉ DE ARAÚJO//
e GERALDA CRISTINA DA SILVA//

Avós Paternos JOÃO TOMÉ DE ARAÚJO//
e RITA JACINTA DE JESUS//

Avós Maternos TERTULIANO DA SILVA//
e MARIA FRANCISCA DOS SANTOS//

Declarante GERALDA CRISTINA DA SILVA//

Registrado em 20 de abril de 1965//

Observações: crc/rlbc.

O referido é verdade, do que dou fé.

Ipatinga, 04 de outubro de 2002.

Drª Maria Aguiar Otoni de Barros Castro
SUBSTITUTA



1074.8 114/155

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Minas
Município
Comarca
Distrito



Gerais
Timóteo
Cel. Fabriciano
Sede



CARTÓRIO MENDONÇA

2ª VIA

REGISTRO CIVIL E NOTAS

FONES: 848-1937 - 848-3814

ORLANDO ALVES MENDONÇA
TITULAR
Laura Maria Viana Mendonça
SUB-OFICIAL

Sônia Regina Cavaliéri
ESCREVENTE

CERTIDÃO DE CASAMENTO

CERTIFICO que, sob o n.º 4403, às fls. 218, do livro n.º 15
de Registro de Casamentos, verifiquei constar que no dia 25 de Abril de 1.970, foi
feito o casamento de "/ WILSON AMBROSIO /"
& "/ NEUZA MARIA DE ARAÚJO /"
contraído perante o Juiz Domingos Leandro da Silva
e as testemunhas As regulamentares

Ele, nascido em Guanhães - MG
aos 07 de Dezembro de 1941
profissão - Pintor -, residente e domiciliado
em Ipatinga - MG, filho de
JOSÉ TOMÉ DE ARAÚJO E DA GERALDA CRISTINA DA SILVA

Ela, nascida em Tarumirim - MG
aos 02 de Março de 1948
profissão - Do lar -, residente e domiciliada
Nesta Cidade de Timóteo - MG, filha de
JOÃO EVANGELISTA DE ARAÚJO E DA ANA BÁRBARA DE PAULA

a qual passou assinar-se "/ O MESMO NOME DE SOLTEIRA /"
Foram apresentados os documentos a que se refere o art. 180 N.º 1, 2 e 4
do Código Civil.

Observações: Adotaram o regime da "COMUNHÃO DE BENS"

O referido é verdade, do que dou fé.

Timóteo, 08 / 10 / 19 86

MCA

ORLANDO ALVES MENDONÇA - Titular



Titular

• Bel. Wander de Barros Quintão

Substitutos

• Bel^{le} Célia Lopes Perígolo Barros Quintão
 • Humberto Manoel de Barros Castro
 • Robson Miranda de Oliveira

• Wellington Rodrigues Andrade
 • Pedro Acenir Coelho de Assis
 • Lorena Perígolo Barros Quintão



PRIMEIRO
TABELIONATO
DE NOTAS

IPATINGA/MG

Livro:312 P

Folha 084

INSTRUMENTO PÚBLICO DE PROCURAÇÃO, bastante que fazem:
 Sr^a ENEDINA TOMÉ DA SILVA E OUTRO, na forma abaixo:

SAIBAM quantos este instrumento público de procuração virem que, ao(s) 24 (vinte e quatro) dia(s) do mês de agosto do ano de 2004 (dois mil e quatro) nesta Cidade de Ipatinga, no Estado de Minas Gerais, no Primeiro Tabelionato de Notas à Rua Belo Horizonte, nº 177, Centro, compareceram como outorgantes Sr^a **ENEDINA TOMÉ DA SILVA**, brasileira, do lar, solteira, Carteira de Trabalho nº 15.885 série 0143/MG, residente e domiciliada na Rua Vinte, nº 34, Bairro Planalto II, Ipatinga, Minas Gerais e Sr. **WILSON AMBROSIO**, brasileiro, aposentado, casado, Carteira de Identidade nº MG-3.838.123 SSP/MG, CPF nº 173.013.516-15, residente e domiciliado na Rua Abdias, nº 224, Bairro Canaã, Ipatinga, Minas Gerais, presente pessoas, juridicamente capazes, reconhecidos e identificados por mim Tabelião, à vista dos documentos que me foram apresentados, do que dou fé. E a seguir, pelos outorgantes me foi dito, que por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seu bastante procurador Sr. **ANTONIO TOMÉ DA SILVA**, brasileiro, aposentado, divorciado, Carteira de Identidade nº M-2.629.465 SSP/MG, CPF nº 179.935.986-72, residente e domiciliado na Rua Abdias, nº 224, Bairro Canaã, Ipatinga, Minas Gerais, a quem confere poderes para foro em geral, especialmente para representar os outorgantes junto a qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, Repartições Públicas Federal, Estadual, Municipal, Autárquicas, inclusive perante a Comissão Especial da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e onde com esta se apresentar com o fim especial de requerer e receber indenização prevista na Lei 10.875/04 em razão do falecimento de **SEBASTIÃO TOMÉ DA SILVA** (irmão dos outorgantes e do procurador), ocorrido aos 07/10/1963 na Usiminas, Ipatinga, Minas Gerais, no estado civil de solteiro, conforme Certidão de Óbito extraída do livro 08-C, folhas 015, termo 7170, expedida aos 06/07/2004 (2ª via) pelo Cartório de Registro Civil Mendonça de Timóteo-MG; podendo apresentar e produzir provas e documentos; prestar declarações; assumir compromissos; requerer e assinar o que lhe convier; concordar, discordar, recorrer, transigir, impugnar; pedir esclarecimentos; fazer propostas e contra propostas, mover ações e defender as que lhe forem propostas, fazer acordos, efetuar pagamentos mediante recibos; receber quaisquer importâncias, dar recibos e quitações, receber e/ou solicitar intimações e/ou citações, firmar correspondências, e tudo mais que se julgar necessário ao completo desempenho deste mandato, inclusive substabelecer. Assim o disse, do que dou fé e me pediu este instrumento, que lhe lavrei nas minhas notas, lendo-o aos outorgantes, e, tendo achado conforme, outorgaram, aceitaram e assinaram, dispensada a presença de testemunhas, com base na Lei Federal nº 6.952 de 06/11/1981, do que dou fé. (aa) ENEDINA TOME DA SILVA, WILSON AMBROSIO; Bel. Wander de Barros Quintão. Traslada em seguida.

Ipatinga, 24/08/04.

EM TESTO. DA VERDADE.

Tabelião,

Bel. Wander de Barros Quintão
 Titular



no 74.8 p 16/159



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição
179.935.986-72

Nome
ANTONIO TOME DA SILVA

Nascimento
24/01/1949



(CEDULA DE IDENTIDADE)

IPATINGA



POLEGAR DIREITO

Antonio Tome da Silva
ASSINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

MAR/2001

 **CORREIOS**
www.correios.com.br

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL **M-2.629.465**

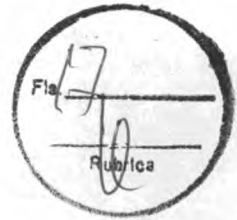
NOME **ANTONIO TOME DA SILVA**

FILIAÇÃO **José Tomé de Araújo
Geralda Cristine de Silva**

Guimarães M. **24.01.1949**

10.11.1980

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)



Seção ADM/UVOC
 Função SECRETARIO
 Data de admissão 20.01.1967
 Válido até 1/1/1968
Selma Tavares da Silva
 Assinatura do Empregado
 Chefe - Depart. Administrat.

INDUSTRIAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S.A.
USIMINAS
 Nome JOSE CARLOS DA SILVA
 Chapa 121



RELATÓRIO DE DEPOIMENTO

MASSACRE DE IPATINGA - 7 DE OUTUBRO DE 1963

Em 7 de outubro de 1963 os moradores da cidade de Ipatinga vivenciaram um momento de confronto coletivo desencadeando um massacre na cidade, produto do processo de questionamentos e protestos dos funcionários da USIMINAS no contexto das relações de trabalho na empresa. As queixas giravam em torno das agressões que, segundo os mesmos foram efetuadas contra eles pelos policiais militares na noite anterior. Em um movimento promovido pelos funcionários que exibiam as marcas físicas das agressões citadas e protestavam contra os maus tratos, policiais armados, dão início a um tiroteio que por não ter um alvo certo, faz vítimas em vários pontos das áreas físicas próximas à empresa. Como consequência, um numero significativo da população foi atingido com ferimentos graves e mortos que deixaram familiares desprovidos de seus mantenedores.

Neste contexto se encontra a família do Sr. Sebastião Tomé da Silva, residente no Centro da cidade de Timóteo em MG que esteve presente no movimento grevista quando foi atingido por um projétil que lhe feriu a região do crânio.

O Sr. Sebastião Tomé da Silva, chegou em Timóteo em 1963, oriundo de Pingo de Água em Bom Jesus do Galho, em busca de melhores condições de trabalho. Foi admitindo no mesmo ano na empresa USIMINAS como ajudante. Em seguida ao iniciar neste trabalho trouxe a mãe viúva e seis irmãos em função de ser considerado arrimo de família e responder pela manutenção dos irmãos que se encontravam todos em idade inferior a 18 anos.

No dia 07 de outubro de 1963, Sr. Sebastião Tomé da Silva, se dirige para o local de trabalho, rotina que se repetia desde que começou a prestar serviços nesta empresa, quando ao chegar no local da foi impedido de entrar na área. Mediante impedimento preferiu se manter nas imediações aguardando o resultado das negociações e decisões de sua chefia sobre o retorno ao trabalho. Enquanto esperava foi atingido por um projétil que lhe perfurou a região do crânio levando-o à morte no mesmo local. Seu corpo foi levado para o escritório central da USIMINAS e a posteriori encaminhado para a casa da família na cidade de Timóteo onde foi sepultado. Deixou sua mãe e seus irmãos. Atualmente sobreviveram 3 irmãos, a mãe e outros três faleceram.

As informações contidas neste relatório foram adquiridas em entrevista com Antônio Tomé da Silva, irmão da vítima, realizada por Eva Maria dos Reis Gomes no dia 19 de Julho de 2004.

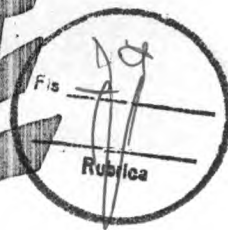
Ipatinga, 19 de Julho de 2004

Antônio Tomé da Silva
Familiar

Eva Maria dos Reis Gomes
Psicóloga

CARLINDO MARQUES PEREIRA

O MASSACRÊ



DE IPATINGA

OS MORTOS

Eis a lista dos mortos, fornecida pela Usiminas, constando um número de 7:

Aides Dias Carvalho — Usiminas — filho de João Dias de Carvalho e Maria Motta — natural de Aimorés, MG.

Sebastião Tome da Silva — Usiminas — filho de Geralda Cristina da Silva — natural de Guanhães, MG.

Geraldo Rocha — Usiminas.

Antonio José Reis — CONVAP.

Alvio Ferreira Felipe — A.B. Cavalcanti.

Gilson Miranda — da EBSE.

Uma criancinha de três meses não identificada⁶.

OS FERIDOS

INTERNADOS NO AMBULATÓRIO DA USIMINAS:

Antonio Dilson Sales — Usiminas — chapa 10.814;
 Austeno Manoel Coelho — Usiminas — chapa 5.801;
 Cícero Alves — Usiminas — chapa 10.786;
 Dilton da Silva — Usiminas — chapa 10.522;
 Devenir Gomes Silva — Usiminas — chapa 10.756;
 Edson Generoso Coelho — Usiminas — chapa 10.807;
 Irineu Melo Almeida — Usiminas — chapa 10.709;
 Isolino Salvador Rosa — Usiminas — chapa 10.630;
 José Moreira Gomes — Usiminas — chapa 10.628;
 João Nascimento — Usiminas — chapa 11.019;
 João Elias Souza — Usiminas — chapa 2.703;
 José Oliveira Mendes — Usiminas — chapa 10.560;
 José Fabiano Cordeiro — Usiminas — chapa 10.499;
 José Raimundo Mafra — Usiminas — chapa 10.638;
 Joaquim do Carmo Siqueira — Usiminas — chapa 10.787;
 José Ribeiro Guimarães — Usiminas — chapa 9.787;
 João Batista de Resende — Usiminas — chapa 10.622;
 José Esteves da Silva — Usiminas — chapa 10.567;
 José Eugênio Almeida — Usiminas — chapa 10.708;
 José Martins Silva — Usiminas — chapa 10.438;
 Jésus Bitencourt Braga — Usiminas — chapa 10.406;
 Luis Carlos — Usiminas — chapa 10.556;
 Mário Lúcio Costa — Usiminas — chapa 10.972;
 Manuel Queirós Neto — Usiminas — chapa 9.921;
 Manuel R. de Oliveira — Usiminas — chapa 10.624;
 Onofre Santiago Carvalho — Usiminas — chapa 10.548;

6. Eliane Martins, que foi metralhada nos braços da mãe, quando saía de um ambulatório médico, junto ao escritório central da Usiminas.

Paulo Cláudio — Usiminas — chapa 10.994;
 Pedro Nogueira Souza — Usiminas — chapa 10.256;
 Pedro Paulo Castro — Usiminas — chapa 10.254;
 Raimundo Nonato Vitoriano — Usiminas — chapa 10.973;
 Ricardo Resende Rocha — Usiminas — chapa 10.711;
 Roberto Barros — Usiminas — chapa 11.018;
 Sebastião Barbosa Coutinho — Usiminas — chapa 10.673;
 Sebastião Mariano — Usiminas — chapa 10.995;
 Salomão Freitas — Usiminas — chapa 10.632.

AINDA NO AMBULATÓRIO DA USIMINAS:

Walter Arci — Usiminas — chapa 19.674;
 José Rodrigues Santos — A.B. Cavalcanti — chapa 9.970;
 Ivan Ferreira da Costa — Usiminas — chapa 9.719;
 José Maria de Almeida — Usiminas — chapa 4.610;
 João Ferreira da Silva — A.B. Cavalcanti — chapa 9.866;
 José das Graças Oliveira — A.B. Cavalcanti — chapa 9.478;
 José Silveira do Couto — Usiminas;
 Josias Mariano — Usiminas;
 José Pereira Filho — Usiminas;
 Jurandir Macário — Fichet;
 Romualdo Mendes Silva — Nacional;
 Misaque Bernardino Ribeiro — Usiminas;
 Misande Oliveira Souza — Ecisa — chapa sem número.

INTERNADOS NA CASA DE SAÚDE SANTA TERESINHA, DE IPATINGA:

José Rodrigues dos Santos — A.B. Cavalcanti;
 José Isabel Nascimento — Fichet;
 José Vila Nova — Usiminas — chapa 3.041;
 Sra. Julieta — esposa de um funcionário da Convap.

INTERNADOS NA CASA DE SAÚDE DE CORONEL FABRICIANO:

Antônio Venâncio de Araújo,
 Alípio Siqueira,
 Agenor Napoleão Oliveira,
 Antonio Favato,
 Elias Silvino de Souza,
 Francisco João Souza,
 Ilde Ferreira dos Santos,
 Hélio Gomes,
 Yokio Kashakar,
 José João de Souza,
 Jair Rosa,
 José Elias dos Santos,
 José Silvino,
 José Apinhão da Silva,
 José das Graças,



APRESENTAÇÃO

O "Massacre de Ipatinga" pode ser considerado sem exagero o episódio mais sangrento da história do movimento operário brasileiro. Uma greve pacífica dos metalúrgicos da USIMINAS, reprimida pela Polícia Militar em 7 de outubro de 1963 com brutalidade estarrecedora, redundou em dezenas de vítimas fatais (o número exato de mortos nunca pode ser precisado). A apuração das responsabilidades por esse crime foi interrompida pelo Golpe de 64, e o episódio deliberadamente sepultado na vala comum que as elites dominantes sempre reservaram para a memória da luta dos oprimidos.

Mas o ressurgimento da organização popular no Vale do Aço, como de resto em todo o país, recolocou na ordem do dia a elucidação e o resgate desse capítulo recente mas tão ocultado. A história nos mostra que os trabalhadores, cedo ou tarde, cobram seus mortos. De início surgiram alguns artigos na imprensa de resistência; em seguida, referências em teses e ensaios de pesquisadores vinculados às classes trabalhadoras. No 7 de outubro de 1983, vinte anos depois do "Massacre", uma comovente concentração reuniu em Ipatinga sindicatos, militantes pastorais, associações comunitárias e — com a presença de Lula — pela primeira vez, os companheiros assassinados foram publicamente homenageados.

Doravante, todos os anos esse dia será lembrado. Nasceu, em Ipatinga, a Sociedade Cultural 7 de Outubro, para homenagear a memória dos mortos no melhor estilo operário: conscientizando, ensinando, incentivando a organização dos trabalhadores.

Finalmente, com este livro de Carlindo Marques, jovem jornalista engajado nas lutas populares do Vale do Aço, fica definitivamente gravada esta página de horror e opróbrio para os responsáveis pela matança de operários desarmados.

Fui testemunha das dificuldades de Carlindo Marques para trazer à luz este livro. Desempregado, sem recursos e com pouca experiência de pesquisa, ele enfrentou e superou, com muito denôdo e perseverança, todos os obstáculos. Eis aqui o seu livro.

A Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária — SEGRAC — orgulha-se de ter colaborado, ainda que modestamente, para tornar possível a edição dessa obra, que contribui como valioso documento para o debate e a história política da classe trabalhadora.

Nilmário de Miranda

ESPECIAL
ESPECIAL
ESPECIAL
ESPECIAL
ESPECIAL
ESPECIAL
● ESPECIAL
ESPECIAL
ESPECIAL
ESPECIAL
ESPECIAL
● ESPECIAL
ESPECIAL
ESPECIAL
ESPECIAL

40

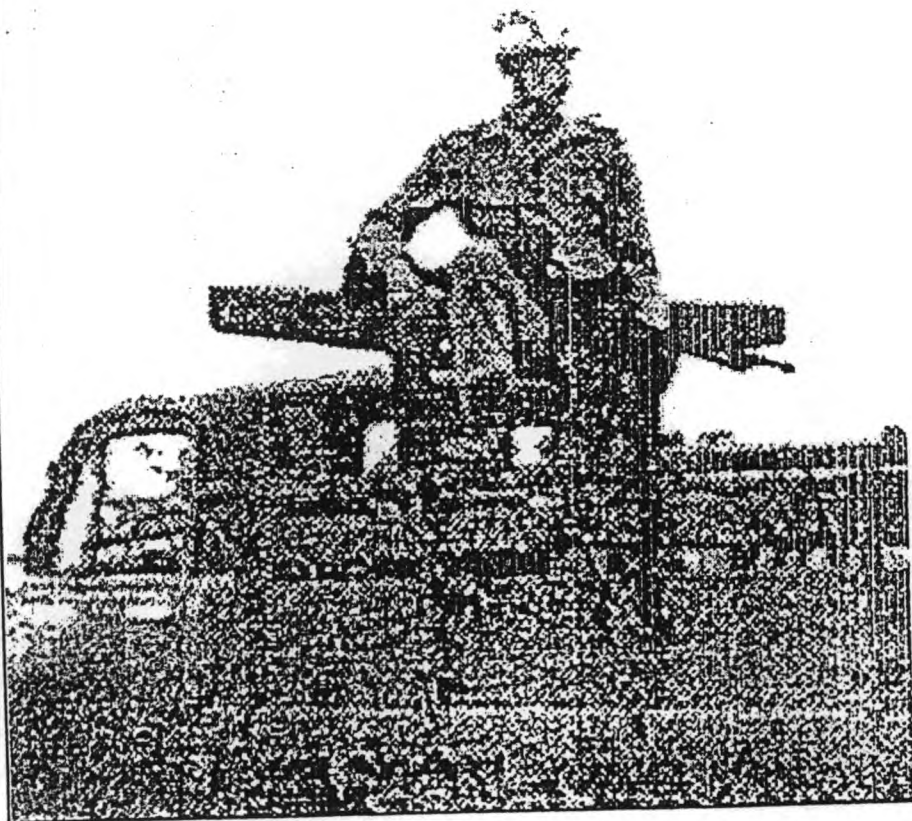


ANOS

MASSACRE

DE IPATINGA

estudante de jornalismo UFMG



AGRADECIMENTOS



Há dois anos e meio minha principal fonte sobre as histórias de Ipatinga se foi. Eram animadas e longas conversas sobre o início da construção de Ipatinga e região. Das dificuldades vividas por aqueles que ali buscavam prosperar junto com a implantação da siderúrgica Usiminas. Foram essas conversas, às vezes ao lado de uma cadeira de balanço, outras em uma cadeira comum, que me incentivaram a tentar resgatar um pouco da história da cidade onde não só eu, mas toda minha família cresceu. Essa reportagem é dedicada a ele, meu avô José Francisco de Assis, o popular Zé Calixto.

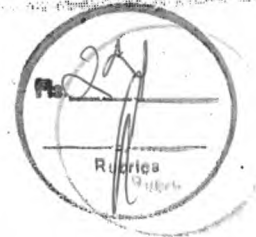
A meu pai que, mesmo reticente à idéia de eu ter feito o ensino médio científico para tentar o vestibular e escolhido uma área tão incerta quanto a de comunicação social, durante meus três anos em Belo Horizonte financiou minha estadia. O dinheiro nem sempre sobrava, mas a maioria das coisas na vida é conquistada com luta e sacrifícios. Não posso esquecer de minha mãe que sempre fazia comidas gostosas para levar de Ipatinga para Belo Horizonte. Do meu irmão que mesmo morando longe, em Brasília, me dava um apoio quando o dinheiro estava curto. Agradeço também o apoio da minha namorada Daniele que, distante 220 quilômetros, me acalmava nas horas de nervosismo.

Morar fora de casa foi uma experiência nova e de extrema importância. Agradeço a todos aqueles que dividiram o apartamento comigo e contribuíram para que eu aprendesse a conviver com as diferenças dos outros. Obrigado Filipe, Alisson, Renné e Luiz Gustavo. E a todos aqueles que não citei mas contribuíram para que eu cumprisse mais um estágio da minha vida, o meu muito obrigado.

Paulo Sérgio Silva de Assis

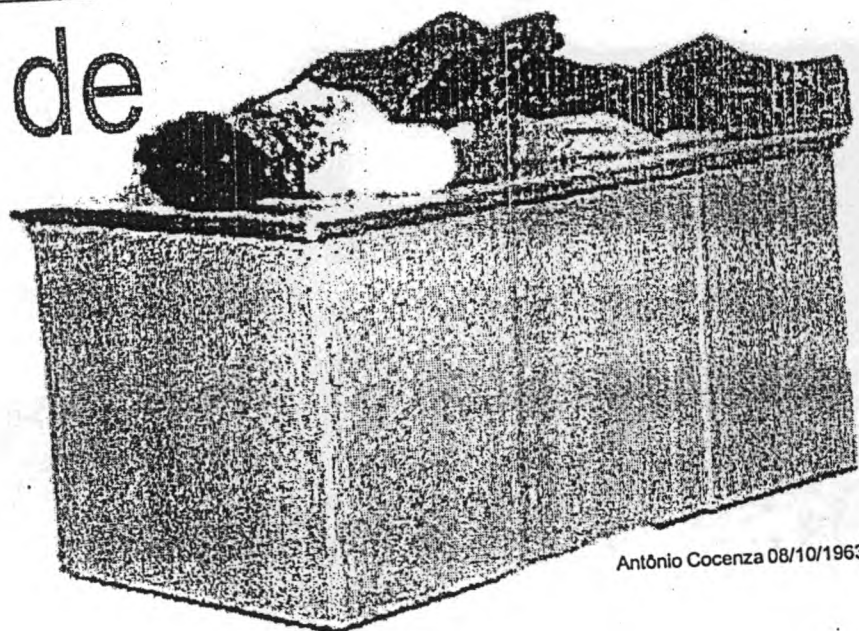
Ipatinga, 07 de outubro de 2003

EPISÓDIO É UMA DAS MAIORES CHACINAS DE TRABALHADORES NO PAÍS. OPERÁRIOS DA USIMINAS FORAM MORTOS QUANDO PROTESTAVAM CONTRA AGRESSÕES DE VIGILANTES E POLICIAIS. VÍTIMAS SERÃO HOMENAGEADAS HOJE



Massacre de Ipatinga completa 40 anos

PAULO ASSIS



Antônio Cocenza 08/10/1963

7 de outubro de 1963. Uma manhã nublada de segunda-feira. Na portaria da Usiminas, um conflito. De um lado, operários exibem marcas de agressões feitas por policiais durante a noite anterior. O sentimento: a revolta. Do outro, 17 PMs sobre um caminhão, armados com fuzis, pistolas e uma metralhadora giratória, vigiam o tumulto.

São quase 10h. Uma pedra é lançada da multidão. Um policial é atingido. Começa o tiroteio. A metralhadora dispara para todos os lados. As rajadas não têm alvo. Trabalhadores correm. Pulam em buracos. Tentam se esconder. Nem todos têm sorte. Cessam os tiros. Mortos e feridos espalhados pelo chão.

Os PMs tentam fugir. O caminhão não funciona. É preciso empurrá-lo para dar a partida. Na fuga, os tiros retornam. Qualquer pessoa pode ser metralhada. Ingênuos, dois primos - um alfaiate, o outro ambulante -

observavam o conflito. Com os tiros, tentam se esconder atrás de um monte de terra. Não adianta. Nas costas, uma bala acerta o alfaiate. Cai morto sobre o primo.

Na rota da fuga, o ambulatório da empresa. Lá, uma criança de 3 meses era vacinada. Ao sair, o bebê, no colo da mãe, é metralhado. Pelo caminho, os PMs matam mais pessoas e fogem. Acaba o tiroteio. O saldo oficial: 7 mortos e 78 feridos.

Revoltados, metalúrgicos pegam corpos de colegas mortos. Na sala do diretor de Relações Industriais da Usiminas são jogados. Um sobre a mesa (foto). O outro no chão. Aos gritos, dizem: "Você matou, você come!"

A reportagem ouviu pessoas envolvidas no episódio para reconstruir aquele 7 de outubro de 1963 que marcou a história de Ipatinga. Gente como Maria Dias Martins, esposa do operário Alvino Ferreira Felipe, morto e tido como mendigo cego pelas publicações sobre o "Massacre de Ipatinga".

HOMENAGENS

A Câmara Municipal de Ipatinga recebe hoje o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, e deputados da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Na audiência pública que ocorrerá às 15h, eles farão homenagens aos envolvidos no "Massacre de Ipatinga".

Durante a audiência, familiares de vítimas do 7 de outubro esperam obter informações sobre a reabertura do prazo para que parentes de mortos ou desaparecidos em manifestações políticas em vias públicas, no período entre 2 de setembro de 1961 e 15 de outubro de 1988, peçam indenização. A proposta está sendo estudada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Já o Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga prepara para às 19h30, no Centro Cultural Usiminas, no Shopping do Vale do Aço, a exibição do documentário "Outubro Vermelho", sobre o papel do metalúrgico no desenvolvimento de Ipatinga.

Véspera anunciou o massacre

VIOLÊNCIA DE VIGILANTES E POLICIAIS PROVOCOU MOBILIZAÇÃO DOS OPERÁRIOS NO DIA 7 DE OUTUBRO DE 1963. EX-MORADOR DO ALOJAMENTO INVADIDO PELA PM AFIRMA QUE POLICIAIS CHEGARAM ATIRANDO



Reprodução Arquivo Estado de Minas

ESPANCAMENTOS - Constantes agressões de vigilantes da Usiminas e de policiais militares romperam o ponto máximo de tolerância na manhã de 7 de outubro de 1963

PAULO ASSIS

► Em 1963, os trabalhadores da Usiminas passavam por revistas nas portarias da empresa quando saíam do trabalho. Os vigilantes revistavam bolsos e objetos dos metalúrgicos. O objetivo: evitar furtos de pertences da empresa que completaria o primeiro ano de funcionamento no dia 26 de outubro. Essas atitudes minavam a relação entre operários e vigilantes e contribuíram para o conflito que culminou com a morte de trabalhadores na manhã do dia 7 de outubro de 1963.

Na noite do dia 6 de outubro, durante a saída dos metalúrgicos, a revista das marmitas dos metalúrgicos foi mais dura que o normal. Além de revirar as marmitas, os vigilantes

exigiram a apresentação da identificação. "Foi uma coisa para provocar", avaliou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano na época, o ex-deputado estadual Geraldo Ribeiro. Segundo ele, na manhã do dia 6, os operários realizaram uma assembléia no bairro Horto. Atitude que não teria agradado a direção da Usiminas em Ipatinga.

A revista e a exigência da identificação atrasaram a saída dos metalúrgicos. Como os caminhões que transportavam os trabalhadores esperavam apenas dez minutos, temendo perder o transporte, alguns operários forçaram o portão para sair. A atitude iniciou uma briga entre os vigilantes e os metalúrgicos. Em desvantagem na briga, o vigilante Augusto Pereira Braga decidiu pedir ajuda a quatro policiais da

Cavalaria que estavam em um quartel improvisado, hoje local da sede do Rotary's Club, no bairro Ferroviários.

A repressão dos vigilantes aumentaria com o apoio da Polícia Militar. Os operários decidiram aproveitar a vantagem na briga e fugiram para o bairro Santa Mônica, próximo à portaria da empresa. Os vigilantes da Usiminas, já com o reforço dos policiais militares, dirigiram-se para o bairro no encalço dos trabalhadores. Cerca de 100 operários que moravam no alojamento Chicago Bridge, que ficava no início do bairro, foram presos e levados em três caminhões para o quartel da Cavalaria. Durante a ação, armários, camas, guarda-roupas foram quebrados. O alojamento ficou cravado de balas.

Com medo da invasão policial em outros alojamentos do bairro, os demais moradores montaram barricadas com camas, cadeiras e armários. As luzes dos alojamentos foram apagadas e as lâmpadas dos postes da rua que dava acesso aos alojamentos quebradas. O local ficou às escuras. O cenário de guerra estava montado. Na parte baixa da rua, policiais armados com fuzis, revólveres calibre 45 e granadas. No alto, trabalhadores entrincheirados, armados com paus e pedras.

O comandante do destacamento da PM de Ipatinga na época, Robson Zamprogno, afirmou que os operários possuíam garruchas. "Naquele tempo todo mundo andava armado. Já traziam armas de suas cidades", argumentou. Versão confirmada por José Martins da Silva, ex-morador do Chicago Bridge. "Naquela época era comum. Escondiam na pasta. Nos alojamentos quase todo mundo andava armado. Garruchas, essas armas antigas". Como foi preso no início da confusão, José Martins não sabe se os trabalhadores atiraram contra os policiais.

O PACIFICADOR

O confronto entre policiais e os amotinados no Santa Mônica era questão de tempo. Por volta das 23h30, capitão Robson Zamprogno ordenou a um cabo conhecido como "Baiano" que pedisse ajuda ao pároco da igreja do bairro Horto, padre Avelino Marques. "Ele era um padre muito popular entre os operários. Podia nos ajudar", recordou o oficial. Segundo

O Massacre de Ipatinga



Zamprogn, na primeira vez que foi chamado, o vigário não atendeu ao pedido. Não queria se envolver no confronto. Achava que era um pequeno atrito entre trabalhadores e policiais. "Fala com o padre que a situação é gravíssima", teria sido a ordem dada ao cabo para convencer o vigário a ir ao local do conflito.

Era quase 1h da madrugada. Iniciava o dia 7 de outubro. Com a insistência do militar, padre Avelino atendeu ao chamado. Ele só teve tempo de colocar a batina e calçar seus chinelos. O motivo de sua participação no conflito ficou sabendo no caminho. Ele seria o pacificador. "Todo mundo é contrário à polícia. Eu não agrada a ninguém. Padre dá uma conotação de pacificação", comentou Avelino Marques, hoje com 82 anos.

Ouvir as reivindicações dos operários e pôr fim à situação era a tarefa do pároco. Os faróis de um caminhão iluminaram a rua. Junto ao padre, subiu o chefe dos alojamentos. A luz dos faróis atrás dos dois homens dificultou a identificação. Pedras e paus foram jogados até que os operários identificaram o padre através da batina.

No alto da rua predominava a confusão. "Todo mundo falava junto. Até que alguém pediu que se calassem para que eu pudesse falar", lembrou o vigário. Avelino ouviu as reivindicações dos trabalhadores. Foram três: a PM deveria deixar o local e libertar os colegas do Chicago Bridge. Pediram também para conversar com o diretor de Relações Industriais da Usiminas, o engenheiro Gil Guatimosin.

As três reivindicações foram atendidas. As duas primeiras durante a madrugada. A terceira ficaria para a manhã do dia 7, quando, de acordo com padre Avelino, uma comissão de doze trabalhadores seria recebida por dirigentes da Usiminas. "Não foi isso que aconteceu", comentou. Enquanto o vigário foi para casa calçar os sapatos e trocar de roupas, uma multidão de trabalhadores se formou e caminhava para a portaria da Siderúrgica.

Enquanto os moradores do Chicago Bridge libertados pela PM voltavam para casa, exibiam ferimentos sofridos durante a madrugada. "Aquele clima de tortura mexeu com a moral dos trabalhadores", recordou o aposentado José Horta de Carvalho, morador do bairro Santa Mônica na época.



"Bateram na nossa porta e gritaram 'abre a porta senão a arreventamos' e deram um tiro no portal"

José Martins da Silva
ex-morador do alojamento Chicago Bridge

Comerciante narra o pesadelo

Na noite do dia 6 de outubro de 1963, véspera do "Massacre de Ipatinga", José Martins da Silva era um dos moradores do alojamento Chicago Bridge presos pela Polícia Militar. O então operário havia saído do trabalho às 22h. Quando passou pela portaria, a confusão entre operários, vigilantes e policiais já havia terminado, mas deixara sinais de que algo havia acontecido. "Até me assustei quando sai, porque a Cavalaria estava na portaria. Mas não me aconteceu nada", recordou o ex-metalúrgico que na época tinha 26 anos.

Só quando chegou ao alojamento José Martins soube da briga na portaria da empresa. Alguns colegas montavam barricadas com medo de uma invasão da PM. Nos fundos do Chicago Bridge, ficava o quarto que José Martins dividia com outras sete pessoas. O metalúrgico se preparava para dormir quando começou a invasão policial. "Bateram na nossa porta e gritaram 'abre a porta senão a arreventamos' e deram um tiro no portal."

Os policiais exigiram a formação de uma fila. Última da fila, José Martins ainda tentou olhar para o rosto de um policial. Tomou uma cacetada. Enquanto desciam para o pátio do alojamento, levavam rasteiras. Ainda de pijamas, os moradores do Chicago Bridge foram colocados em três caminhões e levados para o quartel da Cavalaria.

Segundo José Martins, os policiais fizeram terror psicológico. "Qualquer um que levantar a cabeça, toma um tiro. Vamos pegar

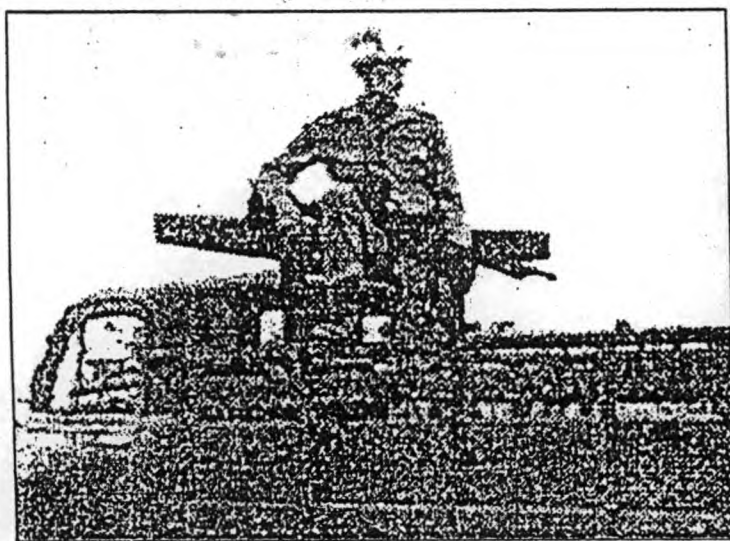
os tambores de gasolina e despejar sobre vocês." Ele afirma não ter visto maus-tratos, pois tinha que olhar para o chão. "Uma chavinha fina caía. E a gente deitado naquele barro", recordou.

Os trabalhadores foram liberados depois da intervenção de um diretor da Usiminas. Até hoje José Martins não sabe qual. Quando voltou para o alojamento, ele nem chegou a entrar, pois acompanhou a multidão que caminhava em direção a portaria da Usina para protestar contra as agressões dos vigilantes e policiais. Apesar de ter seguido os colegas, José Martins não presenciou o tiroteio.

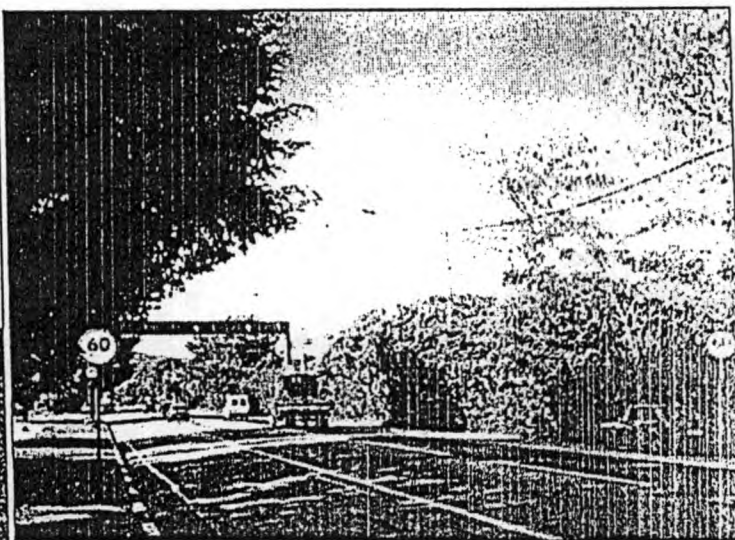
Quando os tiros começaram, o metalúrgico estava no ambulatório da Usiminas tratando os ferimentos da noite anterior. "Quando começaram a chegar ambulâncias com as vítimas, alguém gritou: 'Abaixa, abaixa, que estão atirando'. Uma bala quebrou o vidro do ambulatório", lembrou José Martins.

Temendo que a confusão aumentasse, José Martins foi para a casa de um tio, no bairro Vila Celeste, em Ipatinga. Somente à tarde voltou para o alojamento. "Tinha muita gente com mala na mão. Dizendo que nunca mais voltaria em Ipatinga", contou. A notícia do "Massacre de Ipatinga" espalhava-se pelo País. Para tranquilizar a família, José Martins foi para São Domingos do Prata, sua cidade natal, onde ficou menos de uma semana.

O metalúrgico aposentou em 1991, depois de trabalhar 27 anos e seis meses na Usiminas. Hoje é dono de uma loja de materiais de construção no bairro Vila Celeste. (PA)



Reprodução



Paulo Assis 23/09/2003

ROTA DA FUGA - Metralhadora girava para todos os lados, acertando pessoas pelo caminho. Local da chacina fica em frente ao Shopping

Tensão chega ao auge

PAULO ASSIS

OPERÁRIOS PROTESTAVAM NA PORTARIA DA USIMINAS CONTRA AGRESSÕES. POLICIAIS REVIDARAM PEDRADA DE OPERÁRIO COM TIROS DE METRALHADORA. PM FUGIU DA PORTARIA DA USIMINAS ATIRANDO. ELIANE MARTINS, UM BEBÊ DE TRÊS MESES, FOI METRALHADO NO COLO DA MÃE QUANDO SAÍA DO AMBULATÓRIO DA EMPRESA

► A tensão entre operários da Usiminas, policiais militares e vigilantes da empresa atingiu o ponto máximo na manhã do dia 7 de outubro de 1963. Ainda não havia amanhecido. Na portaria número 1 da Usiminas, próxima ao bairro Horto, trabalhadores que saíram do bairro Santa Mônica iniciavam um protesto contra agressões de vigilantes da empresa e policiais militares na noite anterior e na madrugada. Durante a mobilização nem todos operários entraram para trabalhar. Do lado de dentro da cerca de arame farpado que limitava a área da Usina, os trabalhadores que entravam não conseguiam sair. Uma multidão com cerca de cinco mil operários formou-se no local.

Temendo a depredação dos carros da Usiminas que ficavam na garagem próxima à portaria e também uma possível ação dos metalúrgicos contra os vigilantes, o diretor de Relações Industriais da Usiminas, Gil Guatimosin, pediu reforço policial.

Um grupo de 19 militares sobre um caminhão, armados com fuzis, pistolas calibre

45 e uma metralhadora sobre um tripé, chegou ao local. No comando estava o tenente Jurandyr Gomes de Carvalho. "Um homem disposto a acabar com aquela situação o mais rápido possível", nas palavras de padre Avelino Marques.

O comandante da PM de Ipatinga, Robson Zamprogno, não ficou com seus subordinados. O oficial separou-se do grupo e foi para o escritório central da Usiminas, 700 metros da portaria, participar da reunião com diretores da empresa e líderes trabalhistas, que havia sido reivindicada pelos amotinados no bairro Santa Mônica durante a madrugada.

Na portaria da Siderúrgica a situação ficava mais tensa. A multidão aumentava e as provocações aos policiais também. "Tá tinindo. Tá tinindo", diziam os trabalhadores, imitando o som das esporas dos policiais da Cavalaria. Padre Avelino diz ter pedido ao tenente Jurandyr que mantivesse a calma e retirasse os policiais do local. O pedido teria sido negado.

"Padre, eu vou acabar com esse negócio é agora mesmo", Avelino afirma que foi a resposta. Nesse momento, o vigário foi para o escritório central da Usiminas, onde uma reunião entre dirigentes da empresa e líderes trabalhistas discutia o fim da greve.

A reportagem procurou Jurandyr Gomes de Carvalho para comentar as declarações de Avelino Marques, mas o ex-tenente não pôde conceder entrevista por estar se recuperando de uma cirurgia.

DEMORA

Enquanto o conflito tornava-se iminente na portaria da Usiminas, a reunião no escritório central demorava mais do que todos esperavam. Muitos são os motivos apresentados. Muita gente falando. Muitas reivindicações, criticou Robson Zamprogno. Segundo o padre Avelino, tudo o que se falava na reunião era traduzido para o japonês, pois um dos diretores da Usiminas era japonês e não falava português. Já o ex-sindicalista Geraldo Ribeiro responsabilizou a polícia e a Usiminas pela demora já que "o Robson, que recebia ordens da Usiminas, endureceu a parada porque não aceitava tirar a tropa sobre vaia". Como a reunião não terminava, Robson Zamprogno escreveu um bilhete e pediu a um cabo que entregasse ao tenente Jurandyr. "Eu pedia calma lá fora, pois a reunião estava terminando." Foi esse o conteúdo do bilhete segundo o oficial. Algumas versões do "Massacre de Ipatinga" afirmam que o bilhete foi, na verdade, a ordem para atirar.

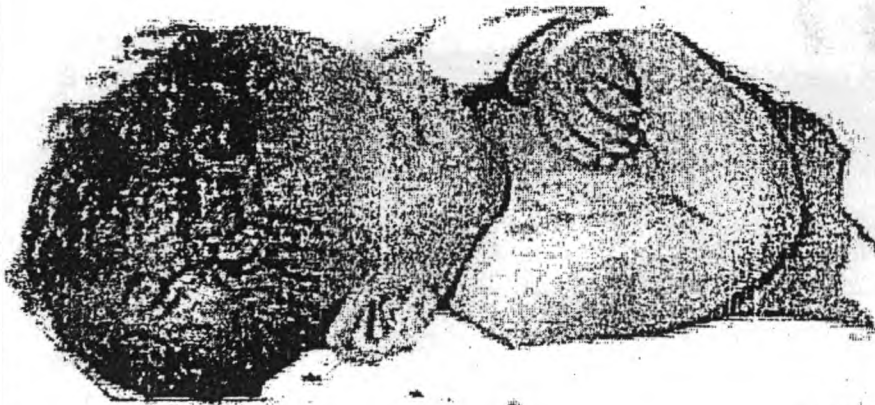
Pedrada iniciou o tiroteio

► Faltavam poucos minutos para as 10h quando uma pedra lançada da multidão de operários que protestava na portaria da Usiminas atingiu o soldado Sebastião Cândido dos Santos. Os policiais começaram a atirar. "Cada um agiu por iniciativa própria", contou o ex-soldado Joaquim Félix de Carvalho, em reportagem publicada pelo jornal "Estado de Minas" no dia 2 de junho deste ano. Nossa reportagem conversou, por telefone, com o ex-militar, mas ele afirmou não se lembrar do que aconteceu no dia do "Massacre de Ipatinga". Com uma morosidade na voz disse que um recente derrame cerebral teria afetado sua memória.

No início do tiroteio, os militares dispararam para o alto, na direção do bairro Bom Retiro. Tentaram dispersar a multidão. Os operários teriam feito um cordão de isolamento, mas se tornaram os alvos dos policiais. Em cima do caminhão, a metralhadora sobre o tripé começou a disparar para todos os lados.

Durante 15 minutos a portaria da Usiminas foi palco de uma guerra. Alguns trabalhadores corriam, outros se deitavam ou escondiam. Uma vala que seria usada para instalar uma rede de esgoto da Usina foi usada como abrigo. "Quando vi o clima tenso, fiquei perto de uma vala. Quando saiu o primeiro tiro, pulei", contou o aposentado José Horta de Carvalho. Para ele, a vala foi a salvação dos trabalhadores. "Muitos pularam dentro da vala junto comigo. Encheu mesmo. Os tiros batiam no chão e jogavam terra em cima da gente. E a gente rastejando." (PA)

Bebê foi metralhado



Hilton Rocha 08/10/1963

MORTE PRECOCE - Na fuga, os policiais disparavam para todos os lados. Um dos tiros matou a menina Eliane Martins, de apenas três meses, que havia sido levada pela mãe para ser vacinada no ambulatório da Usiminas

► Quando os tiros da metralhadora cessaram na portaria da Usiminas, parte da tragédia havia acontecido. Operários como José Elias dos Santos e José Vilas Novas Mendes, ouvidos pela reportagem, foram atingidos pelas rajadas de metralhadora e agonizavam no local do conflito.

Com medo de uma reação dos trabalhadores, os policiais militares tentaram fugir no caminhão, mas ele não funcionou. Alguns policiais desceram do veículo para empurrá-lo. Só assim o caminhão deu partida.

Na fuga, os disparos atingiram uma ambulância que, mesmo antes do tiroteio, transportava os feridos da noite anterior. O ambulatório da Siderúrgica também ficou cravado de balas. Um dos tiros atingiu Eliane Martins, um bebê de apenas três meses que morreu no colo da mãe que saía do ambulatório. Mesmo ferida, a mãe se salvou.

Os policiais disparavam para todos os lados. O alfaiate Geraldo Rocha Gualberto, que observava a mobilização dos operários

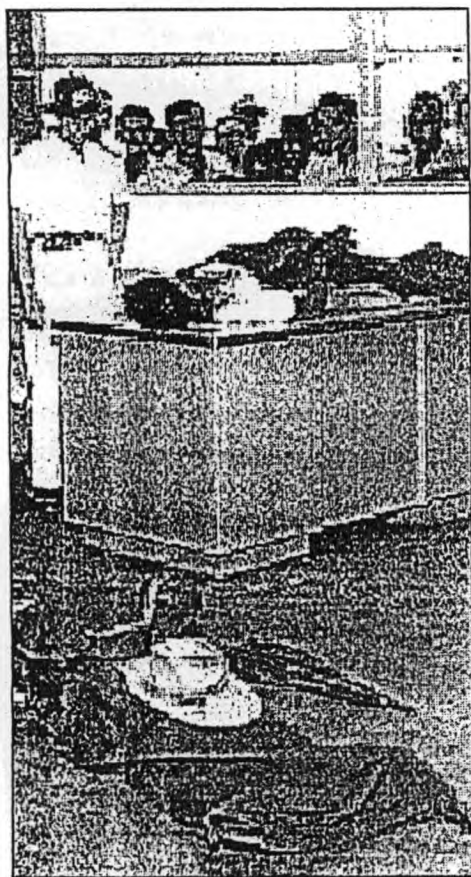
junto com o primo João Bosco Gualberto, ainda tentou se esconder atrás de uma barreira de terra. Não teve tempo. O tiro o atingiu nas costas. Caiu morto no colo do primo. Os operários Antônio José dos Reis e Alvinio Ferreira Felipe também foram baleados pelos policiais em fuga.

Um dos tiros dados a esmo pelos PMs durante a fuga passou próximo ao metalúrgico José Martins da Silva, mas não o atingiu. Pouco antes do tiroteio, ele foi ao ambulatório da empresa tratar os ferimentos que sofreu na noite anterior durante a invasão do alojamento Chicago Bridge pelos policiais militares.

Quando estavam próximo ao quartel da Cavalaria, onde hoje fica o bairro Ferroviários, os policiais militares pararam de atirar. No entanto, eles sabiam que um revide dos operários poderia acontecer a qualquer momento. Decidiram ficar escondidos nos morros próximos a Usina à espera de um possível ataque dos metalúrgicos. (PA)

Operário é confundido com mendigo cego

HISTÓRIA DO MASSACRE ESTÁ ERRADA. SUPOSTO MENDIGO CEGO, MORTO PELA PM, ERA OPERÁRIO DA EMPREITEIRA A.B. CAVALCANTI. ALVINO FERREIRA FELIPE CAMINHAVA PARA ACESITA QUANDO FOI BALEADO PELA PM



Antônio Cocenza 08/10/1963

ERRO - No chão, ao lado do corpo, chapéu e guarda-chuva de Alvino Ferreira Felipe. Durante 40 anos tido como mendigo

PAULO ASSIS

► Revoltados com a morte de colegas, alguns trabalhadores pegaram os corpos de dois mortos e os levaram para o escritório central da Usiminas. Lá, eles foram jogados na sala do diretor de Relações Industriais da Usiminas, Gil Guatimosin. Aos gritos, os

operários diziam: "Você matou, você come!" Um dos corpos ficou sobre uma mesa, o outro no chão.

O corpo no chão seria de um mendigo cego, como conta todas as publicações sobre a história do "Massacre de Ipatinga". O suposto mendigo era, na verdade, Alvino Ferreira Felipe, funcionário da empreiteira A. B. Cavalcanti. "Não tinha mendigo nenhum. Eles acharam que meu pai era um mendigo. Era meu pai mesmo", contesta Maria da Conceição, filha mais velha de Alvino.

O operário foi confundido com um mendigo por causa das roupas que usava. "Um paletó muito simples. Não era como os operários se vestiam", recorda o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano na época, Geraldo Ribeiro. O ex-sindicalista também afirma que o suposto mendigo aparentava quase 50 anos. Idade elevada para os operários. Em dezembro de 1963, Alvino, que sempre havia trabalhado como braçal, completaria 42 anos.

Um funcionário da Usiminas reconheceu o corpo do operário jogado na sala e avisou a família. No entanto, o boato que um mendigo fora baleado já havia se espalhado. O corpo de Alvino Ferreira foi levado para a família no final tarde do dia 7 de outubro e enterrado na manhã do outro dia, no cemitério do Barra Alegre.

Segundo a viúva de Alvino, Maria Dias Martins, na manhã daquele dia, o marido caminhava para Acesita, onde faria uma perícia médica para renovar o afastamento

do trabalho. Meses antes, um caminhão que transportava operários dentro da Usiminas passou sobre um dos pés de Alvino. Funcionário da empreiteira A.B. Cavalcanti desde 20 de fevereiro de 1961, o operário fazia a pé o trajeto de 15 quilômetros entre Barra Alegre e a Siderúrgica. Naquele dia não foi diferente. Pegou o guarda-chuva, despediu-se da esposa, colocou seu chapéu e partiu.

Sua filha mais velha conta que testemunhas disseram que o pai estava próximo onde hoje é o bairro Ideal quando foi avisado da greve na portaria da Usiminas, mas não acreditou e continuou a caminhada. Estava perto do escritório central quando foi atingido. "Ele morreu inocente, sem saber nem porquê morreu", lamentou sua filha.

De acordo com a certidão de óbito, emitida pelo médico Hercílio da Costa Lage, um tiro atingiu o crânio do operário. Mesmo lugar onde foi atingido o suposto mendigo. O chapéu e o guarda-chuva ficaram sobre o corpo de Alvino. A viúva do operário guardou durante anos o chapéu perfurado. Um dia decidiu não guardar lembranças daquele trágico dia e o jogou fora.

PENSÃO

Com a morte do marido, Maria Martins tentou receber uma pensão para cuidar dos cinco filhos. Segundo a viúva, como era casada apenas no religioso, foi informada que não receberia o benefício. Para criar os filhos, trabalhou como costureira e contou com a ajuda da filha mais velha, Maria da Conceição, que largou os estudos e passou a vender verduras no centro de Ipatinga.

A renda da família era completada por uma pensão que o filho mais novo de Alvino recebeu até completar 18 anos. Ele era o único filho registrado até a morte do pai. Maria da Conceição conta que a família recebeu uma cesta básica da Usiminas durante dois anos. No final desse período, receberam uma quantia da Usiminas, mas não sabe dizer se foi uma indenização. O dinheiro foi usado para melhorar a casa que ficava no mesmo terreno onde moram até hoje.

A família não culpa a Usiminas. Eles dizem acreditar que a empresa chamou a PM para fazer a segurança. Os policiais é que teriam agido errado ao atirar contra os operários que protestavam na portaria.

Caixão levou notícia da morte de alfaiate

Magna Gualberto, irmã do alfaiate Geraldo Rocha



PAULO ASSIS

► A notícia da morte do alfaiate Geraldo Rocha Gualberto chegou ao pequeno município de Braúnas, cerca de 80 quilômetros de Ipatinga, na noite do dia 7 de outubro de 1963. Eram quase 20h quando a caminhonete que levava o corpo do alfaiate parou em frente à casa de sua família. "Ele chegou em um caixão quase indigente, feito de última hora", reclamou a irmã do alfaiate, Magna Gualberto, que na época tinha 12 anos.

Durante o dia, a família de Geraldo Rocha ouvia pelo rádio notícias das mortes de operários da Usiminas. Em nenhum momento pensaram que o alfaiate fosse um dos mortos. "Ninguém imaginava que aquilo pudesse acontecer com ele. Era um alfaiate, não tinha ligação com a Usiminas", comentou Magna. Com a morte do mais velho dos onze filhos, o pai de Geraldo Rocha chamou um farmacêutico para aplicar um calmante na esposa e mandou buscar os filhos que estudavam em Guanhães. O velório aconteceu durante a madrugada e o corpo foi enterrado às 4h no cemitério de Braúnas.

ENCONTRO

Uma coincidência colocou a morte no caminho de Geraldo Rocha. Na manhã daquele dia 7 de outubro, o alfaiate saiu da Candangolândia (atual bairro Amaro Lanari) como destino ao centro de Ipatinga onde compraria material para uma encomenda. Próximo ao bairro Horto, em frente à portaria da Usiminas, a estrada estava bloqueada pelos operários. Como o ônibus não podia passar pelo local, Geraldo Rocha desceu do veículo. Nesse momento, encontrou o primo João Bosco Gualberto, que levaria sua caminhonete para

lavar no bairro Horto, mas por causa do bloqueio também ficou parado no local da mobilização operária.

Os primos nunca haviam se encontrado em Ipatinga e aproveitaram o momento para conversar. "A gente não tinha maldade. Meu prazer era conversar com ele, vendo o movimento", lembrou João Bosco, hoje com 66 anos. De repente, uma pedra atingiu um dos policiais. Começaram os tiros. "A polícia atirou para cima, para espantar o pessoal. Não se importaram com aquilo. Atirou para o chão. Continuou do mesmo jeito. Falei com meu primo: Vamos correr!". Geraldo Rocha e João Bosco tentaram se esconder atrás de um monte de terra. Antes que conseguissem, uma bala acertou o alfaiate. "Quando fomos deitar, ele falou: 'Já estou morto'! Recebeu um tiro nas costas e caiu sobre mim", recordou João Bosco.

Com o primo no colo, João Bosco esperou o caminhão com os policiais afastar para chamar uma ambulância. Geraldo Rocha foi levado para o ambulatório da Usiminas aonde chegou sem vida.

AVISO

Quando saiu de casa para trabalhar, às 4h do dia 7 de outubro, o metalúrgico Antônio José dos Reis já sabia da greve dos trabalhadores. Pediu à esposa, Tereza Gomes, para não se preocupar. Não pretendia participar do movimento. Quando chegou para trabalhar, Antônio dos Reis não conseguiu entrar na Usiminas. Ele voltava para casa quando foi metralhado. Assim como Geraldo Rocha, o metalúrgico também tentou esconder atrás de um monte de terra.

O corpo de Antônio dos Reis foi entregue à mulher na tarde do dia 7 de outubro e enterrado no outro dia, no cemitério do bairro

Bom Jardim, onde morava. Casado há oito anos, o operário deixou um casal de filhos pequenos que ajudaram a mãe, Tereza Gomes, a manter as despesas da casa.

INDENIZAÇÃO

A viúva de Antônio José dos Reis irá reivindicar indenização pela morte do marido caso a Secretaria Especial de Direitos Humanos reabra o prazo para pedir o benefício que atingiria familiares dos mortos no "Massacre de Ipatinga". "Isso não vai voltá-lo. Mas vai compensar muitas dificuldades que passamos", comentou.

Após a morte do marido, Tereza recebeu durante dois anos e meio uma cesta básica mensal da Usiminas. Nesse período, a empresa também pagou o aluguel da casa onde morou. Quando a Usiminas inaugurou o Hospital Márcio Cunha, Tereza Gomes conseguiu um emprego em sua lavanderia, onde trabalhou até 1992, quando aposentou.

Tereza e sua filha Eva Maria dos Reis preferem não contar com o dinheiro antes de uma definição do governo federal. Se a indenização for paga, Tereza pretende investir na educação dos dois filhos e dos sete netos. Segundo Eva Maria, a família já tentou conseguir uma indenização, mas receberam como resposta que o prazo já havia terminado. Não insistiram. Tereza tinha medo de perder o emprego no hospital. "Se eu perdesse o emprego como iria criar meus filhos", explicou.

A família de Geraldo Rocha Gualberto também vai reivindicar a indenização. Magna Gualberto conta que dinheiro será usado para ajudar os demais irmãos. "Se esse benefício sair, tenho certeza que onde meu irmão estiver, vai ficar muito feliz de saber que, mesmo depois de morto, está ajudando os irmãos, coisa que foi interrompida na época."

Operários foram feridos dentro da Usiminas

DOIS FERIDOS OUVIDOS PELA
REPORTAGEM - JOSÉ ELIAS E JOSÉ
VILAS NOVAS - ESTAVAM DENTRO DA
EMPRESA QUANDO FORAM
METRALHADOS

PAULO ASSIS

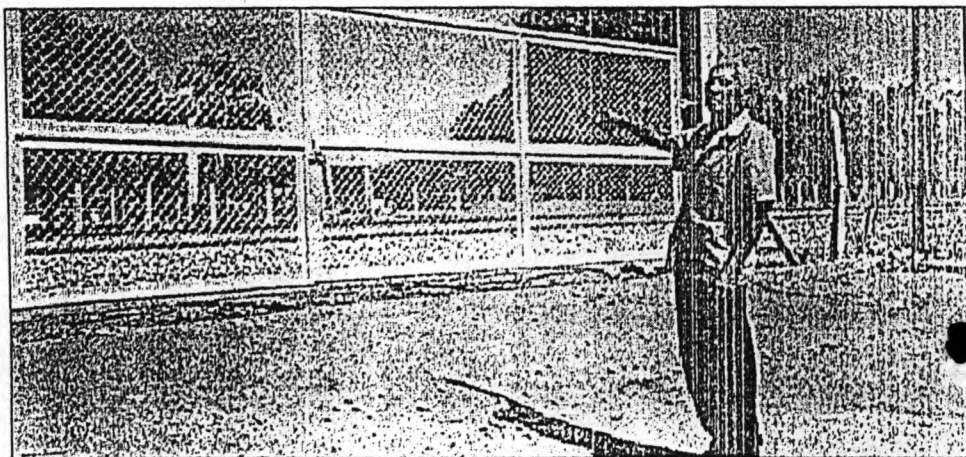
► A lista divulgada pela Usiminas na tarde do dia 7 de outubro de 1963 contém o nome de 78 feridos. Dois deles, ouvidos pela reportagem, afirmam que estavam dentro da empresa quando foram metralhados pela Polícia Militar. José Elias dos Santos e José Vilas Novas Mendes carregam até hoje as marcas daquele dia.

Na garagem de veículos da Usiminas, próximo ao local do "Massacre", trabalhava José Vilas Novas. Ele foi atingido na primeira descarga de tiros. Um deles acertou abaixo do joelho. O metalúrgico perdeu o equilíbrio. Ainda tentou ficar em pé. Mais tiros o atingiram. Caiu desacordado. José Vilas Novas foi levado para o hospital Nossa Senhora de Carmo, em Coronel Fabriciano. Segundo ele, o médico não acreditou que sobreviveria e o mandou para a Casa de Saúde Santa Terezinha, em Ipatinga. Depois, ficou internado durante cinco meses em hospitais de Belo Horizonte.

Três das sete balas que atingiram sua perna esquerda não foram retiradas. José Vilas Novas, que era delegado sindical, foi demitido no dia 12 de dezembro de 1964, como "agitador" e "comunista". Apenas em 1979 foi aposentado por invalidez. O ex-metalúrgico guarda até hoje a carteira da Usiminas suja de sangue, mas pediu que não fosse fotografada.

DESAMPARO

O dia 7 de outubro de 1963 ficou marcado para sempre na vida de José Elias dos Santos, ou melhor, "seu" Juca Preto, como é conhecido na Grota do IAPI, local na periferia de Ipatinga, onde mora há 38 anos. No momento em que os policiais atiravam contra os operários reunidos na portaria da Usiminas, o então



Paulo Assis 24/09/2003

LEMBRANÇA - "Seu" Juca mostra o local onde foi metralhado na manhã de 7 de outubro. Hoje, em frente ao Shopping do Vale do Aço

montador de estruturas metálicas da empreiteira Fichet ainda estava dentro da empresa. Como o expediente havia sido cancelado por causa da mobilização, ele caminhava para o portão da empresa quando foi metralhado. "Como a única saída que tínhamos era aquela, fui saindo. Quando ouvi os tiros, tentei me proteger. Mas tomei o tiro e cai. Não vi mais nada", lembrou o ex-operário aos 69 anos.

Naquele momento uma bala perfurou sua perna esquerda e ficou cravada no fêmur. Até hoje está lá. A vida do operário que morava em Ipatinga há apenas dois meses mudou para sempre. Sua perna esquerda ficou com os movimentos limitados. Passou dois anos usando muletas. Não podia mais trabalhar. "Isso acabou com minha vida. O que faz uma pessoa sem poder trabalhar? Ganhando um salário mínimo de aposentadoria?", questionou emocionado.

Da empresa onde trabalhava e da Usiminas, afirma ter recebido a assistência médica durante os 90 dias que ficou internado e salário durante seis meses. Nada mais. "Nem uma visita. Ninguém veio saber como eu estava", reclamou. Quando a empreiteira Fichet acabou a obra em Ipatinga, o salário foi cortado e "seu" Juca aposentado por invalidez.

O operário que desejava ser funcionário da Usiminas, viu seu sonho desmanchar. Trocou a casa de três cômodos na avenida das Flores, no bairro Bom Jardim, por uma área descampada no bairro Esperança, que se tornou a Grota do IAPI. "Se aquilo não tivesse acontecido, eu podia estar com uma boa aposentadoria", lamentou.

Com a aposentadoria de um salário mínimo, "seu" Juca montou uma pequena fábrica de tijolos de barro no quintal de onde trabalhava com a ajuda da esposa. O que ganhava cobria as despesas com alimentação. Dos sete filhos, nenhum concluiu o ensino médio.

Mágoa, diz não guardar. Só lamenta que naquela manhã nenhum dirigente da Usiminas tenha ordenado que a PM se retirasse do portão. "Seu" Juca já pensou em pedir uma indenização, mas sempre lhe bateram a porta na cara. Quando foi informado que parentes de mortos do "Massacre de Ipatinga" poderiam receber indenização, agradeceu a Deus. Ele ainda tem esperança que as pessoas que ficaram inválidas também sejam beneficiadas. Só teme que o benefício venha tarde demais. "Como tem 40 anos e ninguém fez nada, quando sair, e se sair, já estarei morto", criticou o operário.

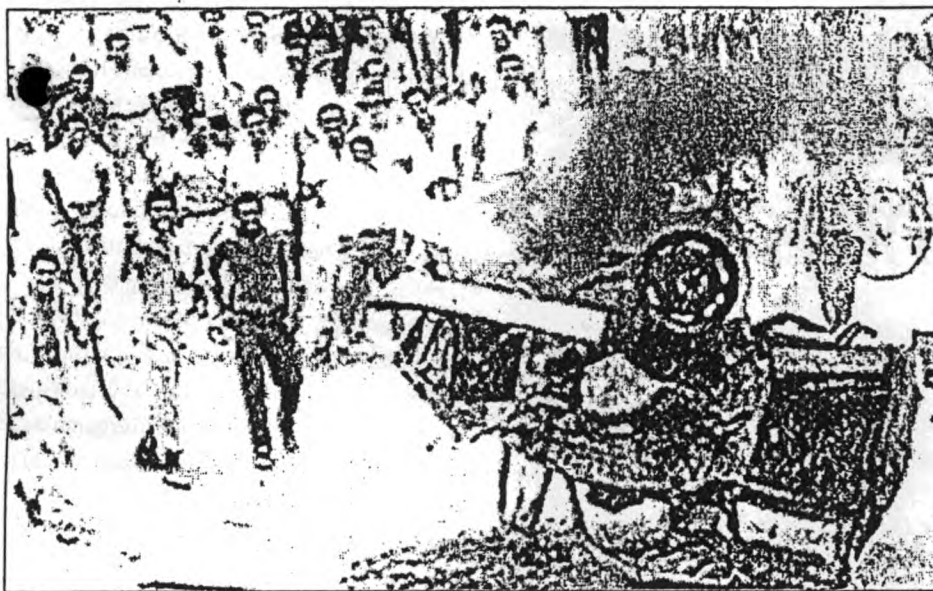
O Massacre de Ipatinga

Pânico atinge o distrito

Padre Avelino Marques
Apesar do esforço, o "pacifica-
dor" não conseguiu evitar o
confronto e a revolta operária



APÓS MORTE DE COLEGAS, METALÚRGICOS REVOLTADOS ESPALHARAM PÂNICO POR IPATINGA. NA MADRUGADA DO DIA 8 DE OUTUBRO, OPERÁRIOS DESTRUÍRAM A CADEIA PÚBLICA. ALGUNS MORADORES DO CENTRO FUGIRAM DE CASA



Hilton Rocha 08/10/1963

REVOLTA - Operários destroem, no bairro Horto, caminhão usado pelos policiais militares que no dia anterior atiraram contra a multidão na portaria da Usiminas

PAULO ASSIS

► Ainda pela manhã do dia 7 de outubro de 1963 espalhavam-se pelo centro de Ipatinga boatos dizendo que os trabalhadores destruiriam a cadeia pública e a rede de gás da Siderúrgica. "Muita gente correu para longe, para o Canaã, para o Bethânia [antiga fazenda de Selim José de Sales] com medo de uma explosão. Alguns esqueceram até as casas abertas", recorda a pioneira de Ipatinga, Bernardina Sena de Assis.

O marido de Bernardina, o comerciante José Francisco de Assis, conhecido como **Zé Calixto**, enviou cinco de seus seis filhos para Antônio Dias, cidade 47 quilômetros de Ipatinga onde tinha parentes. A filha mais nova que ainda completaria três anos ficou em

Ipatinga. Zé Calixto tinha um bar na avenida 28 de abril, a cerca de 50 metros do prédio da cadeia. Como Ipatinga não possuía energia elétrica, a geladeira do bar funcionava à base de querosene. O comerciante temia que os operários revoltados colocassem fogo no latão de querosene em frente ao bar.

Na madrugada do dia 8 de outubro, o prédio da cadeia pública foi incendiado e destruído a picaretadas pelos metalúrgicos revoltados. Com medo que o fogo se alastrasse para os imóveis próximos ao prédio, moradores do quarteirão da cadeia, como o sapateiro Joaquim Santana, deixaram suas casas. O incêndio foi controlado e as pessoas voltaram para casa. A cadeia ficava no terreno onde hoje é o Colégio Adventista, na esquina das ruas Uberlândia e Ouro Preto, no Centro de Ipatinga.

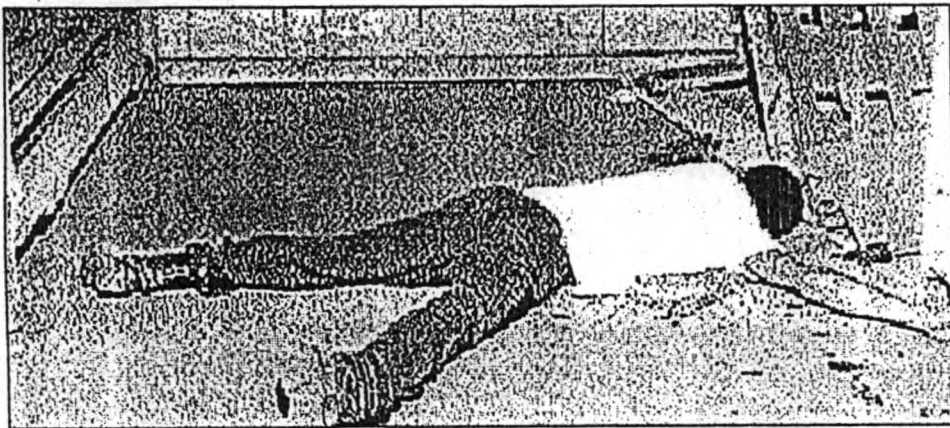
Depois de destruir parte do prédio da cadeia, os operários ainda invadiram a zona boêmia do distrito, o Juá. Eles procuravam prostitutas que trabalhavam para policiais. Móveis e janelas foram quebradas.

Pela manhã, os operários incendiaram, no bairro Horto, o caminhão que levaria alimentação para os PMs detidos no quartel da Cavalaria. Revoltados, os trabalhadores tomaram o veículo, furaram o tanque de gasolina e atearam fogo. No dia anterior, o mesmo caminhão havia sido usado para transportar os soldados que metralharam os metalúrgicos.

SUBSTITUIÇÃO

Todos os policiais militares envolvidos no "Massacre de Ipatinga" foram presos e levados ao Batalhão de Guardas, em Belo Horizonte, onde ficaram à disposição da Justiça Militar. O contingente policial de Ipatinga foi substituído por uma tropa de 150 militares do 6º Batalhão da Polícia Militar, de Governador Valadares. A ordem de prisão foi dada pelo comandante da PM de Minas Gerais, coronel José Geraldo de Oliveira, que chegou em Ipatinga na tarde do dia 7 de outubro. O oficial e membros do alto escalão do governo estadual, como o secretário estadual de Segurança Pública, Caio Mário da Silva Pereira, participaram de uma reunião com representantes dos trabalhadores e da Usiminas para colocar fim ao conflito.

Entre as reivindicações dos operários estava a retirada da PM de Ipatinga, que seria substituída por uma tropa federal. Também queriam a troca da equipe de vigilantes, a expulsão dos autores da chacina e a instauração de inquérito. O acordo foi firmado somente na noite de terça-feira. Porém, o coronel José Geraldo de Oliveira não aceitou a retirada da PM de Ipatinga. As outras reivindicações foram atendidas.



Antônio Cocenza 08/10/1963

CHACINA - Depois do massacre, corpos de operários teriam ficado espalhados por Ipatinga

Controvérsias sobre o número de mortos

LISTA OFICIAL DIVULGADA PELA USIMINAS NA TARDE DO DIA 7 DE OUTUBRO DE 1963 APONTA SETE MORTOS, MAS NÃO INCLUI O NOME DE JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO, MORTO AO FOTOGRAFAR O CONFLITO. TESTEMUNHAS AFIRMAM QUE O NÚMERO DE MORTOS E FERIDOS É AINDA MAIOR. ENFERMEIRA CONTA QUE, APENAS EM SUAS MÃOS, MORRERAM CINCO PESSOAS

PAULO ASSIS

► Há 40 anos uma dúvida paira sobre Ipatinga. O número exato de mortos no "Massacre de Ipatinga" não é conhecido. A lista oficial, divulgada pela Usiminas na tarde do dia 7 de outubro de 1963, dá conta de sete mortos, por isso não inclui o nome do metalúrgico José Isabel do Nascimento, baleado enquanto fotografava o conflito, na portaria da Usina e que morreu dez dias depois na Casa de Saúde Santa Terezinha, em Ipatinga.

A reportagem ouviu testemunhas do confronto entre policiais militares, vigilantes e operários. A maioria acredita em um número de mortos e feridos superior ao divulgado na época. Os corpos de alguns mortos teriam sido levados pelas famílias para suas cidades. Também conta-se na cidade que outros corpos ficaram espalhados nas matas próximas à portaria da Usina.

No dia do massacre, hospitais de toda região ficaram cheios. Houve vítimas levadas até para o hospital da Siderúrgica Belgo Mineira, em João Monlevade, cidade 104 quilômetros de Ipatinga. Alguns feridos teriam morrido nos hospitais dias depois da internação.

CAIXÕES

Na noite do dia 7, o marceneiro João Ferreira da Silva foi chamado para um trabalho extra: produzir caixões para os mortos do "Massacre de Ipatinga". "Foi uma correria medonha. Mandaram nos buscar durante a noite", lembrou aos 77 anos. A tarefa foi dividida com outros três colegas. "Não lembro o número exato, mas ficamos a noite inteira fazendo caixões", comentou João Ferreira, que na época trabalhava para Companhia Aços Especiais Itabira (Acesita).

O comerciante João Bosco Gualberto também não consegue precisar o número de

mortos. Na manhã do massacre, João Bosco foi ao ambulatório da Usiminas buscar o corpo do primo, o alfaiate Geraldo Rocha Gualberto, baleado nas costas quando fugia do tiroteio. No ambulatório João Bosco viu uma pilha de corpos. "Eles estavam enrolados em cobertas e lençóis. Não dava para identificá-los", explicou.

Padre Avelino não contou o número de mortos. O vigário que agiu como pacificador nos dias do conflito sugere um número superior aos sete da lista oficial. "Pode multiplicar esse número por quatro ou cinco", afirmou o pároco.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano na época, Geraldo Ribeiro, afirma que são 32 mortos. No dia do massacre, o sindicalista contou 20 mortos na portaria. "Outros dois morreram depois. Uma criança e um fotógrafo", explica. Ribeiro não consegue apontar o paradeiro dos corpos. "Eles sumiram depois", sustentou.

A equipe médica do ambulatório da Usiminas que atendeu parte das vítimas do "Massacre de Ipatinga" era chefiada pelo médico Hercílio da Costa Lage. Ele garante que foram oito mortos em todos hospitais da região. O médico trabalhou de 1960 a 1969 para a Usiminas. Depois foi para o Hospital Márcio Cunha, que pertence ao Sistema Usiminas. Há cinco anos se aposentou.

Apesar das especulações sobre o número de mortos, além dos oito mortos conhecidos, a reportagem não localizou familiares de pessoas mortas que não fizessem parte da lista divulgada. A única referência a um operário desaparecido após o conflito de 7 de outubro está no livro "O Massacre de Ipatinga", de Carlindo Marques. Segundo o livro, o operário Francisco Jorge Peixoto não voltou para casa depois do conflito na portaria da Usiminas. No entanto, a reportagem não encontrou Serafina Martins dos Santos, esposa do metalúrgico, que contou a história para Carlindo Marques. Caso seja reaberto o prazo para parentes dos mortos do "Massacre de Ipatinga" pedirem indenização, familiares de pessoas que não estão na lista poderão aparecer, caso o número de mortos seja superior aos oito conhecidos.

Procurada pela reportagem, a Usiminas prefere não se manifestar sobre o assunto. Ela alega que foi um conflito entre os operários e a Polícia Militar.



Enfermeira contesta a história



"Isso é mentira!", sustenta a enfermeira que ajudou a socorrer as vítimas no dia 7 de outubro de 1963. Para ela, história oficial é bem diferente da história real

Maria Auxiliadora Vital Alves,
ex-enfermeira Casa de Saúde
Santa Terezinha

► Sobrinha de nomes importantes da história de Ipatinga, como o ex-prefeito João Lamego Neto e o ex-vereador José Orozimbo da Silva, a enfermeira Maria Auxiliadora Vital Alves, conhecida como *Dodora*, é taxativa ao discordar do número de mortos e feridos da lista oficial. Segurando uma revista com fatos marcantes dos 20 anos da história de Ipatinga, diz revoltada: "Isso é mentira!"

De acordo com a lista oficial, apenas quatro feridos foram atendidos na Casa de Saúde Santa Terezinha, onde Dodora trabalhava. No entanto, ela afirma que cinco pessoas morreram em seus braços. Segundo a enfermeira, não havia como contar a quantidade de feridos. Eles foram deitados no chão, emparelhados um ao lado do outro. O soro era dividido para três ou quatro pessoas.

"Era operação uma em cima da outra. Então eles [os médicos] vestiam aquela roupa esterilizada. E não a tiravam. Só trocavam de luva quando dava", descreve, tamanho era a quantidade de pessoas atendidas no hospital como resultado do conflito.

Para Dodora, hoje com 58 anos, a lista divulgada pela Usiminas mostra apenas os nomes das vítimas que não havia como omitir. Como o de Eliane Martins, enterrada em um caixão branco. "Chorei tanto quando a criança morreu. O pai ficou agachado na portaria, chorando", recordou. No final da tarde, os corpos teriam sido levados para Coronel Fabriciano, mas desapareceram.

Parentes de vítimas nunca conseguiram informações na Casa de Saúde Santa Terezinha. Dodora conta que, um dia, a recepcionista, após omitir informações sobre vítimas, foi para dentro do hospital e chorou. "Ela me chamou dentro do banheiro e disse: Dodora, eles jogaram os corpos todos fora." A enfermeira se emociona ao lembrar do destino das vítimas. "Gente que veio conquistar a vida em Ipatinga, perdeu a vida."

Para Dodora, a história sobre o "Massacre" nunca será esclarecida já que a maioria das pessoas envolvidas e que poderiam ajudar a esclarecer dúvidas sobre o episódio optaram pelo silêncio. "E assim ficou para a história", lamentou. (PA)

Metalúrgico morre ao registrar o conflito



Evandro Santiago 08/10/1963

casa sem sua máquina fotográfica. Na manhã do dia 7 não foi diferente.

No meio da multidão que protestava na portaria da Usiminas contra as agressões dos vigilantes e policiais, José Isabel tirava fotos da greve. Para conseguir melhores ângulos subiu em uma cerca de arame farpado. O metalúrgico fotografava os policiais quando começou o tiroteio.

Tornou-se um alvo fácil. O prazer de registrar o mundo custou-lhe a vida.

As fotografias de José Isabel são os únicos registros do conflito na portaria da Siderúrgica. Elas foram publicadas em 2 de novembro de 1963 na revista "O Cruzeiro", publicação de maior circulação nacional na época do "Massacre de Ipatinga". (PA)

► O nome de José Isabel do Nascimento não está entre os mortos da lista oficial. Ele morreu dez dias depois na Casa de Saúde Santa Terezinha, em Ipatinga. O mestre de montagem de estruturas metálicas da empreiteira Fichet tinha a fotografia como hobby. Não saía de

Caos motivou a revolta

IPATINGA NÃO ESTAVA PRONTA PARA RECEBER OPERÁRIOS. PRECÁRIAS CONDIÇÕES DE VIDA PROVOCAVAM INSATISFAÇÃO DOS METALÚRGICOS. CLIMA JÁ ERA TENSO NA REGIÃO ANTES DO DIA 7 DE OUTUBRO DE 1963

PAULO ASSIS

► A briga entre vigilantes da Usiminas, policiais militares e operários, na noite no dia 6 de outubro de 1963, foi apenas o estopim da revolta dos metalúrgicos. Há meses a situação em Ipatinga era tensa. Os quase dez mil trabalhadores que construíram a Siderúrgica moravam numa cidade inacabada. "Foi prometido muito conforto na cidade. Hoje há muita desilusão. A alimentação é deficiente. A habitação também. Há casos em que num pequeno cômodo dormem de seis a oito pessoas. O transporte também é péssimo, pois estão sempre lotados", descreveu o operário Oquibson Jenuíno da Costa, em depoimento à comissão de inquérito da Usiminas que apurou as causas do massacre.

Com a construção da Usiminas, iniciada em agosto de 1958, trabalhadores de todo o País se dirigiram para Ipatinga. A população aumentou 20% ao ano durante uma década. Em 1970, moravam quase 50 mil pessoas na cidade. Antes da construção da Siderúrgica, Ipatinga era um pequeno vilarejo, distrito de Coronel Fabriciano. As menos de quinhentas pessoas que moravam no local viviam da agropecuária, do pequeno comércio e da plantação do eucalipto vendido para a Siderúrgica Belgo Mineira, em João Monlevade.

A implantação da Usina provocou o surgimento de duas "ipatingas" separadas por uma "cortina de eucalipto", como recordou padre Avelino Marques, primeiro pároco da



Operários de Fabriciano e Acesita viajavam mais de uma hora na carroceria de caminhões

Portal do Cidadão/PMI

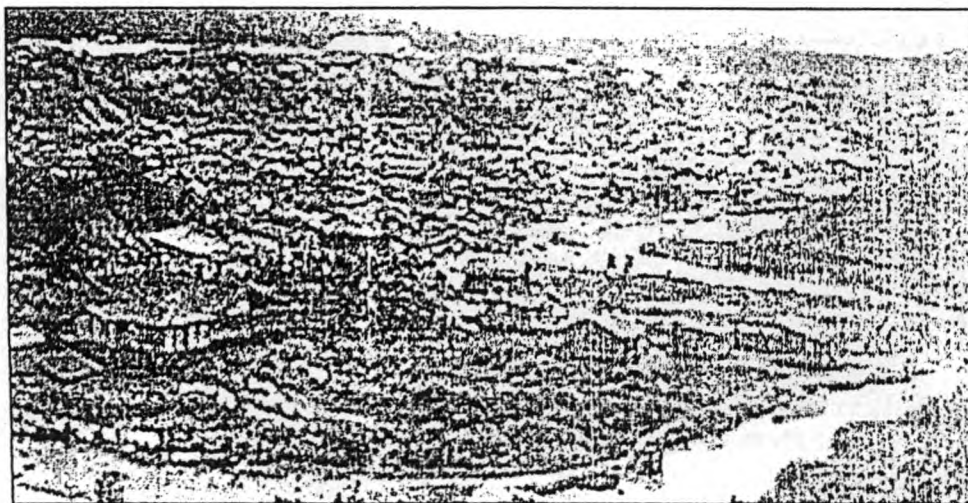
igreja do Horto. De um lado a área industrial e os bairros construídos para os funcionários da Usiminas. Do outro, o centro e a periferia do distrito.

Em 1963, o centro de Ipatinga não tinha água tratada, esgoto ou rede de energia elétrica. Um gerador do comerciante Raimundo Anício produzia a energia. "Matava-se até porcos no meio da rua", lembra Bernardina Sena de Assis, pioneira da cidade que mora desde janeiro de 1959 na avenida 28 de abril, principal centro comercial de Ipatinga. Barracos de madeira, onde moravam trabalhadores de empreiteiras, multiplicavam-se pelo distrito.

A área da Usiminas foi construída às pressas. Enquanto os trabalhadores chegavam,

a empresa construía a infra-estrutura para recebê-los. Os primeiros funcionários moravam em enormes alojamentos de madeira, com pequenos cômodos onde ficavam quatro beliches. Quando foram construídos os bairros da Usiminas, como Cariru e Castelo, os trabalhadores de hierarquia superior passaram a morar em casas. No entanto, cerca de 60% dos operários ficaram nos alojamentos dos bairros Santa Mônica, Maringá e Candangolândia (atual Amaro Lanari).

O presidente da Siderúrgica na época do massacre dos metalúrgicos, Amaro Lanari Júnior, justificou a correria na construção da Usina. "A minha preocupação era fazer aquilo o mais rápido possível, porque eu sabia que não bastava ter o recurso. É preciso



Portal do Cidadão/PMI

RUA DO BURACO - Durante quase 40 anos, o local no Centro de Ipatinga foi um dos mais pobres da cidade.

O Massacre de Ipatinga

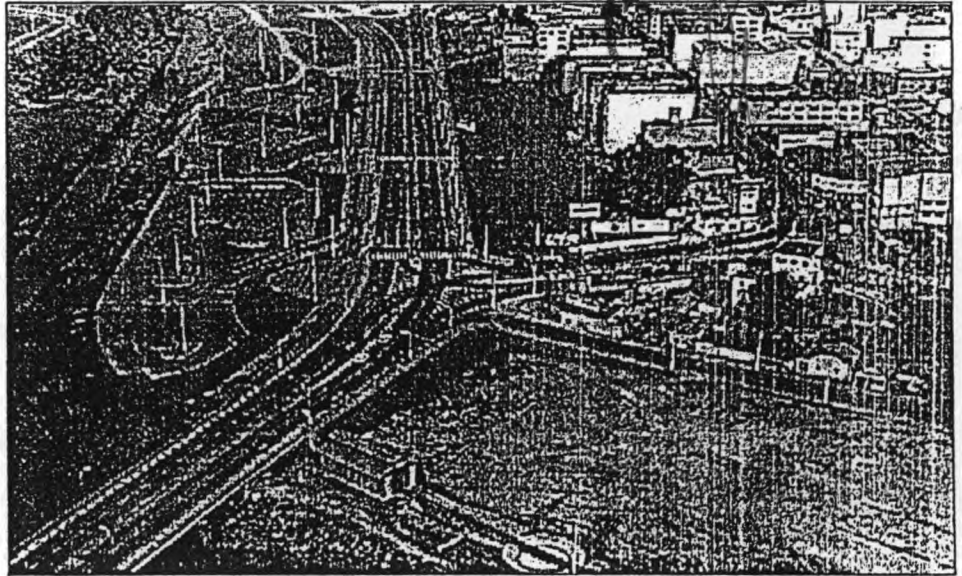
13

depressa, porque juro durante a construção são um veneno", disse em depoimento para a publicação "Usiminas conta sua história".

QUEIXAS

Apesar de benefícios como alimentação e moradia, morar na área da Usiminas nem sempre era melhor. É o que afirma o metalúrgico aposentado Miguel Muniz de Assis, que morou na Candangolândia e no Santa Mônica. Para Miguel, o ambiente no Santa Mônica era mais aprazível, mas a vigilância era maior. "Os policiais ficavam rodeando os alojamentos. Tinha até toque de recolher", comenta.

Não era apenas a vigilância dos policiais e revoltava os operários. Em maio de 1963, trabalhadores da Sinterização [setor da siderúrgica onde o pó de minério de ferro é aglomerado a quente] reclamaram à Seção de Higiene da Usiminas que o restaurante do setor forneceu carne estragada. Repórteres do jornal "O Binômio", enviados a Ipatinga para cobrir o massacre dos metalúrgicos, constataram a inexistência de nutricionistas. "A comida da Usiminas não chega a ter mil calorias diárias, quando o necessário para o trabalhador braçal é superior a 2.500", contaram na edição de 14



Portal do Cidadão/PMI

NOVO CENTRO - Obra acabou com a Rua do Buraco. Moradores foram transferidos para bairros construídos pela Prefeitura Municipal

de outubro de 1963. De acordo com a denúncia, os nutricionistas que trabalhavam na Usiminas desistiram do emprego, alegando precárias condições de vida em Ipatinga.

O ritmo frenético de trabalho na Usina não deixava tempo para o lazer dos operários. "Era trabalho dia e noite. Um rolo compressor", comentou padre Avelino,

conhecido pela popularidade entre os trabalhadores. Até as prostitutas do Juá, zona boêmia de Ipatinga, seriam mais caras, pois as casas de prostituição eram acusadas de pagar propina aos policiais do distrito.

ERRO RECONHECIDO

Inquérito instaurado pela Polícia Militar para apurar as causas da chacina reconheceu as precárias condições de vida dos trabalhadores em Ipatinga. "A insuficiência salarial, a carência de moradias, a precariedade dos transportes, o alto custo de vida, o mal orientado serviço de vigilância da empresa e, sobretudo, a angustiante incerteza dos dias futuros, fizeram dos obreiros da Usiminas uma gente intranquilha, desgostosa e reacionária", avaliou o inquérito da PM.

Já o inquérito aberto pela Usiminas sugeriu o desligamento de responsáveis pela alimentação e pela vigilância. Em depoimento a uma publicação comemorativa dos 25 anos da Usiminas, o então chefe-geral da construção da Usina, Luis Verano, admitiu o problema da moradia. "Houve um erro - que eu diria ser meu -, mas não havia outra maneira de fazer. Fizemos alojamentos enormes, onde moravam cem pessoas em cada um deles. Como é que eu iria alojar 10 mil pessoas se não fosse através de um regime militar?", justificou.



Portal do Cidadão/PMI

ESPERANÇA - Presidente Juscelino Kubitschek participa da solenidade da pedra fundamental da Usiminas que mudaria, para sempre, a vida na pacata Ipatinga

Metalúrgicos sob vigilância

USIMINAS PAGARIA POLICIAIS DE IPATINGA PARA VIGIAR TRABALHADORES FORA DA EMPRESA. METALÚRGICOS ALMOÇAVAM SOB O OLHAR DOS MILITARES



José Horta de Carvalho
"O trabalhador tinha que fazer e pensar tudo o que a empresa mandava"

► Trocar os vigilantes da Usiminas por pessoas capacitadas foi a principal reivindicação dos trabalhadores na reunião com membros da segurança pública do Estado, nos dias 7 e 8 de outubro de 1963. O pedido foi atendido. Os metalúrgicos também conseguiram a substituição do destacamento da Polícia Militar de Ipatinga. Uma tropa do 6º Batalhão da PM, de Governador Valadares, assumiu o policiamento do distrito. "Foi o período em que a empresa foi melhor para os trabalhadores. O tratamento era outra coisa. Mas como o que é bom dura pouco. No dia 31 de março de 1964 veio o Regime Militar", avaliou José Horta de Carvalho, ex-presidente da Sociedade Cultural 7 de Outubro, entidade

que dava apoio a movimentos sindicais e sociais de Ipatinga na década de 1980.

A vida dos metalúrgicos da Usiminas no início da década de 60 era semelhante à descrita por George Orwell, em seu clássico "1984". Havia uma vigilância constante. A empresa assumia o papel do "Big Brother". No trabalho, em casa ou no lazer, a vida dos operários era regulada. "O trabalhador tinha que fazer e pensar tudo o que a empresa mandava", afirmou José Horta, demitido pela Usiminas em 1985.

Duas vigilâncias controlavam a vida dos metalúrgicos. A oficial, formada por pessoas recrutadas dentro da empresa, fiscalizava a entrada e saída dos trabalhadores para evitar furtos dentro da Siderúrgica. "Os vigilantes eram a polícia dentro da empresa", comentou o comandante do destacamento da PM em Ipatinga na época do massacre, Robson Zamprogno.

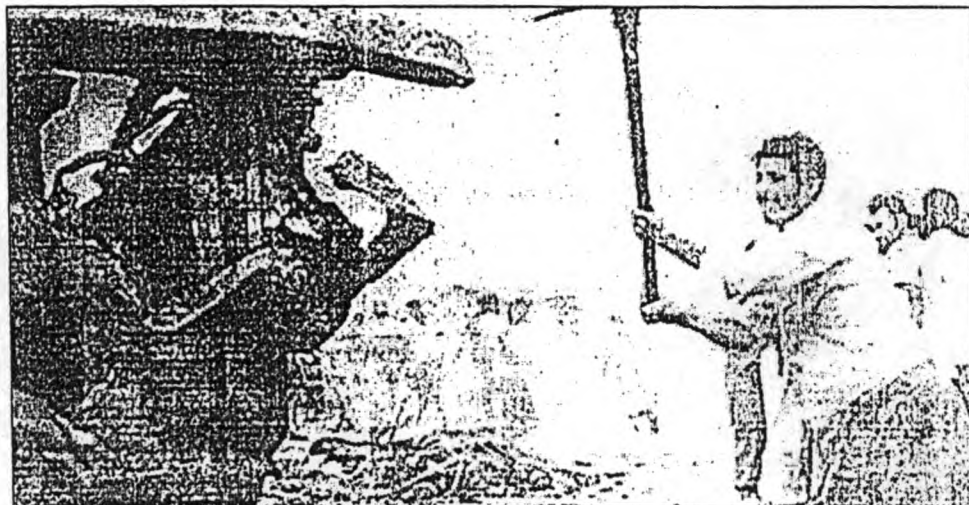
Um outro corpo de vigilantes patrulhava a área externa da empresa. Como denunciou

o jornal "O Binômio", na edição de 14 de outubro de 1963, a Usiminas empregava soldados do destacamento local que, à paisana e sem documentos, invadiam casas de funcionários, a qualquer hora do dia, para prender líderes sindicais.

Segundo Miguel Muniz de Assis, metalúrgico da Usiminas na época do "Massacre de Ipatinga", a Cavalaria perseguia os trabalhadores. "Quando cismavam, corriam atrás. Não precisavam de motivo. Era tudo aberto. Corriam atrás e metiam a espada." Nem o horário de almoço era respeitado. "O trabalhador estava lá de macacão, todo sujo de graxa, almoçando, e o policial rondando mesa dele e olhando de cara feia", recordou José Horta, que também acusa a PM de entrar na área interna da Usiminas para espancar trabalhadores. "Era entrada franca", afirmou.

Robson Zamprogno contesta a informação de José Horta e Miguel Muniz. O militar sustenta que a polícia era chamada todo dia pela direção da empresa para averiguar queixas de furtos de peças e ferramentas dentro da Usina. No entanto, sustenta que sempre precisava da autorização da Siderúrgica para entrar em sua área.

O lazer dos metalúrgicos também era vigiado. Segundo José Martins da Silva, morador do alojamento Chicago Bridge, invadido pela PM na noite do dia 6 de outubro, os trabalhadores que buscavam diversão viajavam para cidades vizinhas a fim de fugir da vigilância da empresa. (PA)



PRESSÃO - Durante meses vigilância da empresa irritava os operários. Em outubro de 1963, tolerância dos metalúrgicos chegou ao limite

Reprodução

Conseqüências do despreparo

PADRE QUE DEFENDEU METALÚRGICOS AFIRMA QUE POLÍCIA MILITAR NÃO ESTAVA PREPARADA PARA A SITUAÇÃO. COMANDANTE DA PM DE IPATINGA NA ÉPOCA RECLAMA DA FALTA DE INFRA-ESTRUTURA. OPERÁRIO FERIDO CRITICA FALTA DE PREPARO DA CATEGORIA PARA REIVINDICAR BENEFÍCIOS

PAULO ASSIS

► "A Polícia Militar, a Usiminas, a Igreja, os operários, ninguém estava preparado para uma convulsão social." A afirmação é de padre Avelino Marques. O vigário atuou como pacificador do conflito entre policiais militares e operários da Usiminas, em outubro de 1963, que culminou com a morte de oito pessoas, segundo dados oficiais. Da noite do dia 6 de outubro, quando foi chamado pelo comandante da PM em Ipatinga, capitão Robson Zamprogno, até momentos antes do tiroteio, na manhã do dia 7, padre Avelino afirma que tentou, a todo custo, evitar a tragédia. "Fiz o que devia fazer, até mais o que sabia fazer."

Ao lembrar o "Massacre de Ipatinga", padre Avelino Marques, hoje com 82 anos, prefere não apontar um único culpado pela tragédia. "Alguém culpado não tem. Todo mundo ali estava despreparado", afirmou. Na avaliação do vigário, a Usiminas errou ao se ocupar com a construção da Usina e deixar o lado social em segundo plano.

Situação que, segundo o pároco, provocava a revolta dos metalúrgicos. Avelino também diz acreditar que chamar a polícia foi um erro "não intencional" do diretor de Relações Industriais da Usiminas, Gil Guatimosin Júnior. "Ele, ingenuamente, chamou a polícia. Ela é que agiu mal", critica Avelino, que hoje mora em Venda Nova.

Como padre Avelino, o ex-metalúrgico José Vilas Novas, ferido na perna esquerda por sete tiros de metralhadora, criticou o despreparo dos operários para agir naquela situação. Para ele, os colegas deveriam ter procurado órgãos da Justiça e do Trabalho para resolver a situação em Ipatinga. Mas diz que os operários não esperavam uma tragédia como a que aconteceu no dia 7 de outubro de 1963,

pois protestar na portaria da Usiminas para reivindicar melhores condições de trabalho não seria motivo para atirar contra os trabalhadores. "Jamais podíamos esperar que a polícia fizesse o que fez", comentou Vilas Novas.

O aposentado José Martins da Silva também aponta o despreparo dos operários e da PM como causa do massacre. "Os operários, muitos do interior, não estavam acostumados com aquilo. A polícia não estava acostumada a mexer com operários, pois eram recrutados os mais bravos. Fazia carreira na PM aquele que matava ou prendia mais gente", criticou o ex-morador do alojamento Chicago Bridge, invadido pela PM na véspera do "Massacre de Ipatinga".

ERROS DA PM

Para padre Avelino Marques, a atuação da polícia no conflito provocou o massacre dos trabalhadores. "A polícia compareceu da pior forma possível. Para massacrar", critica. Na manhã do dia 7 de outubro, o vigário afirma ter pedido ao tenente Jurandyr Gomes de Carvalho, oficial que comandava os militares no caminhão, para retirar o caminhão da frente do portão, mas o pedido não foi atendido. "Padre, vou acabar com esse negócio é agora mesmo", seria a resposta segundo Avelino.

A reportagem tentou entrar em contato com Jurandyr Gomes de Carvalho. Ele não pôde conceder entrevista, pois se recupera de uma cirurgia.

A tropa da PM também teria cometido um erro estratégico. Essa possibilidade foi levantada pelo diretor de Relações Industriais da Usiminas na época do Massacre, engenheiro Gil Guatimosin Júnior. "Havia uma estrada de rodagem, a estrada de ferro, a cerca da Usina e o almoxarifado. A polícia foi chamada. Pensei que viesse por dentro. O capitão parou o



José Vilas Novas
Ferido por sete tiros na perna esquerda
ainda passa por cirurgias corretivas.

caminhão com os soldados entre a Usina e a multidão. Quer dizer, ele [o capitão e sua tropa] é que ficou cercado", disse o engenheiro em depoimento a uma publicação que comemorou os 25 anos da Usiminas.

O comandante-geral da PM estadual em 1963, coronel José Geraldo de Oliveira, reconheceu, em entrevista ao jornal "Hoje em Dia", em 1989, o erro da polícia. "Se você vai agir, vai agir com a tropa preparada em número suficiente", comentou.

"Não sabíamos que tinha uma multidão no portão", defende-se Robson Zamprogno, hoje com 72 anos. Segundo o militar, Gil Guatimosin chamou a PM para proteger os vigilantes contra os operários, mas os policiais só ficaram sabendo da gravidade da situação quando o caminhão chegou próximo à portaria. "Como os trabalhadores não deixaram o caminhão passar, os policiais acabaram ficando entre os operários", alegou.

Zamprogno sustenta que os militares estavam preparados, mas a estrutura da PM em Ipatinga não era favorável ao trabalho. "Todos tinham competência. O que não tínhamos eram recursos. Quando fizeram a Usiminas, esqueceram da infra-estrutura", reclamou o militar, acrescentando que foi necessário mandar uma mensagem de trem para pedir reforço ao 6º Batalhão da PM, em Governador Valadares, cidade 100 quilômetros de Ipatinga.

Capitão foi responsabilizado

► Quarenta anos depois do "Massacre de Ipatinga", um peso ainda está sobre o hoje coronel Robson Zamprogno. Mesmo não sendo indiciado em nenhum inquérito, o comandante da PM de Ipatinga na época do massacre afirma que sempre foi responsabilizado. "Quando você é o comandante, sofre todas as consequências", lamentou o oficial conhecido no meio militar, segundo ele, como o comandante do "Massacre de Ipatinga".

Na manhã do dia 7 de outubro de 1963, Robson Zamprogno conta que não estava entre os policiais que atiraram contra os operários da Usiminas. No momento do tiroteio, ele saía do escritório central da

empresa, onde participava da reunião que negociava o término da mobilização operária. Com medo de um ataque dos trabalhadores, fugiu em um jipe.

Zamprogno recorda que no ano do massacre as comemorações do 132º aniversário da PM de Minas Gerais foram canceladas. "Minha vida acabou ali. Eu que tentei evitar o conflito. Que tinha um ideal de herói, vi tudo acabar", emociona-se. O oficial foi levado preso para Belo Horizonte, junto com os demais policiais que participaram do tiroteio. Como não estava junto aos policiais que atiraram contra os metalúrgicos, Robson Zamprogno nunca foi indiciado e seguiu carreira até aposentar-se como coronel.

LEGÍTIMA DEFESA

A morte de sete pessoas e outras 78 feridas, de acordo com dados oficiais, foi encarada como legítima defesa pela Justiça Militar. Os jurados acataram a tese dos advogados de defesa: os policiais estavam em desvantagem contra uma multidão estimada em mais de cinco mil pessoas e agiram num instinto de sobrevivência.

O Ministério Público chegou a recorrer da sentença e conseguiu que 17 soldados fossem condenados a um ano e seis meses de detenção, um cabo a dois anos e o tenente Jurandyr Gomes de Carvalho a três anos. Como a decisão não foi unânime, a defesa recorreu e ganhou. No dia 17 de setembro de 1965, a inocência dos policiais envolvidos no "Massacre de Ipatinga" foi determinada. Nessa época o Brasil vivia sob o Regime Militar, o que dificultou o questionamento da sentença. (PA)



HISTÓRIA ESQUECIDA - Centro Esportivo e Cultural 7 de Outubro: uma das poucas recordações sobre o massacre de operários que marcou a história de Ipatinga

PROJETO EXPERIMENTAL A - JORNALISMO
ALUNO: PAULO SÉRGIO SILVA DE ASSIS
ORIENTADOR: VALDIR DE CASTRO OLIVEIRA
COORDENADORA: CARMEM DULCE DINIZ VIEIRA



Sumário



1. Resumo	03
2. Introdução	04
3. Objetivo	07
4. Reportagem	08
5. Perfil	10
6. Metodologia	11
6.1. Pesquisa	11
6.2. Pautas	13
6.3. Fontes	19
6.4. Entrevistas	25
6.5. Redação	26
6.6. Edição	27
6.7. Fotografias	28
6.8. Formato	29
7. Bibliografia	30

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich)
Departamento de Comunicação Social (DCS)

Relatório Projeto Experimental A

Aluno: Paulo Sérgio Silva de Assis

Orientador: Valdir de Castro Oliveira

Coordenador: Carmen Dulce Diniz Vieira

Banca Examinadora: Marcelo Freitas (Política/Estado de Minas), Nilmário Miranda (Secretaria Especial de Direitos Humanos/Presidência da República) e Valdir de Castro Oliveira (Departamento de Comunicação Social/UFMG)



"Massacre de Ipatinga completa 40 anos"

"São quase 10h. Uma pedra é lançada da multidão. Um policial é atingido. Começa o tiroteio. A metralhadora dispara para todos os lados. As rajadas não têm alvo. Trabalhadores correm. Pulam em buracos. Tentam se esconder. Nem todos têm sorte. Caem feridos ou mortos. Cessam os tiros. Mortos e feridos espalhados pelo chão."

Trecho extraído da reportagem

Ipatinga, dezembro de 2003



1. Resumo

O presente relatório descreve as etapas e as atividades realizadas, amparadas em conhecimentos adquiridos durante o curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de Minas Gerais, pelo estudante Paulo Sérgio Silva de Assis para elaborar e desenvolver a reportagem “Massacre de Ipatinga completa 40 anos”. Essas atividades compreendem elaboração de pautas, escolha de fontes, pesquisa, trabalho em campo, redação, edição, diagramação e fotografia, visando abordar uma vasta gama de áreas aprendidas durante a graduação.

2. Introdução

2.1. Objeto do relatório

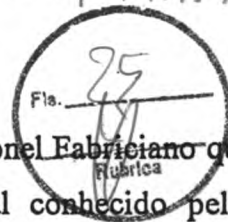
Grande reportagem sobre o Massacre de Ipatinga

2.2. Histórico do objeto

Na manhã do dia 7 de outubro de 1963, operários das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A (Usiminas), em Ipatinga, insatisfeitos com a arbitrariedade da vigilância da empresa e de policiais militares iniciaram uma mobilização operária na portaria número 1 da Siderúrgica. Cerca de 5 mil trabalhadores agruparam-se no local e impediram a entrada e saída dos colegas. Temendo que a ação dos operários chegasse ao interior da empresa, o diretor de Relações Industriais da empresa, Gil Guatimosin, chamou a Polícia Militar para conter o movimento. Um operário teria atirado uma pedra em um militar que, ferido, caiu. Os policiais começaram a atirar na multidão. Saldo: de acordo com dados oficiais 7 mortos e 78 feridos. Versão contestada por algumas testemunhas. Os policiais foram afastados de Ipatinga, então distrito de Coronel Fabriciano. Anos depois, já no regime militar, foram absolvidos pela Justiça Militar. Teriam agido em legítima defesa. O "Massacre de Ipatinga", como foi denominado o conflito, é conhecido por poucas pessoas na cidade já que, em 1964, com a instauração da ditadura, poucos moradores ousaram comentar o assunto que incriminava os militares. Após a redemocratização do Brasil, a história continuou esquecida.

2.3. Análise do objeto

O primeiro contato, através da pesquisa bibliográfica, com o "Massacre de Ipatinga" revelou uma grande semelhança entre o movimento operário de Ipatinga e o filme "O encouraçado Potemkin" (1925), de Sergei Eisenstein, exibido na disciplina Mídia e Movimentos Sociais, ministrada pelo professor Valdir de Castro Oliveira. Quando são ordenados a comer carne infestada de larvas, os marinheiros do navio de guerra Potemkin rebelam-se.



No início da década de 1960, Ipatinga era um pobre distrito de Coronel Fabriciano que via na construção da Usiminas a promessa de prosperidade. Local conhecido pelas moléstias que matavam pessoas que por lá tentavam morar, o distrito cresceu. De um pequeno vilarejo com menos de 500 pessoas, o local passou a acomodar mais de 10 mil pessoas. A infra-estrutura para receber essas pessoas não foi feita na mesma velocidade em que Ipatinga crescia.

Comida ruim, moradia precária, somados às constantes agressões de vigilantes criava um ambiente hostil de vida. Contudo, como relatou o metalúrgico aposentado José Horta de Carvalho, a rebelião na portaria da Usiminas não teve organização. Foi fruto da revolta dos operários por causa das agressões sofridas por colegas na noite anterior. Apesar de não haver uma organização nos moldes dos movimentos sociais atuais, o "Massacre de Ipatinga" foi um movimento social.

Um dos princípios fundamentais da dialética marxista é que tudo se relaciona. Quando tomado como referência, o motivo da revolta operária deixa de ser apenas um conflito entre operários e vigilantes, durante a saída do turno da noite do dia 6 de outubro de 1963, como apontam algumas análises e registros.

De acordo com o jornal "O Binômio" de 14/10/1963, os operários da baixa hierarquia da Usiminas viviam em cômodos apertados, que dividiam com outras pessoas e realizavam um revezamento – enquanto um trabalhava, o outro usava a cama para dormir. Os operários eram sujeitos a abusos de autoridade dos vigilantes e, mesmo quando estavam certos, já que alguns funcionários da empresa esqueciam documentos de identificação ou tentavam sair da empresa com bens de propriedade da Usiminas, os vigilantes agiam com violência.

Se os trabalhadores possuíam a consciência de que aquela realidade precisava ser alterada, o relato dos envolvidos mostra que não. Porém, alguns conceitos ensinados nas aulas de Política Brasileira pela professora Vera Alice Cardoso foram fundamentais para apresentar o "Massacre de Ipatinga" como movimento social.

O conceito de desenvolvimento político, apresentado pelo cientista político Fábio Wanderley Reis, é usado para denotar mudanças na organização da política. Noção que se reporta ao processo de organização e de mudança das instituições que dão forma ao Estado e ao tipo de interação da sociedade à política. O conceito também se refere à estabilidade/instabilidade institucional e ao "mercado político" que caracterizaria o desenvolvimento político pleno.

Para o melhor entendimento do conceito, ele foi dividido em três fases: fase pré-ideológica, cujo principal objetivo é promover a solidariedade territorial entre as pessoas, e conseqüentemente, propiciar a institucionalização do poder. Entretanto é necessário esclarecer, como demonstra Fábio Wanderley Reis, que o termo "*solidariedade*" é usado para denotar o "*compartilhamento de objetivos ou interesses*". A segunda fase, chamada "ideológica", caracteriza-se pelo esforço em institucionalizar as formas de participação na esfera política. É a fase em que a sociedade está fragmentada em grupos politicamente ideológicos, que contestam a natureza das instituições e dos conteúdos normativos. Já a fase pós-ideológica é aquela na qual as instituições estão constituídas, fortalecidas e então predomina o "mercado político" pleno.

No início da década de 60, embora em alguns pontos do Brasil os movimentos sociais trabalhassem com uma certa organização, em Ipatinga, então distrito de Coronel Fabriciano, no interior de Minas Gerais, ainda não havia avançado na organização de movimentos sociais. É inútil pensar a realidade como algo estático, que não se move ou desenvolve. A participação política no Brasil também se desenvolveu nos últimos anos. É fruto da ignorância olhar para o passado com os olhos de hoje. O mundo mudou. Hoje movimento social possui *site* na internet e assessoria de comunicação.



3. Objetivo

Como a mídia ao publicar um evento amplia sua visibilidade e faz com que ouvintes, telespectadores e leitores tornam-se potenciais participantes do evento e do debate que ele gera, espera-se que muito das dúvidas e fatos não revelados sobre o "Massacre de Ipatinga" venham à tona a partir do momento em que mais pessoas participam do debate e conheçam o que aconteceu há 40 anos na cidade onde moram.

O jornalismo, meio de comunicação de massa, possui a função informativa, que lhe permite levar à sociedade parte daquilo que acontece e que seja de interesse público. Os meios de comunicação também têm a função de transmitir a herança social. No caso específico do trabalho, essa é a função privilegiada: permitir que a história do "Massacre de Ipatinga" não faça parte apenas dos livros de história, mas seja transmitido através de meio de comunicação com maior alcance.

Além da importância histórica, a reportagem possui grande apelo, devido a curiosidade despertada e também uma proximidade, pois é um fato que aconteceu no início do crescimento da região. A reportagem "Massacre de Ipatinga completa 40 anos", apesar de não ter sido publicada para o público, foi trabalhada, e o presente relatório também, como tivesse sido publicado no dia 7 de outubro de 2003 em jornal de grande circulação do município. O material já estava pronto, ainda sem a edição final, mas não houve interesse na cidade em publicá-lo.

4. Reportagem

Como coloca Nilson Lage (MEDITSH, 1989) a definição de reportagem não é clara, pois “compreende desde a simples complementação de uma notícia – uma expansão que situa o fato em suas relações mais óbvias com outros fatos antecedentes, conseqüentes ou correlatos – até o ensaio capaz de revelar, a partir da prática histórica, conteúdos de interesse permanente, como acontece com o relato da campanha de Canudos por Euclides da Cunha”.

Há, contudo, definições mais simples como a de Ana Arruda Calado, para quem a reportagem é “o levantamento de um problema ou o balanço de uma situação” (CALADO, 2002). A reportagem descreve, de uma maneira mais ampla que a notícia, o fato, seus efeitos e conseqüências.

“Massacre de Ipatinga completa 40 anos” é, seguindo esses conceitos, uma reportagem. A notícia foi, em 1963, o conflito entre policiais e operários e as mortes provocadas por ele. Mesmo 40 anos depois, o fato ainda tem conteúdos de interesse permanente, principalmente por ser pouco conhecido entre os moradores de Ipatinga. Como cabe à reportagem apurar não apenas as origens dos fatos, mas suas razões e efeitos, também foram trabalhados esses eixos a partir de textos principais e retrancas.

A reportagem “Massacre de Ipatinga completa 40 anos” conta os fatos anteriores ao episódio que provocaram a revolta operária, o dia do conflito e os efeitos. Tudo a partir da ótica de pessoas envolvidas naquele episódio. Seguindo uma das instruções fundamentais que todos os repórteres podem usar para que a reportagem agrade o leitor foi feita uma divisão quatro eixos:

1 – *Os três dias cruciais do “Massacre de Ipatinga”*: 6 a 8 de outubro de 1963 . Entre as páginas 1 e 5 são contados os eventos mais imediatos que provocaram o “Massacre de Ipatinga”, sempre mesclando com a história de pessoas que foram afetadas ou viveram o episódio. Isso foi feito para tornar mais humano e atraente o texto para o leitor. Nas cinco páginas são contados os acontecimentos mais conhecidos dos três principais dias do conflito. Trata-se de uma parte baseada na pesquisa bibliográfica intercalada com depoimentos de testemunhas.



2 – *Desdobramentos e efeitos para envolvidos*: entre as páginas 6 e 9 são apresentadas as consequências do “Massacre” para pessoas que viveram ou foram afetadas pelo 7 de outubro. Algumas histórias das vidas dessas pessoas já foram publicadas, no entanto, procurei iniciar os textos com fatos novos ou que tenham passado despercebidos. Nessas quatro páginas está o maior apelo humano da reportagem. É a história de vida de pessoas afetadas pelo “Massacre”.

3 – *Polêmica sobre o número de mortos*: nas páginas 10 e 11 é apresentada a dúvida sobre o número exato de mortos no “Massacre de Ipatinga”. Solucionar essa dúvida é uma tarefa que ainda não foi conseguida por nenhum jornalista ou historiador. O número de mortos ainda é uma incógnita. Portanto, foi colocado o testemunho de algumas pessoas envolvidas no episódio. A maior parte das pessoas que falaram sobre o assunto já foi ouvida em outras publicações. Mas a novidade está na presença da enfermeira Maria Auxiliadora Vital Alves, que trabalhou no atendimento a mortos e feridos na Casa de Saúde Santa Terezinha, em Ipatinga, e discorda da versão oficial da história. Alguns pontos de seu depoimento não fazem parte da reportagem devido o caráter de acusação, que levanta muitas suspeitas sobre vários envolvidos, mas não foi possível comprova-los.

4 – *Análise da revolta dos operários em outubro de 1963*: entre as páginas 12 e 16, ou seja, a última parte da reportagem, são apresentadas as origens do fato. Nesse grupo, o estudante tenta mostrar que o “Massacre de Ipatinga” não foi um movimento isolado de uma realidade vivida pelos operários, como algumas pessoas de Ipatinga persistem em afirmar. A rebelião na portaria da Usiminas não teve organização. Foi fruto da revolta dos operários por causa das agressões sofridas por colegas na noite anterior. Isso não é motivo para dizer que não houve conexão entre a mobilização e os problemas enfrentados pelos trabalhadores no dia-a-dia. Seria muito esperar que na precária e atrasada Ipatinga da década de 60 existisse um movimento social organizado e articulado com os operários da região.

5. Perfil

Antes de chegar ao conhecimento dos leitores, é necessário que a reportagem seja aprovada pelos editores. Por isso, a reportagem sobre os 40 anos do "Massacre de Ipatinga" foi trabalhada com uma linguagem mais sóbria, evitando acusações. Só assim, a matéria seria publicada e poderia levar ao conhecimento do público o fato que marcou Ipatinga em 1963. Como a todo o tempo foi trabalhado como se a reportagem fosse publicada, é sabido que nem tudo que o jornalista sabe, ele consegue que seja publicado. O "Massacre de Ipatinga" é um desses assuntos. Embora haja sobriedade e uma pretensa "neutralidade" na reportagem, o leitor de Ipatinga (público alvo da reportagem) que vive o cotidiano da maioria dos trabalhadores da cidade, provavelmente saberá relacionar muitos fatos do presente e do futuro.



6. Metodologia

Nesse tópico são apresentadas as etapas seguidas para o desenvolvimento da reportagem sobre o "Massacre de Ipatinga". Todas realizadas pelo aluno Paulo Sérgio Silva de Assis.

6.1. Pesquisa

Definido o assunto a ser tratado, o principal passo a seguir é pesquisá-lo. A pesquisa é fundamental na atividade jornalística. É a partir dela que, muitas vezes, encontra-se o furo, o gancho e as fontes de informação. A pesquisa exige do jornalista investigação, seleção e interpretação. Ela é uma prática de levantamento de informação, que é a matéria-prima do jornalismo.

A pesquisa sobre o "Massacre de Ipatinga" foi feita em jornais, revistas, livros e dissertações que abordaram o assunto. Os locais de pesquisa: Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas, Hemeroteca do Estado, Biblioteca Pública de Ipatinga, Estação Memória de Ipatinga, Arquivo Jornal Diário do Aço, Biblioteca da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro.

6.1.2. Bibliografia básica

Relatório feito pela USIMINAS e apresentado à Comissão Parlamentar de Inquérito, que investigaria as causas do acidente. 30/10/63.

Recortes de publicações da região e fragmentos de documentos sobre o "Massacre" reunidos na Estação Memória de Ipatinga.

Jornal A VERDADE IMPRESSA. Coronel Fabriciano. 10/08/63, 08/04/63, 16/10/63 e 26/10/63.

Jornal ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte. 08/10/63, 01/06/2003 e 02/06/2003.

Jornal O BINÔMIO. Belo Horizonte. 14/10/1963.

Jornal O OUTRO LADO. Vale do Aço. 16 a 29/05/93 e 04 a 18/07/93.

Jornal VALE DO AÇO. Ipatinga. 13/10/96, 26/10/96

Jornal HOJE EM DIA. Belo Horizonte. 01/11/88

- Jornal SOCIEDADE CULTURAL 7 DE OUTUBRO. Ipatinga. Outubro de 1986.
- Jornal MINAS GERAIS. Belo Horizonte. 08/10/63.
- Revista O CRUZEIRO. 02/11/63
- Revista VEJA. 14/12/88
- Revista Ipatinga Ano 20. Editora Diário do Aço, 1984.
- Revista "Usiminas conta sua história". Fundação João Pinheiro, 1990.
- DINIZ, Lígia Garcia. *Viver em Ipatinga: olhares citadinos – cidadãos se fazendo na cidade (1958-1992)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política. Fafich/UFMG, 1998.
- RUEDA, Lenira. *Homens em série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens*. Volumes 1 e 2. Ipatinga.
- PEREIRA, Carlindo Marques. *O Massacre de Ipatinga*. Editora Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1985.
- O MASSACRE DE IPATINGA. Centro de Estudos do Trabalho – cadernos do CET, nº 17. Editora Vozes, Petrópolis, 1982.
- O MASSACRE DE IPATINGA. Cadernos do CEAS, nº 64. Novembro/Dezembro de 1999, Salvador.



6.2 – Pautas

São duas as principais definições de pauta: a) planejamento de uma edição ou parte da edição com a listagem dos fatos a serem cobertos no noticiário e dos assuntos a serem abordados nas reportagens. B) a cada um dos itens desse planejamento, quando atribuído a um repórter. No caso da reportagem proposta sobre o “Massacre de Ipatinga”, consideraremos apenas o item B, já que o item A já estava definido.

A pauta é o roteiro de trabalho do repórter. Ela permite que o repórter familiarize-se com o tema a ser tratado antes de ir para a rua. Permite a gestão adequada dos recursos financeiros, como gastos com transporte. Não que seja uma “camisa de força”. No meio da apuração o furo pode aparecer ou não. A pauta pode “cair”.

O “Massacre de Ipatinga”, devido à sua complexidade, poderia ser enfocado de diversas formas. Contudo, foi feito um recorte no emaranhado de fatos relacionados e decidido trabalhar com os dias do “Massacre”, ou seja, aqueles três dias de outubro de 1963 que marcaram a história de Ipatinga. A reportagem, portanto, desenvolve-se a partir dos quatro eixos apresentados no item 4.

Esses eixos serviram como um roteiro para a definição das pautas. Afinal, antes dessa definição, o acontecimento é simplesmente uma rede amorfa de fatos. É através da pauta que os acontecimentos ganham o provável formato de uma notícia e tornam-se codificáveis ao leitor.

O processo de definição de pautas sobre o “Massacre de Ipatinga” não foi fácil. O jornalista, antes mesmo de ir a campo investigar, sabe os limites que podem ser quebrados ou não. Uma pauta interessante e que nunca foi realizada é investigar, através de documentos de óbito em cartórios de cidades do Vale do Aço e através dos registros da Usiminas, o número exato de mortos. Isso deve ser feito com a intervenção da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais que, em audiência pública realizada em Ipatinga, determinou o fornecimento de todos os dados.

As pautas definidas durante o planejamento do trabalho serviram apenas como “alavancas” do trabalho. Afinal, mesmo através de uma extensa pesquisa bibliográfica, pouco se sabia de verdadeiro sobre o episódio. A seguir serão expostas as pautas iniciais.

6.2.1. Pauta 1

Tema: A véspera das mortes dos trabalhadores

Gancho: A briga na portaria da empresa

Resumo: Segundo a bibliografia pesquisada, no dia 6 de outubro de 1963, um atrito entre policiais militares, vigilantes e operários da Usiminas desencadeou outras brigas que culminaram com o Massacre na manhã do dia 7 de outubro. O objetivo dessa matéria é contar o que aconteceu naquele dia 6, um domingo, que provocou a revolta dos metalúrgicos.

Fontes:

Robson Zamprogno

Capitão do destacamento da Polícia Militar de Ipatinga na época.

Avelino Marques

Pároco da igreja do bairro Horto na época do Massacre.

Geraldo Ribeiro

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano na época.

José Martins da Silva

Morador do alojamento Chicago Bridge, invadido pela PM na noite do dia 6.

José Horta de Carvalho

Morador do bairro Santa Mônica na época, onde existiam vários alojamentos, entre eles o Chicago Bridge.

Miguel Muniz de Assis

Companheiro de alojamento de José Horta.

4.2.2 – Pauta 2

Tema: Os dias do Massacre de Ipatinga

Gancho: Pedrada ou uma ordem do capitão Zamprogno iniciou o tiroteio

Resumo: Na manhã do dia 7 de outubro, os trabalhadores, revoltados com as agressões sofridas no dia anterior, dirigem-se para a portaria da Usiminas para protestar. A bibliografia apresenta dois motivos para o tiroteio: um bilhete enviado pelo capitão Robson Zamprogno, que participava de uma reunião no escritório central da Usiminas, seria a



ordem de atirar; a outra versão diz que uma pedra atingiu um militar, o que provocou a reação dos policiais.

O objetivo dessa matéria é apresentar, a partir da pesquisa bibliográfica e de entrevista com fontes, um relato do que aconteceu naquela manhã do dia 7 de outubro que culminou com a morte dos metalúrgicos. Essa matéria deve conter alguns desdobramentos, possivelmente a partir da conversa com parentes de vítimas, que contam os acontecimentos daquele dia e as conseqüências para a família. Também colocar os impactos da revolta que atingiu o centro do distrito.

Fontes:

Jurandyr Gomes de Carvalho

Tenente da PM na época, comandante da Cavalaria de Ipatinga. Seria um homem rude, apontado como culpado pelo tiroteio.

Joaquim Felix de Carvalho

Ex-soldado da PM, afirmou ao Estado de Minas que uma pedrada iniciou o tiroteio.

João Bosco Gualberto

Conversava com o primo, o alfaiate Geraldo Rocha quando começaram os tiros. O alfaiate morreu.

José Elias dos Santos

Operário ferido durante o tiroteio. Ficou inválido.

José Villas Novas Mendes

Operário ferido durante o tiroteio. Ficou inválido.

Família de Alvino Ferreira

Operário morto durante o tiroteio.

Família de Geraldo Rocha

Alfaiate morto durante o tiroteio.

Família de Antônio José dos Reis

Operário morto durante o tiroteio.

Bernardina Sena de Assis

Esposa do comerciante José Francisco de Assis, o Zé Calixto. Enviou os filhos para a cidade de Antônio Dias, temendo quebradeira no centro de Ipatinga.

José Geraldo de Assis

Filho de Bernardina e Zé Calixto.

Maria Helena Silva de Assis

Morava a duas casas do prédio da cadeia incendiada pelos operários.

Dona Alda

Moradora da avenida 28 de abril, no centro de Ipatinga. Fugiu de casa quando surgiram as notícias que a revolta atingiria o distrito.

Dona Fia

Moradora da beira do Ribeirão Ipanema, a cerca de 150 metros do prédio da cadeia. Também fugiu quando soube das notícias da revolta.

Robson Zamprogno

Capitão do destacamento da Polícia Militar de Ipatinga na época.

Avelino Marques

Pároco da igreja do bairro Horto na época do Massacre. Chamado por Robson Zamprogno para intermediar o conflito. Padre popular entre os operários.

Geraldo Ribeiro

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano na época. Promoveu uma assembléia no bairro Horto na manhã do dia 6 de outubro.

José Martins da Silva

Morador do alojamento Chicago Bridge, invadido pela PM na noite do dia 6. Martins foi preso junto com companheiros de alojamento.

José Horta de Carvalho

Morador do bairro Santa Mônica na época, onde existiam vários alojamentos, entre eles o Chicago Bridge.

Miguel Muniz de Assis

Companheiro de alojamento de José Horta.

4.2.3 – Pauta 3

Tema: O número de mortos

Gancho: Número de mortos é dúvida

Resumo: Nas histórias contadas pelos mais antigos de Ipatinga e também na bibliografia sobre o Massacre, o número de mortos é apresentado sempre como algo sem solução. Normalmente, o número de mortos varia entre 7 e 50. Porém, tirando os oito mortos conhecidos, não há conhecimento de outras vítimas. Apenas no livro do jornalista Carlindo Marques, é apresentada uma esposa de um desaparecido. O objetivo da matéria é



apresentar alguns relatos de pessoas que tiveram mais próximas dos mortos. A Usiminas também será procurada para se manifestar e, se possível, apresentar o paradeiro dos funcionários da lista de feridos.

Fontes:

João Ferreira da Silva

Marceneiro aposentado. Fez os caixões dos mortos do Massacre.

João Bosco Gualberto

Comerciante. Primo de Geraldo Rocha Gualberto, morto no dia do massacre.

Quando foi ao ambulatório da Usiminas viu corpos enrolados em lençóis.

Avelino Marques

Pároco da igreja do Horto na época. Viu corpos espalhados pelo chão.

Geraldo dos Reis Ribeiro

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano na época. Afirma ter contado o número de mortos.

Hercílio da Costa Lage

Médico da Usiminas na época. Em reportagens do jornal "Hoje em Dia", no final da década de 80, afirmou que foram apenas 8 mortos.

Maria Auxiliadora Vital Alves

Enfermeira. Não havia sido entrevistada. Localizada pelo acaso ou pela sorte.

4.2.4 - Pauta 4

Tema: As causas do Massacre

Resumo: Apresentar as condições de vida dos trabalhadores em Ipatinga antes do Massacre de Ipatinga e as condições dos militares para enfrentar uma mobilização social.

Fontes:

Avelino Marques

Pároco da igreja do Horto na época do Massacre.

Bernardina Sena de Assis

Pioneira da cidade. Reside na antiga Rua do Comércio, no centro da cidade.

Dona Alda e Dona Fia

Moradoras do centro da cidade.

José Horta de Carvalho

Metalúrgico da Usiminas na época do Massacre.

José Elias dos Santos

Metalúrgico ferido.

José Villas Novas Mendes

Metalúrgico ferido.

Miguel Muniz de Assis

Metalúrgico aposentado

Geraldo Ribeiro

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano na época.

Carlindo Marques

Autor do livro "O Massacre de Ipatinga"

Família de Alvino Ferreira Felipe

Morto no massacre.

Família de Antônio José dos Reis

Morto no massacre.

Robson Zamprogno

Comandante da PM de Ipatinga na época.

6.3. Fontes



"O homem é a medida de todas as coisas, das que são enquanto são e das que não são enquanto não são".

Protágoras

O jornalista é um contador de histórias. A partir de relatos de outras pessoas, de fatos vistos ou ouvidos, ele "cria" a notícia. "Cada fonte possui um interesse específico e produz um discurso próprio. O código jornalístico, portanto, já se contamina de material interpretativo nas suas origens." (HENN, 53) Ao criar, ele interage com os fatos para construir sua matéria. A reportagem é, pois, uma simulação da realidade.

Trabalhar com a versão dos outros é um dos grandes desafios do jornalista. Diariamente, fatos e mais fatos são relatados a jornalistas que os transformam em notícias. No outro dia, o mesmo tema tem abordagem diferente por diferentes jornais. O jornalismo é assim. "Na função de mediador, (...), o jornalismo apropria-se de uma realidade, devolvendo-a ao consumo social, delimitando fronteiras e colocando-se como instância suprema no sentido de definir para as sociedades o que é realidade relevante." (HENN, 19)

Se há a dificuldade dos fatos diários, o que se dizer de fatos históricos. Reconstruir o que aconteceu há 40 anos. A memória mais lúcida ainda comete alguns tropeços. Como driblar as críticas de todo o momento. Algumas testemunhas questionam sua versão da história. E é assim mesmo, apenas uma versão. O fato tal como aconteceu, ficou lá, no 7 de outubro de 1963, 40 anos atrás.

No entanto, não basta dizer que como tudo é versão e acreditar em tudo o que dizem. O bom jornalista deve cruzar informações, pesquisar, confirmar dados. A perfeição não será alcançada, mas pode ser aproximada.

O Massacre de Ipatinga, como ficou conhecido o confronto entre Policiais Militares e metalúrgicos da Usiminas e de empreiteiras, é um fato com, no mínimo, cinco mil versões. Foi esse o menor número apresentado de pessoas no conflito. Toda pessoa aumenta uma vírgula, ou um ponto. Para "filtrar" as declarações das fontes, ou seja, saber qual o interesse que cada um possui já que representam um papel social.

Abdala Jorge

Padre da cidade de Timóteo. Na época do massacre presenciou o segundo dia da revolta dos metalúrgicos. Padre de extrema esquerda. A ligação com o operariado permitiria saber as condições de vida na região. Ainda reside em Timóteo. Selecionado a partir da pesquisa bibliográfica. Forma de contato conseguida a partir do catálogo.

Alda Assunção

Moradora do centro de Ipatinga desde meados de 1963. Fonte neutra. Selecionada para indicar quem era um morto que foi velado em sua propriedade. Dona Alda também relatou os desdobramentos da revolta dos metalúrgicos no centro do distrito. Pediu para não ser citada na reportagem. A entrevista também não foi gravada. Selecionado a partir de indicação de pioneiros da cidade.

Avelino Marques

Pároco da Igreja do bairro Horto na época do Massacre. Ligado aos operários. A entrevista com o padre foi o primeiro contato com uma testemunha do conflito entre policiais militares e metalúrgicos. Avelino contou toda a história. O principal objetivo era contar as condições de vida dos moradores do bairro Horto e Santa Mônica. Selecionado a partir da pesquisa bibliográfica. Localizado através da indicação de Bernardina Sena de Assis e telefone conseguido com a Arquidiocese de Belo Horizonte.

Bernardina Sena de Assis

Moradora do centro de Ipatinga desde janeiro de 1959. Auxiliou na reconstrução dos desdobramentos da revolta no centro do distrito e também nas condições de vida no local. Avó do autor da reportagem.

Capitão Gedir

Assessoria de Comunicação da Polícia Militar de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Contato feito para conseguir endereço ou telefone dos policiais envolvidos no Massacre. Também para conseguir os inquéritos policiais abertos. Nada foi fornecido.

Carlindo Marques

Autor do livro "O Massacre de Ipatinga". O contato com a fonte foi feito apenas para tirar algumas dúvidas e amparar a pesquisa. Telefone conseguido com o assessor parlamentar de um deputado estadual.

Cléria Lúcia Gomes dos Santos

Neta de Alvino Ferreira Filipe, morto pelos policiais. Não havia referência a família de Alvino na bibliografia. Ela foi localizada a partir de uma tia do autor da reportagem que, durante uma viagem com um grupo da Igreja Católica, conversou com Cléria. A partir de Cléria, foi conseguido contato com o resto da família de Alvino. O objetivo era saber quais as consequências para a família.

Eva Maria dos Reis

Filha de Antônio José dos Reis. O objetivo era saber quais as consequências para a família. Localizada a partir da própria mãe.

Geraldo Ribeiro

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano na época. Político de expressão na região. Selecionado a partir da pesquisa bibliográfica. Temas tratados com a fonte foram as condições de trabalho e vida dos operários, o dia do massacre e o número de mortos. Forma de contato foi conseguida através da lista telefônica.

Hercílio da Costa Lage

Médico da Usiminas na época. Supervisionou a autópsia dos corpos. Selecionado a partir do jornal "Hoje em Dia", de 1989. A fonte foi localizada através de sua filha, pois ele não mora mais em Ipatinga.

João Bosco Gualberto

Comerciante. Primo de Geraldo Rocha Gualberto, morto no dia do massacre. Quando foi ao ambulatório da Usiminas viu corpos enrolados em lençóis. Pessoa aparentemente neutra na história. Escolhido a partir de reportagens do "Estado de Minas".

João Ferreira da Silva

Marceneiro aposentado. Fez os caixões dos mortos do Massacre. Pessoa aparentemente neutra na história. Escolhido a partir de uma série de reportagens publicadas pelo jornal "Estado de Minas".

Joaquim Félix de Carvalho

Ex-policial militar. Um dos envolvidos no Massacre. Selecionado a partir de entrevista com o jornal "Estado de Minas". O ex-PM afirmou que não se lembrava de nada.

José Elias dos Santos

Ex-operário. Foi ferido no dia do massacre e ficou inválido. Localizado a partir de entrevista com jornal "Estado de Minas". Como não tinha telefone em seu nome, não foi localizado. A única referência era que morava num bairro chamado Grota do IAPI, que mesmo morando há 22 em Ipatinga, eu não conhecia. O estudante foi ao bairro Esperança, onde lhe indicaram que ficava a Grota, e com o jornal em mãos, perguntou para alguns comerciantes e pedestres onde moravam aquela pessoa. Depois de algumas tentativas, José Elias, ou melhor, Seu Juca, foi localizado.

José Geraldo de Assis

Morador do centro de Ipatinga na época. Contou a história de ser enviado para Antônio Dias para fugir do conflito. História que foi confirmada por Bernardina Sena de Assis, mãe do entrevistado.

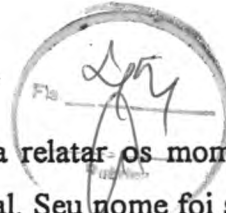
José Horta de Carvalho

Ex-metalúrgico e sindicalista. Não foi ferido no dia. Selecionado para contar o que aconteceu nos dias do conflito e também as condições de vida. Foi localizado a partir de indicação do amigo Miguel Muniz de Assis.

José Martins da Silva

Ex-metalúrgico, morava no Alojamento Chicago Bridge, invadido pela PM na noite do dia 6 de outubro de 1963. Selecionado para contar o que aconteceu aos trabalhadores presos na véspera do Massacre. Localizado a partir de uma publicação sindical.

José Vilas Novas Mendes



Ferido, o ex-metalúrgico ficou inválido. Selecionado para relatar os momentos mais críticos do conflito na portaria, pois trabalhava próximo ao local. Seu nome foi selecionado a partir do jornal "Hoje em Dia", de 1989, mas não foi localizado. Quase no final do trabalho, por acaso, o autor da reportagem foi apresentado a seu irmão que o encaminhou a Vilas Novas.

Jurandyr Gomes de Carvalho

Comandante da Cavalaria na época. Homem tido como violento. Comandava os policiais no caminhão que se postou em frente à portaria. Localizado a partir da internet, mas não pôde conceder entrevistas pois se recupera de uma cirurgia.

Magna Maria da Rocha Gualberto

Irmã do alfaiate Geraldo Rocha, morto no dia 7 de outubro de 1963. Foi indicada pelo primo João Bosco Gualberto. As perguntas feita à Magna concentravam-se nos desdobramentos da morte do irmão.

Maria Auxiliadora Vital Alves

Enfermeira. Não havia sido entrevistada. Localizada pelo acaso ou pela sorte. Mãe de uma vizinha com quem o autor da reportagem conversava sobre o assunto. A entrevista com Maria Auxiliadora foi dirigida a apresentar motivos para o desaparecimento dos mortos e também para apresentar a versão de uma pessoa da área de saúde que fosse independente.

Maria da Conceição Gomes Filipe

Filha de Alvino Ferreira. Fonte selecionada para apresentar os desdobramentos da morte do pai.

Maria Helena Silva de Assis

Morava próximo à cadeia incendiada pelos metalúrgicos revoltados.

Maria Martins

Esposa de Alvino Ferreira.

Miguel Muniz de Assis

Ex-metalúrgico. Morava no bairro Santa Mônica. Ligado aos movimentos sociais da Igreja Católica.

Onofre Santiago de Carvalho

Ex-metalúrgico. Ouvido apenas para confirmar um dado. Selecionado a partir de reportagem do jornal "Estado de Minas".

Robson Zamprogno

Capitão da PM de Ipatinga na época. Ouvido para apresentar o lado da PM e também para contar a história. Selecionado a partir da bibliografia. Mora em Belo Horizonte.

Tereza Gomes

Esposa de Antonio José dos Reis, morto no dia do massacre. Localizada a partir do jornal "Estado de Minas".



6.4. Entrevistas

"A matéria é boa se o repórter vai ao palco do acontecimento. A questão é que o jornalista corre atrás da notícia, e não a notícia atrás do jornalista"

Percival de Souza; entrevista ao jornal ZERO, da UFSC, nº 4 Ano XVIII, Junho de 2003

A entrevista jornalística, procedimento básico de apuração de informações, é concebida em três aspectos:

- a) toda coleta de informações por meio do diálogo;
- b) procedimento formal com status de gênero jornalístico
- c) matéria veiculada

Para desenvolver a reportagem "Massacre de Ipatinga completa 40 anos" foram utilizados os itens a e b. Com as principais fontes foram marcadas entrevistas, sempre respeitando algumas dicas básicas como apresentar o assunto da entrevista e, claro, cumprir o horário. Nos casos que não foi possível marcar uma entrevista presencial, por causa da distância e dos recursos disponíveis para a realização da reportagem, a conversa ocorreu por telefone.

Quando começaram as entrevistas, a pesquisa bibliográfica já havia terminado. A história conhecida do Massacre de Ipatinga era conhecida pelo repórter, mas durante as entrevistas, o repórter deve deixar o entrevistado falar, intervindo apenas em momentos de grande importância. Assim, o entrevistado não se sente acuado. Durante as entrevistas também é fundamental conquistar a confiança do entrevistado. Dessa maneira, mais informações são reveladas. Esse foi o caso, principalmente, do coronel Robson Zamprognio, entrevistado por telefone.

6.5. Redação

"Não existe receita única para escrever bem. Não existe, sequer, uma receita."

Ricardo Noblat, "A arte de fazer um jornal diário". P.80

Depois da pesquisa, das pautas, de ouvir as fontes, é o momento de escrever. Surge o problema: qual linguagem utilizar. Aprendemos durante o curso de Jornalismo que a linguagem jornalística deve ser um misto entre o formal e o informal de maneira que o jornalista se faça entender pelo maior número de pessoas. No entanto, segundo Ricardo Noblat, escrever não tem receita. É prática.

Quando ele faz uma análise sobre o futuro dos jornais, mostra como a forte inserção da internet como meio de comunicação e, claro, do Rádio e TV fazem do jornal um meio cada vez mais perecível. A notícia é dada pela TV, pelo rádio ou internet. Ao jornal cabem os desdobramentos, os efeitos, ou seja, reportagens. O leitor tem que ser incentivado a comprar o jornal.

Para isso, durante todo o desenvolvimento da reportagem, buscou-se a humanização dos fatos relacionados ao Massacre de Ipatinga. Ao contar a história mesclada com história de vida dos envolvidos, o leitor envolve-se mais com a reportagem. Mesmo para envolver o leitor não se deve perder de vista alguns preceitos jornalísticos.

Portanto, foram seguidas algumas regras básicas, como a pirâmide invertida, ou seja, o foco principal de cada matéria foi colocado no início, a linguagem simples, intercalando o coloquial e o formal. Apesar de saber que a objetividade é um ritual no jornalismo, toda a reportagem foi trabalhada para manter a isenção ao tratar do assunto.



6.6. Edição

Durante grande parte do curso de Comunicação Social – Jornalismo ouvimos que o Jornalismo é a arte de cortar. A informação deve ser passada no menor espaço possível. O leitor deve se sentir informado sem se cansar com uma leitura longa e penosa. Porém, como cortar sem cortar informação? Esse foi o trabalho desenvolvido na fase da edição. Após a redigir o material sobre o “Massacre de Ipatinga”, o presente trabalho, que conta com 16 páginas, possuía 24 páginas sem fotografias. Poucas informações foram retiradas. Saíram frases mal-construídas, informações redundantes ou repetidas.

6.7. Fotografias

O curso de Comunicação Social – Jornalismo realizado ofereceu apenas uma disciplina relacionada à fotografia – Oficina de Fotografia. Este foi um ponto falho do curso. Portanto, a parte fotográfica do trabalho foi baseada em fotografias históricas sobre Ipatinga e o Massacre. As fotografias atuais serviram para mostrar a participação dos personagens na reconstrução dos episódios relacionados ao “Massacre de Ipatinga”. Na maioria são fotografias apenas ilustrativas. O conteúdo informativo, na parte fotográfica, está nas fotografias históricas.



6.8. Formato

O formato de 16 páginas A4 foi determinado, sobretudo, por questões orçamentárias. A inexistência de patrocínio também não permitiu uma impressão de qualidade em papel A3. Não é um trabalho para se ler de uma vez só. Como exposto anteriormente, houve uma divisão da reportagem em quatro eixos. Cada um apresentando certa independência, o que permite ao leitor ler o trabalho de uma maneira pausada.

O leitor perceberá que as reportagens principais contam com a assinatura do autor. Nas retrancas, além de existir apenas as iniciais no final dos textos, optou-se por demarca-las com um quadro em volta. Afinal, não era este o formato desejado para a reportagem. Quanto à diagramação, estágios realizados durante o curso foram fundamentais, já que em jornais houve a oportunidade de ver e aprender "macetes" para agilizar a diagramação.

7. Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Afonso de. *Manipulação Editorial e produção da notícia: dois paradigmas da análise da cobertura jornalística da política*. In: BENTZ, Ione Maria Ghislene, PINTO, Milton José e RUBIM, Antônio Albino Canelas. Petrópolis, Editora Vozes, 1998, 2ª edição.
- BLUMER, Herbert. *A natureza do interacionismo simbólico*. In: MORTENSEN, Charles (org.) Teoria da Comunicação: textos básicos. São Paulo: Mosaico, 1980
- BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo, Companhia das Letras
- CALADO, Ana Arruda. *O texto em veículos impressos*. In: CALDAS, Álvaro. *Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da internet*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2002.
- CALDAS, Álvaro. *Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da internet*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2002.
- CANETI, Elias. *Massa e Poder*.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 3ª edição.
- HENN, Ronaldo. *Pauta e notícia: uma abordagem semiótica*. Canoas: Editora ULBRA, 1996.
- Jornal ZERO, da Universidade Federal de Santa Catarina, nº 4 Ano XVIII, Junho de 2003
- LAGE, Nilson. *A reportagem*.
- LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. São Paulo: Editora Ática, 2001. 7ª edição
- LASSWELL, Harold. *A estrutura e a função da comunicação na sociedade*. In: COHN, Gabriel. *A comunicação social e a indústria cultural*. São Paulo, 1973. pp 105-117
- Manual de Redação: Folha de S. Paulo. São Paulo: Publifolha, 2001
- MATINO, Luiz C. *De qual comunicação estamos falando?* Brasília: UnB, 2000 (texto digitado/inédito)
- MEDITSCH, Eduardo. *Método científico e método jornalístico*". Revista Intercom, Ano XII, n.º 60: janeiro/junho de 1989. pp. 55-61
- NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. São Paulo: Editora Contexto, 3ª edição, 2003.
- OSTROWER, Fayga. *A construção do olhar*.

REIS, Fábio Wanderley. *Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira*. São Paulo, Edusp, 2000

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001

TUCHMAN, Gaye. *A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas*. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa, Veja, 1993.

651116 J 8 m 1019

Quanto aos mortos da chacina, jamais se conheceu seu número verdadeiro. O presidente do sindicato, o vigário, o coveiro do cemitério de Ipatinga, testemunhas oculares, garantiram na ocasião e confirmam hoje, que mais de trinta operários perderam a vida. Contudo, os inquêritos policiais levantaram apenas o nome de oito:

- Aides Dias de Carvalho
- Alyino Ferreira Felipe
- Antônio José Reis
- Geraldo da Rocha Gualberto
- Gilson Miranda
- José Izabel do Nascimento
- Sebastião Tomé de Souza
- Eliana Martins - a criança de 3 meses metralhada no colo da mãe.

Assim, até que se possa apurar a identidade de todos os outros chacinados, estes oito nomes ficam sendo uma representação mais viva. Tal como seus companheiros de Chicago, bem que merecem o nome coletivo de Os oito de Ipatinga, símbolo das centenas de outros brasileiros vitimados nos anos pós 1.964 pelo regime militar das classes dominantes e lembrança de carinho e dívida para que os trabalhadores brasileiros venham um dia lhes resgatar completamente a memória.



O Analfabeto Político

"O pior analfabeto é o analfabeto político.

Ele não ouve, não fala, não participa dos acontecimentos políticos.

Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio depende das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito, dizendo que odeia a política.

Não sabe o imbecil que de sua ignorância nasce a prostituta, o menor abandonado, o assaltante e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e o explorador das empresas nacionais e multinacionais".

Bertolt Brecht

65/10/08 14:00

Todas as viaturas da Usiminas foram mobilizadas para transportar os feridos. Ocuparam-se imediatamente todos os hospitais da região: Coronel Fabriciano, Acesita, Ipatinga, Antônio Dias, Nova Era, Monlevade e Governador Valadares. Daniel Miranda Soares, em seu trabalho, relatou o número de mortos: "Foram mais de 3 mil feridos a bala e morreram 33 trabalhadores até o dia seguinte, em consequência dos ferimentos; embora as emissoras de rádio e os jornais dessem conta de 80 feridos e 7 mortos...". Não se sabe ao certo o número de mortos, pois foram ocupados todos os hospitais da região e também fora da região muitos trabalhadores feridos que procuraram seus parentes em suas regiões de origem e foram enterrados por lá; mas é bem provável que se situe em torno de 100 o número de mortos pela chacina, segundo os próprios trabalhadores."

O jornal Em Tempo (20/31 de março de 1978) publicou o depoimento de um operário que pediu omissão de seu nome: "Foram mais de 80 mortos. Os hospitais, casas de saúde de Coronel Fabriciano, Belgo Mineira, casa de saúde Santa Terezinha de Ipatinga, ambulatório da Usiminas, ficaram todos cheios de mortos e feridos. Na casa de saúde de Fabriciano, por exemplo, chegaram de uma só vez dez mortos, que foram empilhados e que os médicos nem tiveram o que fazer, porque os feridos eram muitos e precisavam de atendimento rápido. Nem os familiares dos mortos e feridos podiam entrar no hospital porque os policiais cercaram a entrada para que ninguém visse". O cartório de óbitos de Ipatinga, contudo, não acusa a ocorrência de mais que duas mortes entre os dias 7 e 10 de outubro de 1963. O cemitério da cidade não tem registro relativo a essa época, embora o administrador se recorde de ter recebido pelo menos 21 corpos "furados de bala"⁵. O padre Abdala Jorge contou recentemente que não sabe ao certo o número de mortos, mas ao chegar no hospital Nossa Senhora do Carmo na manhã do dia 7 viu 11 mortos. Várias outras versões dão conta de que morreram mais de 30 operários. Chega-se a dizer que vários corpos foram encontrados no meio do mato, que teriam sido atingidos pelos tiros quando fugiam rastejando nos morros ou no meio do eucalipto. Assim resultou a chacina.

Após a fuga da polícia, que entrincheirara-se nos morros ao redor da cidade, "com medo da reação dos operários", várias coisas aconteceram: um cadáver de um operário metralhado foi levado até ao escritório central por um grupo de com-



Gil Guatimosin e o operário morto sob sua mesa

5. Em Tempo, Ibid.

panheiros, e colocado em cima da mesa do engenheiro Gil Guatimosin e todos de uma só voz lhe disseram: "o senhor mandou matar, agora coma-o". Gil Guatimosin saiu pelos fundos e fugiu pelo mato, com medo de ser linchado. Se não o tivesse feito, o linchamento realmente poderia ter sido consumado, visto a disposição dos trabalhadores revoltados. De volta, os operários quebraram e incendiaram a guarita onde a confusão começou na noite anterior. Os vigilantes também desapareceram. A cidade agora estava por conta da massa. Então, uma multidão revoltada deixou o local da chacina e partiu para o centro da cidade, onde quebraram a marretadas a cadeia pública, após soltarem os presos que lá estavam, e a queimaram, ateando fogo também em várias casas na dona do Juá, como veremos mais à frente. Durante três dias seguidos, os operários descarregariam suas sagradas revoltas...

Enquanto isto, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano, Geraldo Ribeiro, foi avisado pelo padre Abdala, que viera a Ipatinga de manhã para verificar os acontecimentos, de que a situação na Usiminas era grave e que o sindicato teria que intervir. Foi então, segundo o padre, que o presidente do Metasita, acompanhado de outros diretores se dirigiram para Ipatinga, para dialogar com os trabalhadores e negociar com a empresa.

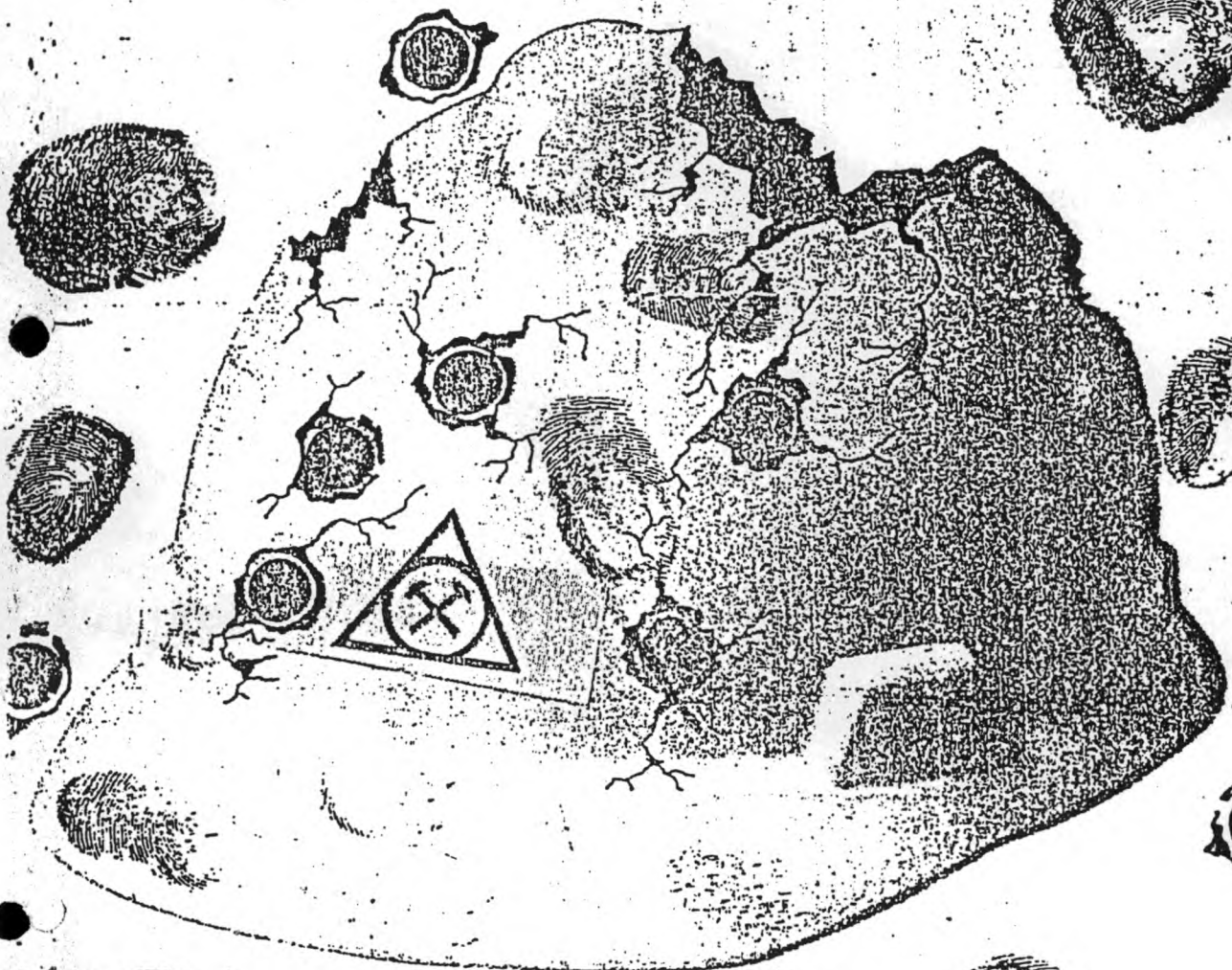
AS NEGOCIAÇÕES

Por volta das 14:30 horas o secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, Caio Mário da Silva Pereira, o comandante geral da Polícia Militar, coronel José Geraldo de Oliveira, o diretor da Usiminas, José Raimundo e o assistente militar da Segurança Pública, tenente-coronel Pedro Nazareth, que viajaram em um avião da Líder Taxi Aéreo, chegaram aos escritórios da Usiminas para um entendimento com os representantes dos operários da empresa e firmas que estavam operando nesta localidade. O ambiente era tenso. Os trabalhadores consideravam os soldados como bandidos e queriam o afastamento da PM de Ipatinga. O "Estado de Minas", de terça, 8 de outubro, assim publicou sobre a reunião:

"Os srs. Caio Mário da Silva Pereira e José Geraldo de Oliveira foram convidados a participarem de uma reunião entre líderes sindicais e diretores da Usiminas. O secretário de Segurança pediu que deixassem as janelas abertas, pois desejava que todos os operários ouvissem os detalhes para uma solução da greve de protesto.

"O engenheiro Gil Guatimosin Júnior, da Usiminas, iniciou uma exposição dos fatos que culminaram com os atos de selvageria dos soldados dizendo que havia pedido policiamento para a garagem, pois temia que os veículos fossem dali retirados pelos grevistas. O sr. Geraldo Ribeiro, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, representando os sete mil operários da Usiminas, condenou a atitude dos militares, taxando-a de selvagem e sem precedentes em nosso estado. Pediu a punição dos culpados e a retirada da Polícia Militar de Ipatinga. Declarou que os seus colegas de Coronel Fabriciano e Acesita estavam solidários com os trabalhadores de Ipatinga e dispostos a parar todas as usinas da região. Exibiu cápsulas de balas de metralhadoras e revólveres de calibre 38, usados contra os seus companheiros de trabalho. Terminada a exposição do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, enérgica mas em termos decentes, o sr. Caio Mário da Silva leu o memorando do governador Magalhães Pinto, que lhe foi entregue na manhã de hoje e que é do seguinte teor:

IPATINGA



MEMÓRIA DE UMA LUTA

PONTIFÍCIA UNIVERCIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

PROFESSOR: MAURÍCIO

COMPONENTES:

EDNA

HELENIR

OZANI

HELIA



A DIVISÃO DA CIDADE E AS CONDIÇÕES DE VIDA

A empresa pretendia isolar os menos remunerados dos que ganham mais dos chefes, engenheiros, dos técnicos, até aos desqualificados, assim o complexo de superioridade passava a influenciar.

Por outro lado, os retirantes do campo, expulsos pelo fatifúndio, dão uma outra forma visual e social à periferia da cidade contraindo favelas com as belas mansões dos chefes, a pobreza com a riqueza produzida pela Usiminas.

O plano da cidade na verdade é um projeto "funcional" e "hierárquico" e adaptado às exigências da fábrica, prevendo inclusive os planos de expansão da usina e respectivo aumento populacional da cidade (150 mil pessoas em 1975). A usina e estenderia num plano de 7 Km² e, em volta dela, entre os morros e, bem afastados um do outro se localizariam os bairros. A empresa construiu 9 bairros inicialmente (concluídos até meados da década de 60) e com áreas de extensão urbana entre eles; e seriam para funcionários especializados, os outros para operários não especializados e 6 tipos de residências. Assim os bairros obedeceriam à uma hierarquia de funções profissionais. Na mais alta escala, o bairro Castelo (em cima de um morro) teria residências para chefes (com área de 185m², 2 varandas, abrigo, sala de estar, sala de refeição, escritório, cozinha, serviço, quarto de empregada, 3 quartos e 2 banheiros) e engenheiros (área de 201,95 m², mesmo equipamentos com disposição diferente). Casa para técnicos e operários nos bairros Cariru e Horto, e mais 3 tipos de casas para "empregados não especializados" nos outros bairros (área de 84,2 m², sala, 3 quartos, banheiro, cozinha, coberta). Nos bairros Horto e Cariru, em posição deíametralmente oposta em relação à usina, "as atividades comunitárias de maior porte" (shopping-center, atividades terciárias em geral) foram centralizados para evitar o excessivo aglomeramento que fatalmente se daria num único "centro de atração".

Este projeto se baseava nos seguintes dados, que se referem aos empregados da usina (que corresponderia à sua 1.ª fase):

a - Quanto à categoria de profissionais:

- Quadro de Superiores	0,13%
- Chefias	5,02%
- Especialista	16,07%
- Operadores	48,35%
- Mão de Obra não Especializada	30,43%

b - Quanto à composição familiar:

- Solteiros	29,90%
- Casais sem filhos	9,10%
- Casais com 1 ou 2 filhos	25,00%
- Casais com 3 ou 4 filhos	23,00%
- Casais com mais de 4 filhos	13,00%

" Os operários da Usiminas estão revoltados com as injustiças sociais de Ipatinga. Enquanto moram em barracões de caixotes nas favelas ou em alojamentos precários, os engenheiros e os japoneses vivem em casas luxuosas, como no bairro Cariru. A região, antes da construção da Usiminas, era pacífica, mas hoje respira-se um ar de intranquilidade, podendo ocorrer até massacre de operários, se o governo não tomar medidas preventivas."

A divisão do trabalho ao nível de fábrica se reflete ao nível espacial-urbano, de maneira direta e hierárquica, e tem como uma das consequências marcantes na formação da classe operária na região o seu próprio fracionamento, atomização e/ou dispersão; indicando claramente o sentido de fragmentar e isolar os trabalhadores, evitando que se identifiquem em torno de caminhos comuns e universais à sua própria classe; controle maior quando se tem apenas uma atividade monopolista.

CONDIÇÕES DE VIDA

Em termos gerais o conflito é determinado pelo desenvolvimento dos interesses antagônicos entre o capital (a empresa e o sistema que a envolve) e os trabalhadores: de um lado as necessidades da usina



são gerais (demanda nacional de aço requerida pelo capital) e particulares (a eficiência na produção, combinando todos os fatores envolvidos nas despesas, inclusive o controle sobre os produtores diretos) e de outro lado, os produtores, e os trabalhadores, peça fundamental na produção, cujas reivindicações entravam em choque com os interesses imediatos da empresa, sendo os seguintes: Salário, Alimentação, Habitação.

SALÁRIO

Dentro da previsão orçamentária para 63, a Usiminas podia conceder a partir de setembro, um aumento de 111%. Nenhum aumento foi dado e ainda há déficit na Usiminas: um desfalque de 1 bilhão de cruzeiros foi escondido apesar de constar em relatório de 200 páginas existentes nos arquivos, elaborado pelo Grupo de Coordenação Geral. O gráfico salarial feito pelo grupo, mostra que os operários da empresa recebem menos que os da COSIPA, BNDE, CEMIG, FRIMISA, e outras mistas. Enquanto isso, a direção comercial da empresa continua sem chefe desde a demissão do jornalista Ney Otaviani Bernis - com 31 mil pedidos e compras e vendas acumulados nas gavetas.

ALIMENTAÇÃO

Fornecendo 11 mil refeições diárias, a Usiminas não tem um nutricionista e os quatro assistentes sociais que lá estiveram, não conseguiram ficar, alegando que "não aguentam a vida de Ipatinga". Por isso, a comida da Usiminas não chega a ter mil calorias diárias, quando o necessário para o trabalhador braçal é superior a 2.500.

A Cooperativa da companhia - embora não pagando impostos - vende mais caro que os outros armazéns particulares:

Gêneros	Cooperat.	Super. Maringá	Armazém Progre
Açúcar cristal	90,00	85,00	85,00
Milho	30,00	25,00	25,00
Feijão Preto	125,00	110,00	110,00
Farinha de Trigo	145,00	120,00	120,00
Sopa Knorr Suiça	175,00	140,00	130,00
Arroz	150,00	125,00	130,00

HABITAÇÃO

Até a ida do ex-deputado José Raimundo (PTB) para a direção industrial - indicado pelas forças populares - somente chefes e dirigentes tinham casas. José Raimundo mandou construir mil e trezentas novas habitações, que ainda são muito poucas para oito mil funcionários. Por isso, 60% dos operários moram em barracos de madeira, onde se amontoam oito pessoas - camas tipo beliche - em cubículos de 3x3m, fazendo suas necessidades no mato.

TRANSPORTES.

53% dos empregados ganham uma hora para chegar ao serviço em caminhões nos ônibus da Viação M.Pires, que cobram 150, cruzeiros por KM de percurso.

DIVERSÕES

O clube Usipa - sede esportes, com futebol profissional não recebe operários, a quem está proibida a entrada. Até as mulheres de Ipatinga são mais caras, pois as "Casas suspeitas" pagam "impostos" a polícia local.

DESEMPREGOS

Por outro lado, a migração provocada pela propaganda que espalhou-se pelo país inteiro de que corria muito dinheiro na região, fez com que as três cidades vizinhas se tornassem cada vez mais receptores de retirantes das secas nordestinas do campo e de outras cidades pelo desemprego. Com esta inchação urbana, as indústrias que aqui se instalavam não atendiam à demanda de mão-de-obra e o desemprego tomava dimensões assustadoras e o desajuste social levava trabalhadores a se transformarem em ladrões, menores em trombadinhas, prostituição e a mendicância era crescente.

OS MENORES ABANDONADOS - São outro problema na região da Usiminas. Os pais trabalham o dia todo, de operário e lavadeira. O menino perambula com fome pelas ruas, já que em casa não existe nada para comer.



METAMOFOSE DO PELEGUISMO

O segundo maior sindicato do estado que nasceu e germinou por força do golpe militar de 1964, sempre foi controlado pela Usiminas. Para sua direção sempre foram "indicados" homens de confiança dos padrões e do governo. Além de "pelegos" vários diretores que passaram pela entidade teriam também dedo-duros, como é o caso latente do ex-secretário Ascy Castelo Mendonça, acusado pelos operários de ser informante do serviço Nacional de informações (SNI) e de ser responsável pela demissão de vários trabalhadores combativos. Como o golpe de 1964, Ipatinga sai de condição de Distrito de Coronel Fabriciano em abril do mesmo ano e transforma-se em cidade por força da lei nº 2.764, tendo como intendente Dêlio Baeta da Costa, nomeado então pelo governador Magalhães Pinto. O sindicato desmembrou-se. Foi criada uma Associação dos trabalhadores Metalúrgicos, transformada em seguida em sindicato.

Acontece que desde a sua criação os metalúrgicos de Ipatinga não confiam no seu sindicato. Já houve assembleia em que tinha mais vigilantes da Usiminas que operários. Foi assim que muitos trabalhadores, após fazer uso da palavra para defender os direitos da categoria, perderam o emprego por outro lado a própria direção da entidade sempre se encarregou de "entregar" para a chefia aquelas que sempre mais se destacaram nas reuniões e o sindicato aceita aquilo que a empresa oferece sem maiores discussões.

Além de controlar o sindicato, a Usiminas controla a vida dos trabalhadores tanto dentro como fora da empresa. Para a "Cultura Usiminas" seu operário só pode pensar o que lhe interessa a empresa. Trabalhar produzir e aceitar o que lhe é oferecido. Não é a toa que a vésperas das eleições de 1982, todos os militantes do partido dos trabalhadores que trabalhavam em sua área foram demitidos. Alegava o "Temor das greves do LULA." Também mantém sob seu controle as cooperativas de crédito e de consumo, os principais clubes sociais e recreativos, a prefeitura, e a imprensa local.

Em 1982 a Usiminas e o sindicato são transformados em comitês eleitorais do partido da ditadura. Depois de uma eleição sindical fraudulenta, como denunciaram alguns integrantes da única chapa que pela primeira vez concorreu como a oposição, a chapa 2, a direção do sindicato fez dobradinha com o então presidente da Empresa Flaminio Pacheco e se declarou publicamente e moralmente contra os trabalhadores.

OS ESTRANHOS ROUBOS NA USIMINAS

Várias foram as questões que levaram à decretação da greve geral na Usiminas no dia 07 de outubro de 1963. A má alimentação servida no restaurante da empresa, o baixo salário, as más condições de vida e trabalho, moradia, transporte, foram fortes indícios que inevitavelmente mais cedo ou mais tarde causariam fortes reações na classe operária e levariam os explorados a reivindicar seus direitos.

Muitos operários não sabiam porque eram tratados com tanta brutalidade nos horários de entradas e saídas do trabalho. Alguns achavam que isso era normal pelo fato de serem "PEÕES", boias frias. Mas ninguém concordava as revistas feitas pelos vigilantes nas portarias se davam finalmente com o mais alto grau de ignorância e violência. O corpo de vigilância foi organizado para revistar operários nas entradas e saídas da Usiminas. Isto os levou mais ainda porque a organização dos vigilantes é calcada em moldes fascistas.

"Muita coisa iria aparecer se o grupo japonês levar avante o inquerito para apurar responsabilidades nos descios de dinheiro e de materiais da Usiminas, Os japoneses alegam que mais de dois bilhões de cruzeiros já foram furtados. Além do empreguismo que impera na Usiminas, com protegidos dos diretores e chefes de seção ganhando verdadeiras fortunas em salários, os japoneses que apurar como funciona o setor de concessões aos comerciantes, porem inclusive, casas comerciais vendendo aos servidores com desconto em folha". Os operários não podem ser acusados de ladrões. "Quando os verdadeiros ladrões são os outros".

Em Ipatinga, o terror da população era a Cavalaria montada com suas esporas barulhentas, No extenso alojamento Santa Mônica após várias buscas e práticas de violências, a policia já não ousava mais intimidar os trabalhadores, pois se organizaram tanto que logo criaram uma maneira de avisar entre si a chegada da PM. Então quando a cavalaria ia se aproximando nas entradas dos alojamentos um operário, com uma corneta, dava um toque de alerta, a polícia não ousava ficar por muito tempo, pois grande parte dos operários possuia armas em seus aposentos vários atritos entre PM e os trabalhadores foram registrados naquela localidade.



06 DE OUTUBRO EXPLODE O ÓDIO DOS OPERÁRIOS

06 de outubro de 1963 , 22 horas, Quando a sirene da Usiminas apita por alguns segundos, anunciando o término de mais um turno.

Os operários se dirigem em correria em direção ao portão de saída cada um na esperança de chegar mais cedo em casa e descansar para a rotina do dia seguinte.

Alguns dobravam seus horários de trabalho para atender necessariamente as exigências pessoais e familiares.

De repente uma fila enorme é formada na portaria, O tratamento dos vigilantes, agora, é mais desumano que antes.

Ninguém podia sair sem que antes todos fossem revistados. Não se podia levar mais leite para casa, tinha que ser jogado nas latas de lixo da portaria.

Lá fora o caminhão se movimenta para sair, mas o vigilante impede a saída dos trabalhadores. Há tensão começa a tomar conta da massa. O vigilante que ficava num canto da gurita, com a mão direita sobre o coldre, saca da arma com uma velocidade incrível e dispara um tiro contra o litro de leite do trabalhador. Aquilo foi o bastante para transbordar a era da massa, O portão foi aberto à força. Os operários passaram em massa e até saltaram a cerca. Cerca de 20 vigilantes tentaram dominar os operários, mas agora impossível.

Quando os rudes policiais chegaram a maioria dos operários já haviam passado por cima dos vigilantes e ido para suas casas ou alojamentos desconfortáveis caminhões da empresa. Os que ainda se encontravam na portaria foram presos e ali mesmo começou a sessão de espancamentos.

A polícia não estava satisfeita com a ação dos operários, nem em ter levado presos apenas uns poucos. Era preciso buscar o restante nos alojamentos, O alojamento em peso foi acordado e os policiais tiveram que recuar após espancar alguns operários. Armários, guarda-roupa e outros móveis foram arrastados para o meio das ruas para servir de barricada. Os operários que possuíam armas se preparavam para o enfrentamento com a polícia.

Depois de uma longa troca de tiros, os policiais reconhecem que suas forças são insuficientes e recuam mais uma vez, tendo com baixa um cavalo que morrera no enfrentamento e um soldado ferido. Como num campo de concentração os soldados armados de metralhadoras e fuzil, abriam cerca de 300 homens ao deitar com as mãos na nuca no chão molhado pela chuva.

Os soldados riscavam os operários com as espadas que usavam cotidianamente em suas diligências. Ninguém podia correr.

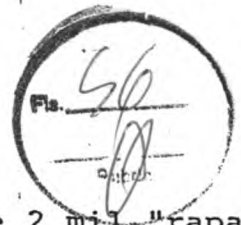
O Estado de Minas do dia 08 explicou como os operários foram libertados: "As primeiras horas de hoje (07) o engenheiro Gil Guatinsin foi ao quartel do destacamento e conseguiu a libertação dos operários, que continuavam detidos naquele local.

Após deixarem o quartel da cavalaria e depredarem o carro de Gil, em alta madrugada, os operários se dirigiam para Santa Mônica, onde relataram os acontecimentos do quartel aos outros companheiros que já se encontravam reunidos na rua principal do acampamento: Agora reivindicações não eram apenas econômica ou por melhores condições de moradia, mas pela retirada da polícia, a substituição do corpo de vigilância, vários discursos foram feitos madrugada afora acompanhados de várias propostas, e todos firmes numa só decisão:

GREVE GERAL.

Quando o dia começou a amanhecer todos se dirigiram para a portaria da Usiminas que ficava na ocasião, próximo ao escritório central, hoje, área da Usiminas Mecânica (USIMEC). O "Estado de Minas" assim descrevem esses momentos: "Pela Madrugada, os operários formaram vários piquetes de greve e passaram a percorrer as instalações externas da Usiminas".

Um contingente passou a policiar a garagem a fim de impedir a retirada de viaturas que se destinavam a apanhar os trabalhadores da companhia.

O MASSACRE DO DIA 07

Por volta das 5 horas da manhã do dia 7, cerca de 2 mil "rapazes so-
teiros" dos alojamentos Santa Mônica e Chicago foram postar-se e
frente ao portão de entrada principal da Usiminas perto da garagem.
Ali foi explicado a cada grupo de operários que vinha chegando par-
o trabalho, os acontecimentos da noite anterior. Aproximadamente à
oito horas, a multidão aglomerada na portaria da Usina era cerca d-
10 mil pessoas, inclusive trabalhadores de empreiteiras.

Novamente a polícia entra em ação. O Tenente Jurandir Gomes de Carv-
lho ameaça atirar se a massa não entrar para o trabalho, como se na-
da tivesse acontecido na noite anterior e os trabalhadores fossem p-
riedade privada da Usiminas. Disse que tinha ordens de mandar se-
pelotão abrir fogo se necessário, para obrigar todos a entrar em se-
viço. O relatório da própria polícia dizia que a ordem era para a-
rar para cima e para baixo, como aviso.

Quando os soldados tomaram posição de ataque, alguns trabalhadores
tentaram formar um cordão de isolamento dando-se as mãos e alguns
tros teriam atirado pedras em direção dos policiais, pois ao contrá-
rio do que a polícia afirma em seu relatório, os operários não esta-
vam armados naquele momento. O ódio tomou conta da massa, os solda-
berravam de cima do caminhão. Enquanto isso, o fotógrafo José Izabe-
Nascimento, registrava tudo produzindo inéditas fotos para a impre-
sa estadual e nacional.

Começa o tiroteio. A ordem é para atirar para cima, a princípio
balas cortam o ar e vão atingir o bairro Bom Retiro, que fica 2 km
distância, e as proximidades do Rio Piracicaba, após este bairro, m-
outros disparos são ouvidos pelos operários, o matraqueador da me-
lhadora de tripê, agora, é incessante. O padre recomenda que tod-
se abaixem entre os trilhos da ferrovia para evitar o alcance das
las que cospem sem parar de cima do caminhão. Quando já se ouvia
apito do trem expresso Nova Era-Vitória, ainda distante, no bair-
Maringá, as armas foram apontadas contra os operários que tentav-
se proteger e atiram contra estes. O trem parou antes do acontec-
mento, as balas agora atingem diretamente os corpos dos operários
ao serem perfurados vão subindo se deslocando no ar, rolando e gem-
do de dor. Era a cena mais terrível que se podia presenciar, diz-
mais tarde um operário. As armas continua cuspindo balas sem cess-
por mais de 15 minutos. Vários trabalhadores, enfurecidos lamentav-
naquele momento, não dispor de armas equiparáveis com as da polici-

Talvez tivesse surgido ali mesmo o maior movimento guerrilheiro da história do país. Fazia 4 anos que os heróicos barbudos da "Sierra Maestra", comandados por Fidel Castro e "Che. Queved", davam uma demonstração de coragem ao mundo inteiro derrubando a ditadura fascista de Fulgêncio Batista e assumindo o poder em Cuba. Eram momentos que passavam pela cabeça de muitos, enquanto outros iam tombando feridos ou mortos. José Isabel, que se preparava para fazer novas fotos, foi atingido com vários balaços, caindo gravemente ferido, morrendo dez dias depois na Casa de Saúde Santa Terezinha. Um cego que pedia esmola à multidão de operários, também foi atingido por vários projêteis, morrendo no local. Eram 16 soldados, um cabo e o tenente, segundo a polícia, armados de revólveres, metralhadoras e fuzis. Durante quase 20 minutos parecia uma praça de guerra. Só se ouvia estrondos de fuzis e rajadas de metralhadoras, gritos, gemidos. Um trabalhador tentou pegar um policial por trás e tomar-lhe a metralhadora. O outro policial, do outro extremo do caminhão, atirou-lhe com o fuzil. Foi uma morte horrível. Em seguida, os soldados foram se retirando e atirando pelos caminhos, em direção ao morro Vista Alegre, um bairro distante do centro da cidade. Na fuga os soldados metralharam a garotinha Eliane Martins, de três meses de idade, que estava nos braços da mãe, Antonieta Martins, quando saíam de um consultório médico, junto ao escritório central. Eliane morreu na hora e sua mãe foi internada em estado grave. Várias outras pessoas foram sendo metralhadas pelo caminho. A ambulância que socorria os feridos também foi metralhada. "Os soldados criminosos não respeitaram a ambulância de placa 41-34-58, da Usiminas, que estava empenhada no socorro dos feridos". Os soldados dispararam vários tiros contra o veículo, colocando em risco a vida do seu motorista Hélio Soares. Duas perfurações foram feitas na ambulância". Na ocasião, o trânsito havia sido paralisado em frente ao escritório central, devido aos acontecimentos. Operários e populares que rastejavam morro acima fugindo do tiroteio eram agora impiedosamente atingidos pelos soldados em fuga. Todas as viaturas da Usiminas foram mobilizadas para transportar os feridos. Ocuparam-se imediatamente todos os hospitais da região: Coronel Fabriciano, Acesita, Ipatinga, Antônio Dias, Nova Era, Monlevade e Governador Valadares. Daniela Miranda Soares, em seu trabalho relatou o número de mortos: "Foram mais de 3 mil feridos a bala e morreram 33 trabalhadores até o dia seguinte, em consequência dos ferimentos; embora as emissoras de rádio e os jornais dessem conta de 80 feridos e 7 mortos ...". Não se sabe ao certo o número de mor



tos, pois foram ocupados todos os hospitais da região e também fora da região muitos trabalhadores feridos que procuraram seus parentes em suas regiões de origem e foram enterrados por lá; mas é bem provável que se situe em torno de 100, o número de mortos pela chacina seguindo os próprios trabalhadores.

O Jornal Em Tempo (20/31 de março de 1978) publicou o depoimento de um operário que pediu omissão de seu nome: "Foram mais de 80 mortos. Os hospitais, casas de saúde de Coronel Fabriciano, Belgo Mineira, Casa de Saúde Santa Terezinha de Ipatinga, ambulatório da Usiminas ficaram todos cheios de mortos e feridos. Na casa de saúde de Fabriciano, por exemplo, chegaram de uma só vez, dez mortos, que foram empilhados e que os médicos nem tiveram o que fazer, porque os feridos eram muitos e precisavam de atendimento rápido. Nem os familiares dos mortos e feridos podiam entrar no hospital porque os policiais cercaram a entrada para que ninguém visse". O cartório de óbitos de Ipatinga, contudo, não acusa a ocorrência de mais que duas mortes entre os dias 7 e 10 de outubro de 1963. O cemitério da cidade não tem registro relativo a essa época, embora o administrador se recorde de ter recebido pelo menos 21 corpos "furados de bala". O padre Abdala Jorge contou recentemente que não sabe ao certo o número de mortos, mas ao chegar no hospital Nossa Senhora do Carmo na manhã do dia 7, viu 11 mortos. Várias outras versões dão conta de que morreram mais de 30 operários. Chega-se a dizer que vários corpos foram encontrados no meio do mato, que teriam sido atingidos pelos tiros quando fugiam rastejando nos morros ou no meio do eucalipto.

Assim resultou a chacina.

Após a fuga da polícia, que entrincheirara-se nos morros ao redor da cidade, "com medo da reação dos operários", várias coisas aconteceram: um cadáver de um operário metralhado foi levado até ao escritório central por um grupo de companheiros e colocado em cima da mesa do engenheiro Gil Guatimosin e todos de uma só voz lhe disseram "o senhor mandou matar, agora coma-o". Gil Guatimosin saiu pelos fundos e fugiu pelo mato, com medo de ser linchado. Se não o tivesse feito, o linchamento realmente poderia ter sido consumado, vista a disposição dos trabalhadores revoltados. De volta, os operários quebraram e incendiaram a guarita onde a confusão começou na noite anterior. Os vigilantes também desapareceram. A cidade agora estava por conta da massa. Então, uma multidão revoltada deixou o local da chacina e partiu para o centro da cidade, por onde quebraram a marretadas a cadeia pública, após soltarem os presos que lá estavam,

queimaram, ateando fogo também em várias casas na dona do Juã, como veremos mais à frente. Durante três dias seguidos, os operários des carregariam suas sagradas revoltas...

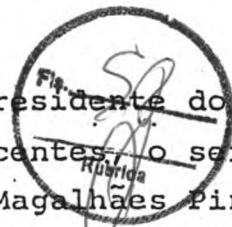
Enquanto isso, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano, Geraldo Ribeiro, foi avisado pelo Padre Abdala, que via para a Ipatinga de manhã para verificar os acontecimentos, de que a situação na Usiminas era grave e que o sindicato teria que intervir. Foi então, segundo o padre, que o presidente do Metasita, acompanhado de outros diretores se dirigiram para Ipatinga, para dialogar com os outros trabalhadores e negociar com a empresa.

AS NEGOCIAÇÕES

Por volta das 14:30 horas o secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, Caio Mário da Silva Pereira, o comandante-geral da Polícia Militar, coronel José Geraldo de Oliveira, o diretor da Usiminas, José Raimundo e o assistente militar da Segurança Pública, tenente coronel Pedro Nazareth, que viajaram em um avião da Lide Taxi Aéreo, chegaram aos escritórios da Usiminas para um entendimento com os representantes dos operários, da empresa e firmas que estavam operando nesta localidade. O ambiente era tenso. Os trabalhadores consideravam os soldados como bandidos e queriam o afastamento da PM de Ipatinga. O "Estado de Minas" de terça, 08 de outubro, assim publicou sobre a reunião:

"Os srs. Caio Mário da Silva Pereira e José Geraldo de Oliveira foram convidados a participarem de uma reunião entre líderes sindicais e diretores da Usiminas. O secretário de Segurança pediu que deixassem as janelas abertas, pois desejava que todos os operários ouvissem os detalhes para uma solução da greve de protesto".

"O engenheiro Gil Guatimosin Júnior, da Usiminas, iniciou uma exposição dos fatos que culminaram com os atos de selvageria dos soldados dizendo que havia pedido policiamento para a garagem, pois temia que os veículos fossem retirados dali pelos grevistas. O sr. Geraldo Ribeiro, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, representando os sete mil operários da Usiminas, condenou a atitude dos militares, taxando-a de selvagem e sem precedentes em nosso estado. Pediu punição dos culpados e a retirada da Polícia Militar de Ipatinga. Declarou que os seus colegas de Coronel Fabriciano e Acesita estavam solidários com os trabalhadores de Ipatinga e dispostos a parar todas as usinas da região. Exibiu câpsulas de balas de metralhadoras e revólveres de calibre 38, usados contra os seus companheiros".



ros de trabalho. Terminada a exposição do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, enérgica mas em termos decentes, o sr. Caio Mário da Silva leu o memorando do governador Magalhães Pinto, que lhe foi entregue na manhã de hoje e que é do seguinte teor:

"Recomendo providências urgentes no sentido de restabelecer a ordem em Ipatinga, mediante ação direta do secretário de Segurança junto aos grupos em dissídio, a fim de que cessem os desentendimentos que provocaram os acidentes. Recomendo, ainda, a abertura de rigoroso inquérito para apurar as responsabilidades". O sr. Geraldo Ribeiro pediu o documento ao secretário e leu-o para dezenas de trabalhadores que estavam na parte externa do edifício, tendo sido recebido com palmas.

"O coronel José Geraldo de Oliveira, comandante geral da PM, pediu a palavra e disse que sentia os lutosos acontecimentos daquela manhã, pois era filho de operário e em operário não se atira. Disse que iria prender o capitão Robson Zamprogno, delegado de Ipatinga, por ter sido acusado de omissão no desempenho de sua missão. Prometeu expulsar os soldados criminosos e entregá-los ao juiz de direito Massilon Resende e ao promotor Orlando Milanês, presente à reunião. Lamentou a atitude dos seus subordinados e disse que tudo teria sido feito para melhorar o nível de disciplina e respeito na corporação.

"O coronel José Geraldo de Oliveira, dirigindo-se aos representantes dos metalúrgicos, pediu um crédito de confiança para a Polícia Militar, pois pretendia ficar na cidade a fim de presidir o inquérito para apurar os crimes de seus subordinados.

"O sr. Geraldo Ribeiro, antes de dar a sua palavra sobre a volta ao trabalho, pediu permissão para se reunir com outros líderes sindicais em sala separada, sob a presidência do sr. Ciro Cota Poggiani, que estava na aludida reunião. Decorridos alguns minutos, o presidente do sindicato voltou ao recinto onde se achavam as autoridades e os diretores da Usiminas, para conceder um crédito de confiança à Polícia Militar e ao coronel José Geraldo de Oliveira. Pediram a punição do tenente Jurandir, que estaria envolvido nos sangrentos episódios daquela manhã.

"O coronel atendeu ao pedido dos metalúrgicos e comunicou ao sr. Caio Mário da Silva Pereira que iria ficar em Ipatinga, pois estava satisfeito com a compreensão dos grevistas, que lhe deram um voto de confiança e à sua corporação".

Na tarde do dia sete, conforme divulgou o Binômio, de 14.10.63, os trabalhadores apresentaram suas reivindicações, na reunião com o secretário de Segurança, o coronel José Geraldo e o diretor da Us.

minas José Raimundo:

- 1- Afastamento da Polícia Militar e a ida de tropas federais para policiar a cidade;
- 2- Acabar com o corpo de vigilância e criar um outro, como o existente na Petrobrás, retirando os próprios elementos da Usiminas
- 3- Pensão para as viúvas dos operários mortos na chacina da PM;
- 4- Expulsão dos autores da chacina e um inquérito rigoroso para punir os assassinos.

"O secretário Caio Mário da Silva não concordou com o primeiro item dizendo que os operários deviam dar um crédito de confiança ao coronel José Geraldo, que ali se encontrava para a apuração dos fatos. Depois de muitos debates, os representantes dos trabalhadores concordaram com o secretário de Segurança Pública.

- Os trabalhadores de Ipatinga vão erguer um monumento para lembrar os mortos do dia 7: "para que nossos filhos jamais esqueçam a triste manhã de outubro".
- Para que Minas conheça os culpados da matança de Ipatinga, o deputado Geraldo Quintão pediu a constituição de inquérito, que deverá ser votada pela Assembléia Legislativa nesta semana", concluiu o Binômio.

A VERSÃO OFICIAL

Na mesma tarde em Belo Horizonte, o governo do estado distribuiu a seguinte nota à imprensa, dando a versão oficial do ocorrido em Ipatinga:

"Incidentes ocorridos entre operários da Usiminas e vigilantes que constituem um policiamento particular da empresa vinham, já há vários dias, provocando clima de tensão e desentendimentos naquela localidade.

"Ontem, estes pequenos incidentes tomaram proporção de maior gravidade, com o espancamento de um daqueles vigilantes por empregados da empresa. Convocada a polícia para garantir os vigilantes, efetuou numerosas prisões, recolhendo os operários a seus alojamentos, onde passaram a noite. Na madrugada de hoje, como protesto contra estas prisões, os operários resolveram não comparecer ao trabalho, e interceptar os veículos usados para o transporte de empregados, enquanto que um outro grupo, também numeroso, postou-se defronte os portões de entrada para a usina. Novamente convocada a polícia, colocou-se um contingente do lado fronteiro aos portões, separando-se os operários pela faixa da estrada. Foram feitas tentativas de



retirada dos policiais, que declararam não poder sair senão com ordem de seu comandante, o capitão Robson Zamprogno.

"Procurando o capitão, relutou este, a princípio, mas, finalmente, concordou, exigindo, entretanto, comportamento disciplinado por parte dos operários. No momento em que começava a tropa a ser retirada houve por parte dos operários, vaia e apedrejamento dos policiais, que revidaram, detonando suas armas contra os operários agrupados. Imediatamente depois, tomaram um caminhão e partiram em direção à delegacia. Mas, no caminho, novamente fizeram uso de suas armas atingindo outras pessoas e fugiram para os morros próximos, onde se postaram dispersos vários pontos.

"Efetivamente, foram feridos operários e populares, daí resultando sete mortos.

"Tão logo o governador Magalhães Pinto tomou conhecimento dos incidentes ocorridos, recomendou ao secretário de Segurança Pública, tomadas as medidas no sentido de restabelecer a ordem, mediante ação direta do titular da pasta junto aos grupos em dissídio, bem como a abertura de rigoroso inquérito para apurar as responsabilidades.

"O prof. Caio Mário da Silva Pereira, que naquele momento se encontrava em reunião com o comandante geral da Polícia Militar e outros oficiais superiores da corporação, seguiu para Ipatinga, tão logo as condições de tempo o permitiram.

"Chegando a Ipatinga, o secretário, juntamente com o comandante geral da polícia e um dos diretores da Usiminas dirigiram-se imediatamente ao escritório da companhia, onde manifestaram o desejo de uma reunião a portas abertas com todas as pessoas conhecedoras dos fatos. Nessa ocasião, foram feitas exposições por um representante da direção da empresa e por um dos líderes sindicais - presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Usiminas.

"Após essas narrativas, o secretário deu conhecimento a todos os presentes, inclusive operários que se postavam nas imediações da sala em que se verificava a reunião, do teor da recomendação recebida do governador Magalhães Pinto. Por seu lado, o coronel José Geraldo de Oliveira, declarando que a corporação por ele comandada não toleraria ações como aquela que acaba de ser narrada, proclamou a prisão do oficial e de seus comandados envolvidos nos acontecimentos e anunciou a abertura do inquérito rigoroso, a fim de que fossem cumpridas, fielmente, as recomendações do governador do Estado.

"Ouidas estas declarações, retiraram-se os líderes sindicais para uma outra sala, a fim de, com liberdade, discutirem o assunto. Decorridos alguns minutos, o secretário de Segurança retirou-se da

em que a assembléia se realizava e procurou os líderes a fim de com eles ter uma conversa informal, acompanhando-os a uma visita aos locais em que os incidentes se desenrolaram e às vítimas.

"De retorno ao escritório central, reabriu os trabalhos, ocasião em que o presidente do sindicato, sr. Geraldo Ribeiro, proclamou que os operários da Usiminas votavam uma moção de confiança ao governo do Estado e à Polícia Militar, através de seu comandante geral, cuja permanência em Ipatinga foi solicitada. Na sua exposição, fez questão de deixar bem patente que os operários consideravam não ser necessária a presença de forças federais, porque sentiam e compreendiam a sinceridade da conduta do governo do Estado, através de suas autoridades. Encerrando os trabalhos, o secretário de Segurança agradeceu, em nome do governo, e, especialmente do governador Magalhães Pinto aquela manifestação de confiança e o elevado espírito de compreensão dos operários e dos líderes sindicais e anunciou que dois inquéritos seriam imediatamente instaurados: o inquérito policial militar, promovido por determinação do comandante geral da polícia e o inquérito civil por delegado da corregedoria geral da polícia, que imediatamente seguirá para Ipatinga. Agradeceu ainda a compreensão dos líderes operários, relativamente à desnecessidade de serem solicitadas tropas do Exército nacional, porque bem compreendiam todos que o governo do Estado, por intermédio das forças e ele subordinadas, achava-se, como efetivamente se acha, em perfeitas condições de assegurar tranquilidade, respeito e paz em todo o território do Estado.

"A par de todos os acontecimentos e de todas as providências tomadas pode o governador do Estado verificar o caráter absolutamente accidental e o sentido estritamente local do lamentável episódio", concluiu a nota.

Tirando a máscara, como fez o governo estadual, que mostra claramente verdadeiro caráter fascista, ao afirmar que foi um acontecimento absolutamente accidental e de sentido absolutamente local, como se o país inteiro não estivesse acontecendo nada naquele momento, a Usiminas também dá sua versão, como veremos a seguir, uma nota distribuída pela direção da empresa em seus escritórios em Belo Horizonte na tarde do dia 7. Também é fornecida na ocasião, a lista oficial de mortos e feridos, dando conta de 7 mortos e 79 feridos. Eis a nota:

"A diretoria da Usiminas lamenta comunicar que houve, na manhã de hoje, grave atrito entre seus operadores, operários de firmas empreitadas e elementos do destacamento local da Polícia Militar, com sete mortos e vários feridos.

"O incidente teve início ontem, com desentendimentos entre alguns operadores, o serviço de segurança da empresa e a polícia, resultando a prisão de várias pessoas. Em consequência houve paralisação até o momento parcial, das atividades da Usina e do tráfego ferroviário da E.F.V.M.

"O secretário de Segurança, o comandante da Polícia Militar e um diretor da Usiminas estão se dirigindo a Ipatinga para as providências necessárias ao apaziguamento dos ânimos e restabelecimento da tranquilidade.

"A Usiminas vem prestando assistência às vítimas, estando os feridos sendo medicados nos hospitais do município de Coronel Fabriciano.

"Ao ensejo, a Usiminas comunica que as suas relações com os empregados e operários estão em perfeita harmonia, inclusive tendo sido anteriormente em assembléia do respectivo sindicato, o aumento salarial pretendido pelo pessoal".

OS MORTOS

Eis a lista dos mortos, fornecida pela Usiminas, constando um número de 7:

- . Aides Dias Carvalho - Usiminas
Filho de João Dias de Carvalho e Maria Motta
Natural de Aimorés - MG
- . Sebastião Tomé da Silva - Usiminas
Filho de Geralda Cristina da Silva
Natural de Guanhães - MG
- . Geraldo Rocha - Usiminas
- . Antônio José Reis - CONVAR
- . Alvio Ferreira Felipe - A. B. Cavalcanti
- . Gilson Miranda - EBSE

Uma criancinha de três meses não identificada

OS FERIDOS

Internados no Ambulatório da Usiminas

- . Antônio Dilson Sales - Usiminas - Chapa 10.814
- . Austeno Manoel Coelho - Usiminas - Chapa 5.801
- . Cícero Alves - Usiminas - Chapa - 10.786
- . Dilton da Silva - Usiminas - Chapa 10.522
- . Devenir Gomes da Silva - Usiminas - Chapa 10.756

- . Edson Generoso Coelho - Usiminas - Chapa 10.807
- . Irineu Melo Almeida - Usiminas - Chapa 10.709
- . Isolino Salvador Rosa - Usiminas - Chapa 10.630
- . José Moreira Gomes - Usiminas - Chapa 10.628
- . João Nascimento - Usiminas - Chapa 11.019
- . João Elias Souza - Usiminas - Chapa 2.703
- . José Oliveira Mendes - Usiminas - Chapa 10.499
- . José Raimundo Mafra - Usiminas - Chapa 10.638
- . Joaquim do Carmo Siqueira - Usiminas - Chapa 10.787
- . José Ribeiro Guimarães - Usiminas - Chapa 9.787
- . João Batista de Resende - Usiminas - Chapa 10.622
- . José Esteves da Silva - Usiminas - Chapa 10.567
- . José Eugênio Almeida - Usiminas - Chapa 10.708
- . José Martins Silva - Usiminas - Chapa 10.438
- . Jesus Bitencourt Braga - Usiminas - Chapa 10.406
- . Luís Carlos - Usiminas - Chapa 10.556
- . Mário Lúcio Costa - Usiminas - Chapa 10.972
- . Manuel Queiros Neto - Usiminas - Chapa 9.921
- . Manuel R. de Oliveira - Usiminas - Chapa 10.624
- . Onofre Santiago Carvalho - Usiminas - Chapa 10.548

Eliane Martins, que foi metralhada nos braços da mãe, quando saía de um ambulatório médico, junto ao escritório central da Usiminas.



AS NEGOCIAÇÕES

- 1- Afastamento da polícia militar e a ida de tropas federais para policiar a cidade;
- 2- Acabar com o corpo de vigência e criar um outro, como o existente na petrobrás, retirando os próprios elementos da Usiminas.
- 3- Pensão para as viúvas dos operários mortos na chacina da PM.
- 4- Expulsão dos autores da chacina e um inquérito rigoroso para punir os assassinos.

Estas foram as reivindicações que os trabalhadores apresentaram na reunião da tarde do dia 07 com o comandante geral da PMMG, coronel José Geraldo, ao diretor da Usiminas José Raimundo e secretário de segurança pública do Estado de Minas Gerais; Caio Mário da Silva Pereira que não concordou com o primeiro item, pois os operários deviam dar crédito de confiança ao coronel José Geraldo, que ali se encontrava para a apuração dos fatos. Depois de muitos debates, o Sr. Geraldo Ribeiro, presidente do sindicato dos metalúrgicos e diversos líderes sindicais que eram o representante dos trabalhadores concordaram com o secretário de segurança pública.

Ao mesmo tempo em que se realizava a reunião no escritório da Usiminas do lado de fora, vários trabalhadores gritavam: Fora o Dr. Gil Guatemossin que também estava presente. Ele é o responsável pelos assassinatos de nossos colegas, várias foram as denúncias feitas e polícia particular da Usiminas. Terminada esta reunião do dia 7 o Sr. secretário de segurança pública Caio Mário da Silva Pereira e o comandante José Geraldo, dirigiram-se para Belo Horizonte para conversar com o Governador Magalhães Pinto. Retornaram no dia 08, com o Sr. Amaro Lanari Junior, Presidente da Usiminas e firmaram um acordo, com as seguintes entidades: Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Cel. Fabriciano, Sindicato dos condutores de veículos rodoviários do município, associação dos trabalhadores nas Indústrias de construção e do mobiliário, presidente da Usiminas, secretário da segurança pública, do trabalho e cultura popular. Comandante geral da PMMG; deputados Sinval Bombirro e José Pimenta, representante do comando estadual dos trabalhadores, Sr. João Firmino, o delegado regional do trabalho, Onésimo Viana Souza, do estudante Geraldo

pediu voto de confiança aos trabalhadores e eram cienfiados, depois galpeavam a classe operária traindo os princípios dos compromissos assumidos em praça pública. O próprio, aprovou e estimulou um movimento de tantas insolidariedade aos seus colegas de deslocamento de cavalaria de Ipatinga, e sugeriu ainda que os soldados foram provocados pelos operários que haviam jogado pedras na polícia. O Inquerito aberto pela PM, simplesmente expulsou os soldados de corporação por manchar a farda do PM já o tenente da cavalaria montada, Jurandi Gomes de Carvalho não foi expulso e passou a major, e membro da diretoria do clube da diretoria da PMMG. Tudo isto sob causas canegados pela justiça militar e comum. Uma justiça corrompível, criado pela burocracia burguesa para beneficiar sempre burguesia. É esta justiça que não julga e nunca julgará a causa dos povos como o massacre em Ipatinga. O inquerito de foto não teve conclusão a notícia repercutiu no país inteiro..

O massacre de Ipatinga, como a própria história nos mostra não é e nunca foi um movimento solado e estritamente local como que ria crer o senhor Magalhães Pinto que mais tarde, se vangloriou dizendo que foi o chefe civil da revolução que na verdade foi uma contra-revolução sangrenta e ati-popular, que massacrrou e torturou milhares de brasileiros, Mas um movimento de caráter nacional, pois naquele instante os trabalhadores do país inteiro clamavam por problemas idênticos.

Assim podemos registrar mais um dos inúmeros partes da história de nossos povos, que sempre tiveram, torturas e chacinas de inúmeros trabalhadores, resultando na culpabilidade caindo sempre sobre as próprias vítimas.

REAÇÕES A CHACINA

Centenas de operários incendiaram e destruíram a marreta o caminhão de placa 96.27.76, de mantena, usado pelos soldados que mataram e feriram, no monho de ontem, junto ao almoxarifado da Usiminas e da rodovia do aeroporto e que estão entricheirados no alto de um morro. O caminhão foi localizado ao lado do restaurante do SAPS quando se preparava para receber as latas com alimentação para os 200 homens do PM que estão aquartelados na cia de cavalaria. O veículo foi tombado, os trabalhadores furaram o tanque de gasolina e colocaram fogo. O fato foi presenci-



ado por aptenas de trabalhadores que destruíram o bloco de motor e acenderam em cima de protestos pela sua utilização na matança de antemão. O motorista ainda não identificado, conseguiu fugir saindo após a destruição do veículo dos militares, populares começaram a perseguir o comerciante José Sales conhecido pelo "Forró do Juã" considerando como alcaguete da polícia passando a persegui-lo e só não foi linchado porque operários menos exaltados procuraram fazer os colegas que não se devia linchar. "Forró do Juã" que se entregou a um reporter e foi levado à presença do coronel José Geraldo de Oliveira como prisioneiro.

Estado de Minas 10.10.63.

Dezenas de trabalhadores incendiaram depedram e promoviam desordens no bairro do Forró do Juã, ferindo populares, a tiros facadas. O prédio onde funcionava uma destilato policial, em Ipatinga, próximo a casa de saúde Santa Terezinha, e que durante muito tempo serviu de centro de tortura de trabalhadores e forasteiros, foi reduzido a musculosos pedaços e montes de destroços. Terminada a destruição da cadeia, os desordeiros penetraram na zona alegre, à procura das mulheres que eram companheiras de soldados envolvidos na chacina da última segunda-feira. Colchões, camas e móveis foram incendiados, janelas tiveram vidros quebrados e houve princípio de saque do bar instalado no prédio onde residem algumas meretrises. Durante três dias seguidos os operários descarregaram suas sagradas revoltas.

A primeira vez

*Massacre de Ipatinga
ainda é tabu*

Houve pelo menos uma cidade que sentiu com a mesma intensidade o desespero e o drama dos moradores de Volta Redonda durante a invasão do Exército na Companhia Siderúrgica Nacional, no mês passado, quando foram mortos três operários. Ipatinga, cidade mineira a 300 quilômetros de Belo Horizonte, passou por uma situação semelhante há 25 anos. A Polícia Militar matou um número até hoje não esclarecido de pessoas durante um conflito dentro da Siderúrgica Usiminas. A versão oficial diz que foram sete mortos. O sindicato dos metalúrgicos fala em mais de trinta. "Só eu contei 32 corpos e 117 feridos",

dou. Um outro foi preso e a Cavalaria da Polícia Militar foi chamada. Para piorar a situação, um policial foi baleado não se sabe por quem. A determinada altura, uma metralhadora instalada em cima de um caminhão começou a funcionar e atingiu inúmeras pessoas. Uma criança, atingida quando passava em frente da usina, no entanto, foi morta por tiro de revólver calibre 38. "A maioria dos feridos por tiros de metralhadora foi atingida dos joelhos para baixo", lembra-se Geraldo Ribeiro.

José Vilas Novas, acertado no pé esquerdo e por vários estilhaços, chegou a ser incluído na primeira lista de mortos. Submetido a quatro cirurgias, acabou sobrevivendo e ainda hoje sofre os efeitos físicos da tragédia. "Meu marido era um atleta", conta sua mulher, Maria Auxiliadora. Depois do massacre sua vida mudou radicalmente. "Eu vi-



Operários durante o conflito, em 1963, e Vilas, hoje: mais de trinta mortos



contabiliza o ex-sindicalista Geraldo Ribeiro. Os inquéritos abertos depois do que ficou conhecido como "massacre de Ipatinga" não deram nenhum resultado e alguns dos operários que participaram do conflito tiveram suas vidas prejudicadas por bastante tempo. "Sofri muitas humilhações e minha família foi bastante penalizada", queixa-se o mecânico José Vilas Novas.

O conflito de Ipatinga não começou com greve ou piquetes, como na CSN. Tudo aconteceu por causa da truculência dos vigilantes da usina, que, na saída dos operários, pediam documentos, despiam alguns para ver se não estavam roubando algo e chegavam até a agredir os que reagiam. No dia 6 de outubro de 1963, a irritação dos operários chegou ao máximo quando alguns vigilantes confiscaram o leite que cada um deles tem direito na saída do turno, por trabalhar em local insalubre. Um dos trabalhadores recusou-se a entregar seu litro e, agredido, revi-

via bêbado, mexia com drogas e só queria vingança", afirma o próprio Vilas. Nos anos seguintes, ele conseguiu tratamento em Belo Horizonte, trabalhou como mecânico da Volkswagen, foi taxista e hoje é dono de uma pequena oficina mecânica em Coronel Fabriciano, cidade vizinha de Ipatinga. Convertido em fervoroso membro da Igreja Batista do Calvário, Vilas não fala mais em vingança e se orgulha de seu passado. Em Ipatinga, o massacre de 25 anos atrás ainda é tabu para a população. "Até hoje as pessoas têm medo de perseguições", acredita Vilas. Os dois inquéritos abertos acabaram não responsabilizando ninguém. Dos dezenove policiais envolvidos, dois deles, mais tarde, foram condecorados e hoje estão na reserva. Sindicalistas como Geraldo Ribeiro foram cassados. Mas, este ano, os metalúrgicos de Ipatinga ganharam um representante na cidade: Chico Ferramenta, que se elegeu pelo PT.

recursos.

Na falta de credibilidade do Executivo, resultado de acordos não cumpridos no passado, é que está a maior dificuldade para se chegar a um entendimento em relação à subvenção social. Estas verbas vão continuar existindo e sendo distribuídas no âmbito do Executivo. Alôcas, conforme a indicação de

reito ainda a emendas individuais, dentro de valores prefixados, também de acordo com as demandas discutidas nas audiências municipais do Orçamento Participativo. O acerto dependerá do governador e da credibilidade que o Executivo conseguir passar aos deputados.

FLÁVIO PENNA

Ipatinga quer reabrir o massacre de 63

RIO DE JANEIRO - O número oficial de mortos é de oito operários, mas testemunhas garantem que mais de 30 pessoas morreram no confronto entre a Polícia Militar de Minas Gerais e trabalhadores da Usiminas, em Ipatinga (MG), naquele trágico 7 de outubro de 1963. O "massacre de Ipatinga", como foi batizado na época, ficou praticamente esquecido na poeira de tantas histórias da repressão política no País. Ninguém ficou preso, ninguém pagou pelos mortos. Agora, militantes de movimentos de direitos humanos da cidade querem rasgar o véu que há 36 anos encobre a chacina. Eles reivindicam a inclusão das famílias dos operários na lei que obriga a União a indenizar vítimas de prisão por motivos políticos.

O "massacre de Ipatinga" é um caso exemplar para a extensão da lei. "A chacina fez parte da preparação do golpe militar", diz o vereador Robinson Ayres. O governador de Minas Gerais era Magalhães Pinto, um dos líderes civis do golpe que ocorreria seis meses depois. Tudo começou, na verdade, por um motivo prosaico. Os operários que participavam da construção da Usiminas, então uma empresa de economia mista, ressentiam-se do tratamento rígido dispensado para entrar e sair da usina, como revistas e apresentação de documentos

Eram ainda desorganizados. O Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga nem sequer existia e quem liderou a passeata até a fábrica e sentou à mesa de negociações foi o pároco local, padre Avelino Marques.

A marcha foi-se engrossando. Os 17 soldados da Polícia Militar de Minas Gerais que guardavam a usina abriram fogo contra a multidão de cerca de 10 mil pessoas. A lista oficial de mortos desbotou na memória da população. O Fórum Ipatinguense de Cidadania Ativa, a organização não-governamental que acompanha o caso, não conseguiu localizar ainda os familiares de Aides Dias de Carvalho, Alvino Ferreira Felipe, Antônio José Reis, Geraldo da Rocha Gualberto, Gilson de Miranda, José Izabel do Nascimento e Sebastião Tomé de Souza.

A oitava vítima, Eliana Martins, era um bebê de apenas três meses, metralhado no colo da mãe. "A lista inclui apenas os mortos no local, mas sei que vários outros morreram nos hospitais da região", diz o padre Avelino. Além dele, coveiros e sindicalistas calculam os mortos em mais de 30. Houve dois inquéritos, um policial-militar e outro da Polícia Civil. Ambos concluíram pela culpa dos 17 policiais militares que, como punição, apenas perderam - os que tinham - suas patentes. (AE)

em relação à privatização de Furnas. O bloco está dividido. Alguns são pela privatização, outro são contra. O deputado Aécio Neves, por exemplo, admite apenas a venda de 49 por cento das ações para que o governo não perca o controle acionário da empresa. Antes da decisão dos integrantes do bloco, o deputado federal Eliseu Resende, que já presidiu Furnas, fará uma palestra sobre o processo de privatização da empresa.

♦ EDUCAÇÃO

HAVERÁ, hoje, um debate público sobre o Sistema Educacional da UEMG, no Teatro da Assembléia, a partir das 14h. A discussão vai girar em torno do projeto que o governador Itamar Franco encaminhou à Assembléia Legislativa transformando em fundações as unidades da Universidade do Estado de Minas Gerais. O ex-reitor Aluísio Pimenta faz restrições ao projeto do governo. No seu entendimento, a proposta abre as portas para a privatização das diversas unidades da UEMG.

♦ NADA MUDA

COM a viagem de Itamar Franco aos Estados Unidos, nada vai mudar administrativamente na interinidade do vice-governador Newton Cardoso. O que pode mudar um pouco é o relacionamento dos deputados com o Palácio da Liberdade. Os peemedebistas deverão procurar mais o vice-governador Newton Cardoso. Já os petistas estão prometendo que nesse período da interinidade se afastarão do Palácio. Não acreditamos.

♦ PERGUNTA DO DIA

NA interinidade de Newton Cardoso, os petistas vão se afastar mesmo do Palácio da Liberdade?

Diário da Tarde = 13/09/1999

6250
10
5050

0910
0500
0500
0500

RELATÓRIO DE DEPOIMENTO

MASSACRE DE IPATINGA - 7 DE OUTUBRO DE 1963



Em 7 de outubro de 1963 os moradores da cidade de Ipatinga vivenciaram um momento de confronto coletivo marcado por agressões físicas e verbais entre policiais e funcionários da empresa USIMINAS desencadeando um massacre na cidade,

Segundo informações de pessoas que estiveram presentes na época, as queixas giravam em torno das agressões que, segundo os mesmos foram efetuadas contra eles pelos policiais militares na noite anterior. Em um movimento promovido pelos funcionários que exibiam as marcas físicas das agressões citadas e protestavam contra os maus tratos, policiais armados, dão início a um tiroteio que por não ter um alvo certo, faz vítimas em vários pontos das áreas físicas próximas à empresa. Como consequência, um numero significativo da população foi atingido com ferimentos graves e mortos que deixaram familiares desprovidos de seus mantenedores.

O padre Abdala Jorge, vigário na paróquia de Acesita na época que desencadeou-se o movimento na cidade de Ipatinga, faz um relato do fato abordando pontos comuns entre o movimento e o contexto de desenvolvimento que desencadeou o golpe de 1964.

Relato da entrevista do padre Abdala Jorge realizada dia 23 de agosto de 2004, na paróquia São José/Acesita,

“Batista Faioli era um homem inteligente que esteve presente na época, sabe-se que alguns elementos (pessoas) naquele momento tinham outros interesses, queriam muito mais do que assistir as ações dos trabalhadores. E o Geraldo Ribeiro era um cabra muito competente, autêntico, ele não tomava conhecimento das articulações internacionais, não era um elemento politizado, mas era muito autêntico. E nesta questão da greve lá de Ipatinga ele sabe os pormenores todos ..sabe sobre o grupo dos onze de Brizola que tinham armas, tinham armas mesmo guardas escondidas nos alojamentos e o que provocou o golpe, o que provocou o massacre estúpido foi que os policiais estavam investigando, conferindo as panelas dos operários para ver se não estavam levando armas nas marmitas, isso fez a revolta dos operários e a estupidez dos policiais. Este foi o estopim depois que eu comecei a acompanhar, e o fato que eu sempre conto é que eu admirei demais a atitude de Geraldo Ribeiro que ele me viu expondo o que eu presenciei e não me contestou durante anos só mais tarde que ele veio me falar que o que eu presenciei não foi o primeiro dia foi o segundo porque o que eu presenciei eu vi um movimento todo estranho antes de chegar o hospital Nossa Senhora do Carmo ali em cima, antes de descer, no trevo ali, perguntei o que estava acontecendo eles falaram comigo:

- “Cê não sabe? Mataram não sei quantas pessoas lá em Ipatinga, na Usiminas” (falava Usiminas nem falava muito Ipatinga).

Então eu desci de lá e fui ao Hospital Padre Rossi, você se lembra dele? Antônio Rossi que era responsável pela fazenda Micra lá em Melo Viana. Ele estava lá atendendo as pessoas que estavam feridas e ele disse para mim:

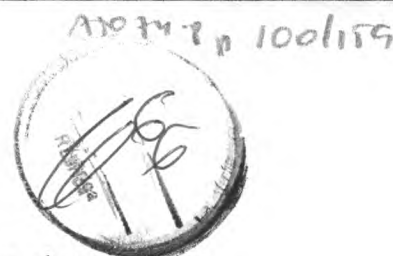
- “Oh aqui esta sob controle, lá em Ipatinga tem uma confusão danada convém ir lá”
- Vou a Ipatinga na Usiminas e lá na entrada mais ou menos onde é os Bretas hoje, os operários tinham pegado um caminhão e incendiado, o caminhão que tinha ido levar os



vigilantes e neste momento os policiais ficaram sitiados no Santa Mônica quando o caminhão voltou eles incendiaram o caminhão estavam marretando o caminhão. Quando eu vi aquilo pensei comigo é melhor ficarem distraídos com este caminhão do que botar fogo no resto. Voltei correndo para cá no Jipe, a companhia(Acesita) nos dera um motorista e um Jipe para ficar a disposição, e falei com Geraldo Ribeiro, Você tem que ir lá na USIMINAS, lá tá uma confusão tremenda e não adianta, eles não escutam. Então para motivar Geraldo Ribeiro eu disse para ele: "é melhor que haja alguém mandando botar fogo do que cada um botando fogo por conta própria." Ele então aceitou, pegamos o aparelho dos Padres Salesianos e o Padre Dilson, então colocou o som na rural do sindicato e foi para Ipatinga, aí o movimento começou a ter endereço, um ponto de referência para se entrar num acordo qualquer. *Dai a pouco Magalhães Pinto veio com mais alguns vereadores, dois vereadores de Belo Horizonte, Geraldo Quintão parece que já estava na cidade, foram lá para o Bairro Castelo, o escritório era lá, junto aos elementos da Usiminas e o Padre Avelino que era o vigário lá do Horto, não me chamaram não.* Padre Avelino teve uma presença muito conciliadora lá.

A presença de Magalhães Pinto e os vereadores era importante demais, e o mais importante foi quando a equipe do CETE Centro de Estudos do Trabalhador vieram fazer uma matéria sobre o fato e mostrar os originais eu disse para eles: *"não coloquem Policiais e Operários de lados opostos, a questão não é essa, a questão é capital e trabalho. Os policiais estavam somente executando ordens, os responsáveis são aqueles que impuseram aos policiais a exigir aquilo de um modo indevido"*. Mas durante muito tempo ficou focalizado isso na polícia mas eles estavam simplesmente cumprindo ordens. De modo que é um fato que mostra muito bem, agente compreende aquela situação de emoção no Brasil que se encontrava numa tensão *tremenda, e Brizola, somente ele precipitou as coisa, ele provocou este golpe de 64*, e quando agente sugeriu ao Geraldo Ribeiro que aproveitasse aquela situação e entrasse em acordo, par vê se ele conseguia mudar a polícia, em vez da polícia de farda amarela, Civil, se viesse o exército aqui porque haviam pistoleiros profissionais do 6º batalhão de Valadares do 14º isso aqui. O mais havia aqui era pistoleiros o próprio tenente coronel Mauri Meireles, homem admirável, foi tenente coronel do 14º, quando eu falei com ele que eu tinha um certo preconceito com o Sr. Clinger porque ele era do 6º de Valadares, que eu tinha um certo preconceito uma imagem meio que equivocada do 6º batalhão, ele falou comigo, o Sr. Esta sendo muito generoso. (risos) O Clinger era um homem muito elogiado, agente tinha um certo receio porque ele era do 6º e Aberni Meireles reconheceu. Então Geraldo Ribeiro disse para aproveitaria a ocasião mas que ia ser coisa muito demorada.

VEJA BEM o massacre foi dia 7 de outubro de 1963 e o GOLPE foi dia 31 de março de 1964, Magalhães já estava articulando isso, se viesse gente do exército ligado ao (General ou Federal) l cujo presidente era Goulart, talvez Magalhães não teria chance de articular o golpe de 64. Brizola não entendeu que antes de dar o golpe tinha que criar as condições objetivas, ele provocou através de células o grupo dos onze, provocava atitude nos grupos e agiam com muita violência, aqui em Acesita por exemplo, nas greves que havia esse grupo que não apoiava Geraldo Ribeiro, havia grupo da CGT controlado por Brizola, os operários levavam cordas nas bicicletas para amarrar supervisor e engenheiro era um clima de tensão que ninguém agüentava mais e Brizola foi um dos responsáveis, ele provocou sempre, eu, por exemplo, eu acho que agente não chega a reforma de raízes sem violência, mas quem vai usar a violência nunca somos nós, nossa violência é pacífica é de enfrentar os cabões de braços para trás quiserem atirar vocês é que atirem, e o Brizola não



preparou, ou não tomou conhecimento de criar essas condições para nos chegarmos ao poder como o Chile que chegou ao poder pelo voto. Com toda a certeza ele provocou uma atitude desta estúpida. Que houve uma estupidez muito grande isso ouve, e com conivência e não só conveniência mas com autorização mesmo dos representantes do capitão, apesar de ter diretores aí como Gil Latimozi, que era pessoa admirável, mas era representante do capitão como tal eles foram responsáveis por esta página mais escuras da nossa região.

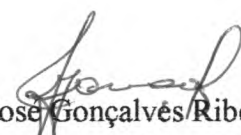
Hoje eles tratam o golpe de 64 de forma muito folclórica, e até escrevem a página de modo muito diferente do que aconteceu na realidade. Me desculpem os companheiros da CUT que não tiveram a competência de enfrentar a força do capitão da USIMINAS, esse que esta aí agora, o Rinaldo Campos, muito competente e sabido, no discurso que ele fez numa reunião antes da privatização, eu não fiquei sabendo se ele era a favor ou contra a privatização. Eu fiquei feliz, porque eles é que mataram os operários e não os operários que os mataram. (risos).”

A entrevista com Padre Abdala Jorge, pároco da Paróquia São José, na cidade de Acesita/Timóteo, foi realizada por Eva Maria dos Reis Gomes, Psicóloga e familiar de vítima e José Gonçalves Ribeiro Advogado, no dia 23 de Agosto de 2004.

O padre Abdala Jorge se coloca a disposição para esclarecimento caso estes sejam solicitados pela comissão avaliadora dos processos encaminhados por este destinatário. .

Timóteo 23 de Agosto de 2004

Eva Maria dos Reis Gomes


José Gonçalves Ribeiro

O EIXO POLÍTICO DO MASSACRE DE IPATINGA-1963

O episódio ocorrido em Ipatinga, denominado "Massacre de Ipatinga", deve ser inserido no contexto nacional como sendo uma das causas do Golpe Militar de 1964.

O Massacre de Ipatinga não pode ser considerado meramente como uma greve de trabalhadores, como um movimento espontâneo, sem líderes, sem vinculações políticas. Evidente que as péssimas condições de trabalho no momento da instalação da USIMINAS, os atritos entre operários e o corpo de vigilantes da empresa, as condições precárias de habitação e de alimentação, o desrespeito à legislação trabalhista. Pode-se citar como exemplo desse desrespeito a abertura de uma Comissão Especial-CPI, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, para apurar denúncias da existência de um mercado de escravos em Ipatinga, praticada pela empresa AB Cavalcanti – colaboraram para o clima de tensão existente na cidade, no início dos anos 60.

Analisando as implicações políticas do episódio ocorrido em Ipatinga em 1963, é possível afirmar que:

1 – O Brasil, no início da década de 60, vivia um momento de grave crise político-institucional. Existia uma radicalização dos diferentes setores sociais; como dos camponeses no Nordeste, através das Ligas Camponesas, dos operários que faziam greves por melhores condições de salário e de trabalho, dos políticos de esquerda que formavam diversas organizações, como os Grupos dos Onze, liderados por Leonel Brizola.

Os Grupos dos Onze eram células comunistas que propunham um ativismo político radical. Existem sérios indícios de que havia, em Ipatinga, um deste grupo, conforme alguns depoimentos publicados no livro *Homens em Série*, dos quais servem como exemplos o depoimento do Sr. Pedro Linhares:

"Chegava muita gente forasteira em Ipatinga. Isso não acarretou nenhum conflito de terra?

Não, só teve o "Grupo dos Onze", mas isso é outra coisa.

Teve "Grupo do Onze" em Ipatinga?

Eles eram muito atuantes em todo o Vale do Aço.



E quem fazia parte?

O Zé Serrinha e o Gentil do Canaã. Zé Zerrinha era agitador, Gentil um inocente. Zé Zerrinha era instruído, porque tinha o curso científico, foi técnico da CEMIG de onde foi demitido, por questões políticas, agitação. Assim, veio para a região. Aqui também foi demitido, não sei por que e nem de qual firma. Aí, foi atuar na política. Era um agitador, mas não era politizado. Não tinha muita informação, até porque durante toda a sua vida morou na região e, aqui, jornal só chegava duas vezes por semana.

Mas tinha rádio, não tinha?

Tinha rádio de Belo Horizonte, mas se escutava também a Rádio Mayrink Veiga, do Brizola. Era através das informações da rádio que eles ficavam sabendo do Grupo dos Onze. Não tinha nenhum político de expressão envolvido. Rufino da Silva Neto entrou no dia da Revolução. Entrou de gaiato, por causa do PTB."

E o depoimento do Sr. Zé Serrinha, que afirma ter participado do referido grupo.

"Onde vocês faziam as reuniões?

Antes de golpe, chegamos a reunir o pessoal até mesmo em praça pública, ou dentro da usina, em pleno horário de trabalho. A gente chamava o pessoal e passava todas as informações e orientações em reuniões sobre a Supra e o Grupo dos Onze. Não havia muita perseguição política na época, porque João Goulart do PTB, era presidente da República."

A existência deste grupo em Ipatinga revela a presença de um certo nível de politização da classe operária, o que, durante muito tempo, foi negado pelos detentores do poder.

2 – O governador de Minas Gerais, na época, o Sr. Magalhães Pinto, era um dos líderes da oposição ao governo de João Goulart e necessitava demonstrar que o estado comandado por ele viva um clima de prosperidade e de tranquilidade, conforme pode ser comprovado pela análise dos jornais do período. Na semana em que ocorreu o Massacre de Ipatinga, foi publicada, na primeira página do *Jornal Última Hora*, de 05 de outubro de 1963, a afirmação atribuída a Magalhães Pinto:



"Minas encontra-se em perfeita paz e o povo cuida apenas de seu trabalho.

As classes operárias vêm encontrando por via de conciliação em contato íntimo com o Governo, solução favorável às suas justas reivindicações."

No dia 07 de outubro de 1963, no dia em que ocorreu o episódio em Ipatinga, foi publicada, no *Jornal Última Hora*, a afirmativa do General Guedes, *"situação em Minas é de absoluta calma; prontidão foi relaxada."* É no mínimo suspeita a tentativa de apresentar o estado de Minas Gerais com situação de calma, de tranqüilidade.

No dia 08 de outubro de 1963, o *Jornal O Globo*, afirmava *"Reina calma em todo território nacional, afirma Moura Andrade. (...) em Minas, a situação é idêntica, não se registrando, ali, qualquer perturbação que pudesse comprometer a paz social."*

Usar de extrema violência para impedir uma manifestação de trabalhadores e, ao mesmo tempo, demonstrar força e prestígio da Polícia Militar de Minas Gerais serviu para fortalecer o poder de Magalhães Pinto diante dos líderes militares, num momento em que o Golpe de 1964 estava sendo arquitetado. Vale ressaltar que Magalhães Pinto passou para a história como o 'líder civil da Revolução de 1964'!

3 – Uma das reivindicações dos operários ipatinguenses era a substituição da Polícia Militar da cidade por tropas federais, o que não foi permitido pelo então governador Magalhães Pinto. Permitir a presença das tropas do Exército Brasileiro em Ipatinga significaria perda de prestígio para o governador do estado.

4 – A década de 60 no Brasil, foi um período conturbado devida a renúncia do presidente da República Jânio Quadros e aos problemas ligados à posse do vice João Goulart, inclusive com a implantação do parlamentarismo. A crise político-institucional do governo João Goulart foi marcada por tentativas de implementação das reformas de base. Essas reformas provocaram aumento da oposição dos setores conservadores da sociedade.

Este período também foi caracterizado pela radicalização da classe operária. Segundo a publicação *História da Classe Operária*



no Brasil – 4º caderno no ano de 1961 ocorreram no país 148 greves; em 1962 ocorreram 148 greves e em 1963 este número subiu para 162. É inconcebível não reconhecer que o episódio de Ipatinga, um massacre em que oficialmente morreram sete pessoas (este número pode ser bem maior), não faça parte deste contexto político nacional. Afinal, Ipatinga também faz parte de um Estado-Nação chamado Brasil!

Para concluir, vale ressaltar que o massacre ocorreu próximo à portaria da USIMINAS, uma empresa estatal e que a violência e as arbitrariedades foram praticadas pela polícia militar de Minas Gerais, também controlada pelo estado.

Ipatinga, 09 de setembro de 2004.

MARILENE

EIXO POLÍTICO DO MASSACRE



José Deusdetith Chaves(Zé Serrinha), trabalhou na usiminas no período de 1963, é um anistiado político, inclusive recebeu indenização do Estado de Minas Gerais. Interrogado sobre os fatos da época do massacre, disse que era líder de um grupo dos onze e orientador de outro. Que desde a época da renúncia do Jânio Quadro, começaram as organizações trabalhadores através da CGT(Comando Geral dos Trabalhadores), para enfrentar um possível golpe de estado. Os militares não queriam que João Goulart, vice de Jânio, tomasse posse. Que Brizola que era governador do Rio Grande do Sul garantiu a posse do vice. Que mesmo depois da posse do vice presidente, Brizola continuou dando sustentação ao presidente, porém organizou milhares de grupos dos onze. Que dava as orientações pela rádio Mairink Veigas. Que Dr. José Raimundo(candidato a governo de Minas na época) era o responsável no Estado pela organização dos grupos dos onze. Que foi escolhido para organizar o grupo dos onze no Vale do Aço. Que reuniam, nas praças ou local de trabalho para passar as orientações políticas. Que a função do grupo era mobilizar os trabalhadores para qualquer possibilidade de golpe de Estado. Quem era radical, eram os patrões e o governo de minas. Nós trabalhadores apenas defendíamos os nossos direitos. Que sempre que precisasse, era só passar um recado que lá estavam no mínimo os vinte e dois, que eram próximo da gente. Que Magalhães Pinto(governador de Minas Gerais) sabia da existência dos grupos dos onze no Vale do Aço, motivo pelo qual autorizou abafar o movimento através da metralhadora e que no dia seguinte ao massacre, colocou nos jornais, que Minas estava em paz e tranqüilo, que os trabalhadores estavam ocupado com a produção e não tinha nenhum movimento que pudesse perturbar a ordem. Pela verdade.

Ipatinga 27 de Setembro de 2004.

José Deusdetith Chaves
(Zé Serrinha)



CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA

Praça Três Poderes, s/nº - Centro - Caixa Postal 685 - Fone: (31) 3829-1200
Fax: (31) 3829-1240 - CEP: 35160-011 - Ipatinga - Minas Gerais

AR



À
Presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos políticos,
Explanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II do Ministério da Justiça,
Sala 503 Cep. 70.064.900.
Brasília / DF

AR



C. Especial

15/01/1984

Requerimento de INDEMNIZAÇÃO
"Massacre de Ipatinga"

Antônio Tomé da Silva
Rua Rodion nº 224, Bairro Camã
Ipatinga / MG Cep. 35.160-000



73
4**Francisco Helder M. Pereira**

De: SEDH-DESAPARECIDOS
Enviado em: segunda-feira, 8 de novembro de 2004 08:40
Para: Francisco Helder M. Pereira
Assunto: ENC: Solicitação faz

-----Mensagem original-----

De: Cac [mailto:cac@camaraipatinga.mg.gov.br]
Enviada em: sexta-feira, 5 de novembro de 2004 13:06
Para: "desaparecidospoliticos@sedh.gov.br"@cmif.camaraipatinga.mg.gov.br
Assunto: Solicitação faz

DD. Sr. João Luiz Duborc Pinaut
Presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos
O CAC da Câmara Municipal de Ipatinga solicita:

1. cópia dos votos dos membros da Comissão no deferimento dos requerimentos enviados: Geraldo da Rocha Gualberto, Antonio José dos Reis, Sebastião Tomé da Silva, Alvino Ferreira Felipe.
2. Cópia do parecer do Dr. Belisário.
3. Confirmação da data de publicação no Diário Oficial.

Atenciosamente
José Gonçalves Ribeiro

Câmara Municipal de Ipatinga - MG - UebiMiau 2.7

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO ESPECIAL
Instituída pela Lei n. 9.140/95
(Mortos e Desaparecidos Políticos)

Interessada: ANTONIO TOMÉ DA SILVA

Assunto : SEBASTIÃO TOMÉ DA SILVA

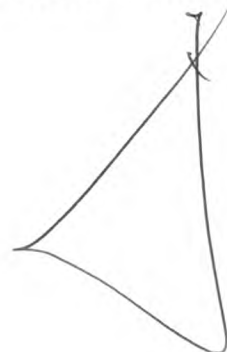
Processo n.: 161/04 - 28.09.04

Relator : Belisário dos Santos Jr.

O interessado, irmão do falecido SEBASTIÃO TOMÉ DA SILVA, requer os benefícios da Lei n. 9.140/95, com as alterações da Lei n. 10.875/04. Alega e prova que seu irmão foi vítima do chamado massacre de Ipatinga, ocorrido aos 7 de outubro de 1963, quando integrantes da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais efetuaram vários disparos contra trabalhadores da USIMINAS, em greve. Sebastião era, efetivamente, empregado da USIMINAS. No dia dos fatos, dirigiu-se para o trabalho, sendo impedido de ali entrar, ficando aguardando nas imediações o resultado das negociações que se desenvolviam no interior da empresa. Aí foi atingido, com um tiro que causou ferimento penetrante no crânio e o levou à morte.

Não há notícia inequívoca de participação sua em atividades políticas no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, como previsto pelo artigo 1º da Lei n. 9.140, em sua redação atual.

Foram juntados vários documentos e depoimentos sobre Sebastião e sobre o massacre de Ipatinga, inclusive os livros "40 Anos do Massacre de Ipatinga" de Paulo Assis e o Massacre de Ipatinga de Carlindo Marques Pereira, com apresentação do Ministro Nilmário Miranda.



É o relatório.

Passo a opinar. Não há qualquer dúvida em relação à relação de causalidade entre a repressão policial e a morte de Sebastião, à vista da prova feita. Passo a tecer considerações sobre a qualificação jurídica dos fatos.

A Lei n. 9.140/95 foi editada com a precípua intenção de solucionar a situação das pessoas vítimas de desaparecimento forçada praticada por agentes públicos. Essa preocupação ressalta da própria epígrafe da lei e da redação de seu artigo 1º, onde são reconhecidas como mortas pessoas que, por sua participação ou acusação de participação em atividades políticas, foram detidas por agentes públicos no período fixado e que, desde então se achem desaparecidas.

O Anexo 1, que acompanha a lei, elenca nomes de pessoas em favor de quem se estabeleceu a presunção de morte, por cumprirem os requisitos legais, sendo desde logo consideradas desaparecidas para os efeitos legais.

A Lei criou uma Comissão que poderia reconhecer outros beneficiários da indenização criada pela lei (artigo 4º), "face às circunstâncias descritas no art. 1º desta Lei, assim como diante da situação política nacional compreendida no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988".

A primeira das atribuições da Comissão, dentro do marco de reconhecimento de situações indenizáveis, é a relativa a pessoas desaparecidas para os efeitos da lei, eventualmente não incluídas na relação do Anexo 1. Aqui, não há dúvida. Os requisitos descritos no artigo 1º prevalecem. Onde existe a mesma razão, deve se aplicar o mesmo direito.

A segunda das atribuições fixadas pelo artigo 4º, dentro do mesmo inciso I, é a relativa ao reconhecimento de pessoas mortas por causas não naturais, após detenção em dependências policiais ou



assemelhadas, no período fixado. Aqui também opera a exigência, expressa no texto, do requisito participação ou acusação de participação em atividades políticas.

A lei n. 10.875/04 introduziu duas outras possibilidades de indenização, em face de proposta feita pela própria Comissão, entendidas como necessárias e razoáveis para complementar os efeitos de pacificação pretendidos por legislação desse tipo.

Uma delas refere-se à questão do suicídio, agora trazido pelo artigo 4º, I, d da Lei. A morte por suicídio poderá ser indenizada se o ato decorreu da iminência da prisão ou de seqüelas provocada por tortura. Qualquer prisão? Qualquer tortura? A expressão "face às circunstâncias descritas no art. 1º desta Lei, assim como diante da situação política nacional compreendida no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988", trazida pelo caput do artigo 4º, responde. A prisão e a tortura a que se refere a letra d devem ser lidas como aquelas de caráter político. Mas, isto não implica – a lei não exige – a participação política ou acusação de participação política da vítima. Bastará que a pessoa pudesse estar na iminência de prisão política ou tenha sido vítima de seqüelas cometidas durante a prisão política. Assim, qualquer pessoa que tenha suicidado na iminência de prisão política ou por seqüelas provocadas por tortura durante prisão política pode ser reconhecido nos termos do artigo 4º, I, d da Lei. A indenização decorre da censura feita pela lei às prisões políticas e à tortura durante essas prisões, cometidas no período fixado. Dificilmente, será encontrado caso fora dos marcos temporais do regime militar.

A outra hipótese refere a questão das passeatas e manifestações reprimidas pela polícia durante o período fixado em lei. A expressão colocada na lei "em manifestações públicas ou em conflitos armados" pretende conduzir à indenização dos casos de pessoas que tenham falecido por repressão de agentes do poder público, ocorrida nesses episódios. Por via de consequência entendo que a censura que a lei traz implícita não é



apenas ao excesso de o agente do poder público matar qualquer dos autores da manifestação, mas sim à forma de repressão que tenha causado a morte de qualquer pessoa do povo nesses episódios. Assim, segundo creio deve ser lida a possibilidade da letra c com o caput do artigo 4º ("face às circunstâncias descritas no art. 1º desta Lei, assim como diante da situação política nacional compreendida no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988").

Por essa razão, não consigo encontrar um *discrímen* perfeito para distinguir vítima de repressão à manifestação que estivesse dela participando ou vítima casual, por assim dizer. Entendo que, nessa hipótese, à falta desse *discrímen* que se justifique ante o sistema jurídico, desigualar a vítima participante da vítima casual ferirá o princípio da igualdade, não merecendo ser aceita a discriminação.

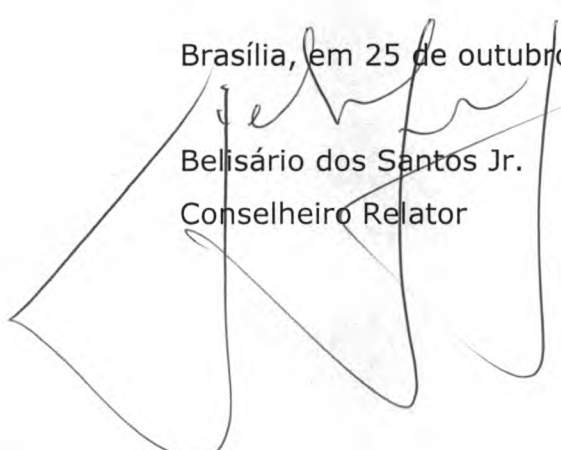
Por último. Não importa mais saber quem determinou ou como se originou o comportamento da tropa policial militar convocada ao local, supostamente, para manter a ordem e a segurança das pessoas, inclusive dos trabalhadores da cidade de Ipatinga.

O fato é que – embora isto não seja fundamental para a indenização – a ação ou reação policial de disparar contra uma multidão desarmada não poderia ter outro consequência senão as várias mortes e inúmeros feridos. Bem andou o legislador em prever esta modalidade de indenização. Ainda que tardia, a Justiça volta a Ipatinga.

Assim, opino pelo deferimento do pedido inaugural.

É o voto.

Brasília, em 25 de outubro de 2004.


Belisário dos Santos Jr.
Conselheiro Relator



ANEXO I		REDUÇÃO					R\$ 1,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESF	GND	MOD	FONTE	VALOR		
14.846.0152.0880.0001	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Secretaria Especial dos Direitos Humanos Apoio a Serviços de Atendimento de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas e Egressos - Nacional	S	3	30	0100	14.718,49		
TOTAL						14.718,49		

ANEXO II		ACRÉSCIMO					R\$ 1,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESF	GND	MOD	FONTE	VALOR		
14.846.0152.0880.0001	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Secretaria Especial dos Direitos Humanos Apoio a Serviços de Atendimento de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas e Egressos - Nacional	S	3	50	0100	14.718,49		
TOTAL						14.718,49		

Memorando 146/2004 - SAPDH/ SEDH - PR, de 25 de outubro de 2004.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO ESPECIAL - LEI Nº 9.140/95

EXTRATO DA ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2004

A COMISSÃO ESPECIAL, reunida na décima sessão ordinária a contar de sua reinstalação, reconheceu as pessoas abaixo como inseridas na tipificação do artigo 4º, I, "c", da Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995:

- ALVINO FERREIRA FELIPE, brasileiro, casado, nascido em 27 de dezembro de 1921, no Estado de Minas Gerais, falecido em 07 de outubro de 1963, filho de Antônio Felipe e de Maria Ferreira;

- ANTÔNIO JOSÉ DOS REIS, brasileiro, casado, nascido no Estado de Minas Gerais, falecido em 07 de outubro de 1963, filho de Manoel Celestino dos Reis e de Almerinda Antonia dos Reis;

- JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO, brasileiro, casado, nascido em 08 de julho de 1931, no Estado de Minas Gerais, falecido em 17 de outubro de 1963, filho de Joaquim Isabel do Nascimento e de Maria Claudina de Jesus;

- SEBASTIÃO TOMÉ DA SILVA, brasileiro, solteiro, nascido no Estado de Minas Gerais, falecido em 07 de outubro de 1963, filho de José Tomé de Araújo e de Geralda Cristina da Silva;

- OROCILO MARTINS GONÇALVES, brasileiro, casado, nascido no Estado de Minas Gerais, falecido em 30 de julho de 1979, filho de Elias Ferreira de Souza e de Evangelina Luiz Martins;

Da data da publicação deste ato de reconhecimento, conta-se o prazo explicitado no parágrafo 1º, in fine, do artigo 10, da já referida lei.

A Comissão Especial, na mesma reunião, não reconheceu, no enquadramento da Lei nº 9.140/95, a pessoa abaixo listada:

- RAIMUNDO FERNANDES DO CARMO, brasileiro, casado, nascido em 24 de maio de 1924, no Estado de Minas Gerais, falecido em 03 de março de 1982, filho de José Fernandes do Carmo e de Altina Maria de Jesus;

JOÃO LUIZ DUBOC PINAUD
Presidente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 77, DE 28 DE OUTUBRO DE 2004

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, inciso II, do Anexo I, do Decreto nº 4.629, de 21 de março de 2003, tendo em vista o disposto no art. 2º da Instrução Normativa Ministerial nº 1, de 9 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo nº 21000.011187/2004-89, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Instrução Normativa SDA nº 88, de 12 de dezembro de 2003, que terá a seguinte redação:

"Art. 1º Animal oriundo de estabelecimento de criação cujo abate esteja voltado à exportação será liberado para abate quando permanecer por no mínimo 40 (quarenta) dias na Base Nacional de Dados - BND."(NR)

Art. 2º Revogar o art. 2º da Instrução Normativa SDA nº 88, de 12 de dezembro de 2003.

Art. 3º Revogar o art. 15 e parágrafos do Anexo I da Instrução Normativa SDA nº 21, de 2 de abril de 2004.

Art. 4º Revogar a Instrução Normativa SDA nº 52, de 12 de julho de 2004.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MAÇAO TADANO

SECRETARIA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 34, DE 27 DE OUTUBRO DE 2004

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria Ministerial nº 126, de 26 de março de 2003, publicada no D.O.U. de 20 de março de 2003 e tendo em vista o que dispõe o art. 1º, § 1º inciso II, do Decreto nº 2.348, de 13 de março de 1997, que regulamentou a Lei nº 9.479, de 12 de agosto de 1997, resolve:

Art. 1º Fixar o valor de referência para a borracha natural nacional do tipo Granulado Escuro Brasileiro nº 1 (GEB-1), equivalente ao tipo Standard Malaysian Rubber nº 10 (SMR-10), para o mês de novembro de 2004, em R\$ 4,12 por quilograma.

Art. 2º Informar, com base no valor de referência do artigo anterior, que são nulos os valores de subvenção econômica a serem concedidos aos produtores nacionais de borracha natural beneficiada, e os valores a serem pagos pelos beneficiadores aos produtores de borracha bruta, comercializadas no mês de outubro do corrente ano.

ÂNGELO BRESSAN FILHO

Ministério da Ciência e Tecnologia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 505, DE 21 DE OUTUBRO DE 2004

O Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, no art. 4º da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 210, de 31 de agosto de 2004, e na Resolução nº 3, de 20 de dezembro de 1994, do Conselho do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia, resolve:

Art. 1º O Art. 7º da Portaria nº 426, de 15 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 18 subsequente, Seção 1, página 20, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Nos casos de nomeação ou remoção de servidor a pedido, o interstício será contado a partir do primeiro período de avaliação após a entrada em exercício, sendo avaliado pelo órgão ou entidade onde prestou serviço por maior tempo, no referido período.

Parágrafo Único. Na hipótese de remoção "ex-offício" ou de redistribuição, o servidor levará para o outro órgão ou entidade o período de interstício já computado."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO CAMPOS

IMPRENSA NACIONAL

http://www.in.gov.br
in@in.gov.br

Secretaria Especial
dos Direitos Humanos



COMISSÃO ESPECIAL - Instituída pela Lei 9.140/95
(Mortos e Desaparecidos Políticos)
Secretaria Executiva da Comissão Especial

Carta nº061- /2004 – CDP/GAB/PR

Brasília, 21 de dezembro de 2004.

A Sua Senhoria o Senhor
Wilson Ambrósio
Rua: Abdias nº224 Bairro Canaã
Ipatinga- MG
CEP: 35.164-129

Prezado Senhor,

Cumpre-nos informá-lo, que em reunião realizada no dia 26 de outubro de 2004 p.p o requerimento em nome de **Sebastião Tomé da Silva** foi apresentado pelo relator Belisário dos Santos Junior, o qual votou pelo deferimento do requerimento. Necessário se faz que nos seja enviado com a maior brevidade possível os seguintes documentos:

- Conta bancária de sua senhoria.

Sem mais para o momento, colocamo-nos aos vossos inteiros dispor para quaisquer informações que julgar necessárias, nos telefones 61-429.3484/3579/3820.

Respeitosamente,

Simone Steigleder Botelho
Assessora

Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

WILSON AMBRÓSIO

ENDEREÇO / ADRESSE

RUA ABDIAS Nº 224 BAIRRO CANAÃ

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITÉ

UF

PAÍS / PAYS

35.164-129 IPATINGA

MG-BRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Carta nº 061/2004

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

27/12/04

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

X Wilson Ambrosio

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

8.412.619.1

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

ATO 74.8.1 116/159

SQ 5 5 1 5 1 6 3 0 0 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

23 DEZ 2004

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<u> </u> / <u> </u> / <u> </u>	<u> </u> / <u> </u> / <u> </u>	<u> </u> / <u> </u> / <u> </u>
: h	: h	: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO

COMISSÃO ESPECIAL LEI Nº 9.140/95

Esplanada dos Ministérios

Ministério da Justiça, Bloco T, Ed. Anexo II – Sala 503

70.064-900 – BRASÍLIA-DF

CIDADE

F

BRASIL

<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

Secretaria Especial
dos Direitos Humanos



COMISSÃO ESPECIAL - Instituída pela Lei 9.140/95
(Mortos e Desaparecidos Políticos)
Secretaria Executiva da Comissão Especial

Carta nº060- /2004 – CDP/GAB/PR

Brasília, 21 de dezembro de 2004.

A Sua Senhoria o Senhor
Enedina Tomé de Silva
Rua: Vinte nº 34 Bairro Canaã
Ipatinga- MG
CEP: 35.164-470

Prezada Senhora,

Cumpre-nos informá-la, que em reunião realizada no dia 26 de outubro de 2004 p.p o requerimento em nome de **Sebastião Tomé da Silva** foi apresentado pelo relator Belisário dos Santos Junior, o qual votou pelo deferimento do requerimento. Necessário se faz que nos seja enviado com a maior brevidade possível os seguintes documentos:

- Fotocópia de RG e CPF;
- Conta bancária de sua senhoria.

Sem mais para o momento, colocamo-nos aos vossos inteiros dispor para quaisquer informações que julgar necessárias, nos telefones 61-429.3484/3579/3820.

Respeitosamente,

Simone S. Botelho

Simone Steigleder Botelho
Assessora

Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

ENEDINA TOMÉ DE SILVA

ENDEREÇO / ADRESSE

RUA VINTE Nº 34 BAIRRO CAVAA

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITÉ

UF

PAÍS / PAYS

35.164-470 IPATINGA

UGBRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Carta n: 060/2004.

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Wildsley Tomé da Silva

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

28/12/04

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

CEP 35164-470 IPATINGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Wildsley Tomé da Silva

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

MG12499487

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Jun 8418049-8

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

28 DEZ 2004

MG



CORREIOS
BRASIL

AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

A70.74.8.p 119/159

SQ 55151634 4 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

23 DEZ 2004

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

BRASILIA-BSB

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

27/12/04

11:32 h

/ /

:

h

/ /

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO

COMISSÃO ESPECIAL LEI Nº 9.140/95

Esplanada dos Ministérios

Ministério da Justiça, Bloco T, Ed. Anexo II – Sala 503

70.064-900 – BRASÍLIA-DF

CIDADE

JF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

					-		
--	--	--	--	--	---	--	--

Secretaria Especial
dos Direitos Humanos



COMISSÃO ESPECIAL – Instituída pela Lei 9.140/95
(Mortos e Desaparecidos Políticos)
Secretaria Executiva da Comissão Especial

Carta nº059- /2004 – CDP/GAB/PR

Brasília, 21 de dezembro de 2004.

A Sua Senhoria o Senhor
Antônio Tomé da Silva
Rua: Abdias nº 224- Bairro Canaã
Ipatinga- MG
CEP: 35.164-129

Prezada Senhora,

Cumpre-nos informá-la, que em reunião realizada no dia 26 de outubro de 2004 p.p o requerimento em nome de **Sebastião Tomé da Silva** foi apresentado pelo relator Belisário dos Santos Junior, o qual votou pelo deferimento do requerimento. Necessário se faz que nos seja enviado com a maior brevidade possível os seguintes documentos:

- Documento de Sebastião Tomé da Silva que comprove a sua data de nascimento,
- Conta bancária de sua senhoria.

Sem mais para o momento, colocamo-nos aos vossos inteiros dispor para quaisquer informações que julgar necessárias, nos telefones 61-429.3484/3579/3820.

Respeitosamente,

Simone S. Botelho

Simone Steigleder Botelho
Assessora

Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

ANTÔNIO TOMÉ da SILVA

ENDEREÇO / ADRESSE

RUA ABDIAS n° 224 BAIRRO CANAÃ

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITÉ

UF

PAÍS / PAYS

35.164-129

IPATINGA

MG BRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Carta n° 059/2004

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

27/12/04

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Kmilson Ambrosio

N° DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

8.412.619-1

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS





AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

A10-748.p 122/159

SQ 5 5 1 5 1 6 3 8 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

23 DEZ 2004

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

BRASILIA-DF

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

____/____/____

: h

____/____/____

: h

____/____/____

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

COMISSÃO ESPECIAL LEI Nº 9.140/95

Esplanada dos Ministérios

Ministério da Justiça, Bloco T, Ed. Anexo II – Sala 503

70.064-900 – BRASÍLIA-DF

ENC

CID

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

					-		
--	--	--	--	--	---	--	--

Secretaria Especial
dos Direitos Humanos



COMISSÃO ESPECIAL – Instituída pela Lei 9.140/95
(Mortos e Desaparecidos Políticos)
Secretaria Executiva da Comissão Especial

C E R T I D ã O

Certifico que na data de 25/01/2005, recebemos no protocolo do Ministério da Justiça (MJ), documentação da Câmara Municipal de Ipatinga, com informações relativas ao procedimento nº 161/04 de **SEBASTIÃO TOME DA SILVA**.

Brasília, 25 de janeiro de 2005.

Simone S. Botelho
Simone Steigleder Botelho
Assessora

Comissão Especial instituída pela Lei n.º 9.140/95



Câmara Municipal de Ipatinga
Praça dos três poderes s/n Ipatinga - MG
CEP 358.160.011 Fone 31.3829-1200

Ofício 011/2005

De: Centro de Atenção ao Cidadão

P/: Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos –
Brasília - DF

Ref.: Processo nº 161/04

SEBASTIÃO TOME DA SILVA

Ipatinga, 14 de janeiro de 2005

Prezado Senhor,

Atendendo a solicitação dessa honrosa comissão encaminhamos em anexo certidão de batismo da pessoa acima mencionada, para os fins de comprovação da idade da mesma, tendo em vista não se lograr êxito na busca da Certidão de Nascimento.

Encaminhamos, ainda, o comprovante de abertura de conta bancária dos requerentes, onde deverá ser depositada a indenização devida.

Aproveitamos o ensejo para reiterar votos de estima e consideração.

Atenciosamente


José Gonçalves Ribeiro
Superintendente do CAC

DD. Senhor Presidente Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DAS DORES
DORES DE GUANHÃES-MG

Certidão de Batismo

No dia onze de abril de 1944

Foi batizado(a) nesta Paróquia, Sebastião

Registrado(a) no livro: 18, folha: 61 registro: 521

Nascido(a) no dia: 20 de agosto de 1943

Filho(a) de José Somé Araújo

e Geralda Cristina da Silva

Foram padrinhos José Maria Lages

e Raimunda Maria de Jesus

Observações: Certidão extraída para
comprovar idade.

Dores de Guanhões, sete de janeiro de 2005

Cláudia Aparecida Ferreira
Pároco



OPRM1030
F6883694

SISBB - Sistema de Informacoes Banco do Brasil
Operacoes

ATO 74.8.126/159
14/01/2005
16:35:02

----- Consulta - Operacoes -----

88
P

Cliente (CPF/CGC): 179.935.986-72 ANTONIO TOME DA SILVA
Produto.....: 0006 CONTA CORRENTE
Modalidade.....: 0001 CONTA CORRENTE PF COMUM
Agencia.....: 1009-X IPATINGA
Operacao.....: 41646-0 Variacao: 0

Data inicio.....: 14/01/2005 Data fim.....:

Agencia vinculada:

Conta vinculada..:

Titul. vinculada..:

Tipo end.: SEDE/RESIDENCIAL

Endereco.: RUA ABDIAS 224

Bairro...: CANAA

Municipio: 35.164-129 - IPATINGA MG

Telefone.: (31) 96677832 Ramal.: Fax:

F3 Sai F5 Encerra

OPRM1030
F6883694

SISBB - Sistema de Informacoes Banco do Brasil

14/01/2005

16:35:16

Operacoes

----- Consulta - Operacoes -----

Cliente (CPF/CGC): 173.013.516-15 WILSON AMBROSIO
Produto.....: 0006 CONTA CORRENTE
Modalidade.....: 0001 CONTA CORRENTE PF COMUM
Agencia.....: 1009-X IPATINGA
Operacao.....: 41646-0 Variacao: 0

Data inicio.....: 14/01/2005 Data fim.....:

Agencia vinculada:

Conta vinculada..:

Titul. vinculada..:

Tipo end.: SEDE/RESIDENCIAL

Endereco.: RUA ABDIAS 224

Bairro....: CANAA

Municipio: 35.164-129 - IPATINGA MG

Telefone.: (31) 96677832 Ramal.: Fax:

F3 Sai F5 Encerra

OPRM1030
F6883694

SISBB - Sistema de Informacoes Banco do Brasil
Operacoes

At 74 8 128/153
14/01/2005
16:35:34

----- Consulta - Operacoes -----

Cliente (CPF/CGC): 087.532.316-27 ENEDINA TOME DA SILVA
Produto.....: 0006 CONTA CORRENTE
Modalidade.....: 0001 CONTA CORRENTE PF COMUM
Agencia.....: 1009-X IPATINGA
Operacao.....: 41646-0 Variacao: 0

90
H

Data inicio.....: 14/01/2005 Data fim.....:
Agencia vinculada:
Conta vinculada..
Titul. vinculada..

Tipo end.: SEDE/RESIDENCIAL
Endereco.: RUA ABDIAS 224
Bairro...: CANAA
Município: 35.164-129 - IPATINGA MG
Telefone.: (31) 96677832 Ramal.: Fax:

(31)

F3 Sai F5 Encerra

(31) 3826.0235



CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA

Praça Três Poderes, s/nº - Centro - Caixa Postal 685 - Fone: (31) 3829-1200
Fax: (31) 3829-1240 - CEP: 35160-011 - Ipatinga - Minas Gerais



C. Especial



Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos.
Soluções - Ministério da Justiça
Esplanada dos Ministérios
Ed: Anexo II - 5º Andar sala 503
Cep 70.064-900 Brasília-DF



91
p

Câmara Municipal de Ipatinga
CAC - Centro de Atenção ao Cidadão
Resolução nº: 319.129/2003
Praça Três Poderes, s/nº - Centro
CEP 35.160-011 - IPATINGA/MG

ANO 44, n.º 130/1579



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO ESPECIAL - Lei 9.140/95

C E R T I D ã O

Certifico que na data de 09/06/05, foi recebido nesta Secretaria Executiva, da Câmara dos Deputados, referente ao processo em nome de SEBASTIÃO TOMÉ DA SILVA.

Brasília, 09 de junho de 2005.

Simone S. Botelho

Simone Steigleder Botelho

Assessora

Comissão Especial instituída pela Lei n.º 9.140/95



GAB.DJM/OF. 309/05

Brasília, 25 de maio de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Apresentando meus cumprimentos iniciais, venho solicitar a V. Exa. especial atenção quanto à viabilização do pagamento dos dois processos infra-mencionados.

Processo	Data	Assunto
161/04	28/09/2004	Sebastião Tomé da Silva
120/04	08/07/2004	Antônio José dos Reis

Informo que os casos referem-se ao chamado "Massacre de Ipatinga", ocorrido em 7 de outubro de 1963.

É sabido a existência de mais processos, já aprovados, aguardando liberação de recurso para efetivar o pagamento.

Certo de poder contar com a atenção e interesse de V. Exa. na conclusão dos processos e no aguardo de retorno ao solicitado, antecipo agradecimentos reiterando protestos de estima e respeito.

Atenciosamente,


JOÃO MAGNO
Deputado Federal – PT/MG

Ao Excelentíssimo Senhor
AUGUSTINO PEDRO VEIT
DD. Presidente
Comissão Especial (Lei 9.140/95)
Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Palácio da Justiça
Esplanada dos Ministérios, ed. Anexo II, 5º andar – Sala 503
70064-900 - Brasília/DF



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA GERAL
SUBSECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO ESPECIAL - Lei 9.140/95

C E R T I D ã O

Certifico que na data de 31/08/2005 foi recebido nesta Secretaria Executiva, Fax da Câmara Municipal de Ipatinga, referente ao processo com o nome de **Sebastião Tomé da Silva.**

Brasília, 01 de setembro de 2005.

Simone S. Botelho

Simone Steigleder Botelho

Assessora

Comissão Especial instituída pela Lei n.º 9.140/95



FAX - 061 - 3429 3464 1074.881347159 95
CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA

Rua Edgard Boy Rossi, 38 - Centro - Caixa Postal 685 - Fone: (31) 3829-8800 1248
Fax: 3829-8840 - CEP: 35160-015 - IPATINGA - MINAS GERAIS

COMISSÃO DE MORTOS E DESAPARECIDO

A/c de Bárbara

Sebastião Tomé da Silva

Informe sobre as contas corrente
para depósitos referente ao proc.
Adm. N° 161/04, vítima do Masso
Cre de Ipatinga,

Todas no Banco do Brasil

Antônio Tomé da Silva⁽³¹⁾ 98677832
Ag. 1009 - x c/c. 41646-0

Wilson Ambrósio
Ag. 1009 - x c/c. 45049-9

Emedina Tomé da Silva
Ag. 1009 - x c/c 45050-2



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA GERAL
SUBSECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO ESPECIAL - Lei 9.140/95

C E R T I D ã O

Certifico que na data de 06/09/2005 foi recebido nesta Secretaria Executiva, fax com dados de conta bancária e cópias de documentos de identificação, referente ao processo com o nome de **Sebastião Tomé de Souza**.

Brasília, 08 de setembro de 2005.

Simone Steigleder Botelho

Assessora

Comissão Especial instituída pela Lei n.º 9.140/95


**Proposta / Contrato de abertura de conta corrente,
conta investimento e conta de poupança**

Pessoa física

97
CPF**Cliente**

Código

Nome

935.292.117-4

ENEDINA TOME DA SILVA

Nome personalizado

Agência

ENEDINA TOME DA SILVA

1009-X IPATINGA

Conta corrente nº

Conta poupança nº

Conta investimento nº

Tipo de conta

Titularidade

Condição de titularidade

45.050-2

10.045.050-4

3.100.045.050-2

INDIVIDUAL

1

CPF

Documento de identidade

Órgão emissor / UF

Data de emissão

087.532.316-27

15885/0143 - CARTEIRA TRABALHO PREV SOCIAL

MTE MG

19/08/2004

Data de nascimento

Sexo

Naturalidade

Nacionalidade

04/07/1952

F

GUANHAES MG

BRASILEIRO(A)

Estado civil

Profissão

SOLTEIRO(A)

TRABALHADOR INFORMAL

Nome do pai

Nome da mãe

JOSE TOME DE ARAUJO

GERALDA CRISTINA DA SILVA

Endereço residencial

Bairro

RUA ABDIAS 224

CANAA

Município

UF

CEP

Telefone (DDD - nº)

IPATINGA

MG

35.164-129

(31) 3826.0235

Endereço comercial

Bairro

Município

UF

CEP

Telefone (DDD - nº)

Declaração

A pessoa física identificada propõe e o Banco do Brasil S.A. aceita a abertura de conta corrente e/ou conta investimento e/ou conta de poupança.

Declara estar ciente e de pleno acordo com as disposições contidas nas Cláusulas Gerais do Contrato de Conta Corrente, Conta Investimento e Conta de Poupança, registrado no Cartório do 1º Ofício de Registros de Títulos e Documentos da Cidade de Brasília (DF), sob o microfilme nº 847.150, em 24/05/2005, que integram este contrato, para os devidos fins, formando um documento único e indivisível, cuja cópia recebe no ato da assinatura deste instrumento.

Conta Investimento - Declara-se ciente, manifestando sua anuência:

a) no sentido de que as tarifas relativas a serviços de abertura e manutenção da Conta Investimento, bem como as operações referentes a essa conta constam da Tabela de Tarifas do Banco, divulgada nas suas agências, terminais de auto-atendimento ou via Internet (www.bb.com.br);

b) com as regras da Conta Investimento, constantes das Cláusulas Gerais do Contrato de Conta Corrente, Conta Investimento e Conta de Poupança, que estão em conformidade com as normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil e legislação em vigor.

Declara, sob as penas da lei, que as informações constantes deste documento são verdadeiras.

Local e data

IPATINGA (MG), 08/08/2005

Proponente / Contratante

Nome

ENEDINA TOME DA SILVA

CPF: 087.532.316-27

Banco do Brasil S.A.

por procuração do Banco do Brasil S.A.

Testemunhas

Nome

Nome:
CPF:Nome:
CPF:



**Proposta / Contrato de abertura de conta corrente,
conta investimento e conta de poupança**
Pessoa física

98
CPF

Cliente

Código		Nome	
935.366.458-7		WILSON AMBROSIO	
Nome personalizado		Agência	
WILSON AMBROSIO		1009-X IPATINGA	
Conta corrente nº	Conta poupança nº	Conta investimento nº	Tipo de conta
45.049-9	10.045.049-0	3.100.045.049-9	INDIVIDUAL
CPF	Documento de identidade	Órgão emissor / UF	Titularidade
173.013.516-15	M-3838123 - CARTEIRA DE IDENTIDADE	SSPMG	1
Data de nascimento	Sexo	Naturalidade	Data de emissão
07/12/1941	M	GUANHAES MG	04/09/1984
Estado civil	Profissão		Nacionalidade
CASADO(A)-COMUNHAO PARCIAL	PENSIONISTA		BRASILEIRO(A)
Nome do pai	Nome da mãe		
JOSE TOMÉ DE ARAUJO	GERALDA CRISTIANA DA SILVA		
Nome do cônjuge	CPF do cônjuge		Código do cônjuge
NEUSA MARIA DE ARAUJO	000.000.000-00		
Endereço residencial	Bairro		
RUA ABDIAS 224	CANAA		
Município	UF	CEP	Telefone (DDD - nº)
IPATINGA	MG	35.164-129	(31) 3826.0235
Endereço comercial	Bairro		
	UF	CEP	Telefone (DDD - nº)

Declaração

A pessoa física identificada propõe e o Banco do Brasil S.A. aceita a abertura de conta corrente e/ou conta investimento e/ou conta de poupança.

Declara estar ciente e de pleno acordo com as disposições contidas nas Cláusulas Gerais do Contrato de Conta Corrente, Conta Investimento e Conta de Poupança, registrado no Cartório do 1º Ofício de Registros de Títulos e Documentos da Cidade de Brasília (DF), sob o microfilme nº 847.150, em 24/05/2005, que integram este contrato, para os devidos fins, formando um documento único e indivisível, cuja cópia recebe no ato da assinatura deste instrumento.

Conta Investimento - Declara-se ciente, manifestando sua anuência:

- a) no sentido de que as tarifas relativas a serviços de abertura e manutenção da Conta Investimento, bem como às operações referentes a essa conta constam da Tabela de Tarifas do Banco, divulgada nas suas agências, terminais de auto-atendimento ou via Internet (www.bb.com.br);
- b) com as regras da Conta Investimento, constantes das Cláusulas Gerais do Contrato de Conta Corrente, Conta Investimento e Conta de Poupança, que estão em conformidade com as normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil e legislação em vigor.

Declara, sob as penas da lei, que as informações constantes deste documento são verdadeiras.

Local e data

IPATINGA (MG), 08/09/2005

Proponente / Contratante

Nome: WILSON AMBROSIO
CPF: 173.013.516-15

Banco do Brasil S.A.

por procuração do Banco do Brasil S.A.

Testemunhas

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



**Proposta / Contrato de abertura de conta corrente,
conta investimento e conta de poupança**
Pessoa física

99
CRP

Cliente

Código		Nome	
927.066.962-9		ANTONIO TOME DA SILVA	
Nome personalizado		Agência	
ANTONIO TOME DA SILVA		1000-X IPATINGA	
Conta corrente nº	Conta poupança nº	Conta investimento nº	Tipo de conta
41.646-0	10.041.646-2	3.100.041.646-0	INDIVIDUAL
CPF	Documento de identidade	Orgão emissor / UF	Condição de titularidade
179.935.986-72	M-2629465 - CARTEIRA DE IDENTIDADE	SSPMG	1
Data de nascimento	Sexo	Naturalidade	Data de emissão
24/01/1949	M	GUANHAES MG	10/11/1980
Estado civil	Profissão		Nacionalidade
DIVORCIADO(A)	PENSIONISTA		BRASILEIRO(A)
Nome do pai		Nome da mãe	
JOSE TOME DE ARAUJO		GERALDA CRISTINA DA SILVA	
Endereço residencial		Bairro	
RUA ABDIAS 224		CANAA	
Município	UF	CEP	Telefone (DDD - nº.)
IPATINGA	MG	35.164-129	() 9967.7832
Endereço comercial		Bairro	
Município	UF	CEP	Telefone (DDD - nº.)

Declaração

A pessoa física identificada propõe e o Banco do Brasil S.A. aceita a abertura de conta corrente e/ou conta investimento e/ou conta de poupança.

Declara estar ciente e de pleno acordo com as disposições contidas nas Cláusulas Gerais do Contrato de Conta Corrente, Conta Investimento e Conta de Poupança, registrado no Cartório do 1º Ofício de Registros de Títulos e Documentos da Cidade de Brasília (DF), sob o microfilme nº 647.150, em 24/05/2005, que integram este contrato, para os devidos fins, formando um documento único e indivisível, cuja cópia recebe no ato da assinatura deste instrumento.

Conta Investimento - Declara-se ciente, manifestando sua anuência:

a) no sentido de que as tarifas relativas a serviços de abertura e manutenção da Conta Investimento, bem como às operações referentes a essa conta constam da Tabela de Tarifas do Banco, divulgada nas suas agências, terminais de auto-atendimento ou via Internet (www.bb.com.br);

b) com as regras da Conta Investimento, constantes das Cláusulas Gerais do Contrato de Conta Corrente, Conta Investimento e Conta de Poupança, que estão em conformidade com as normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil e legislação em vigor.

Declara, sob as penas da lei, que as informações constantes deste documento são verdadeiras.

Local e data

IPATINGA (MG), 06/09/2005

Proponente / Contratante

Nome: ANTONIO TOME DA SILVA
CPF: 179.935.986-72

Banco do Brasil S.A.

por procuração do Banco do Brasil S.A.

Testemunhas

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



Carteira de Trabalho é a comprovação da sua vida profissional. Guarde-a com carinho. Não rasure e jamais retire sua foto.

Número 15.885 Série 0143mg

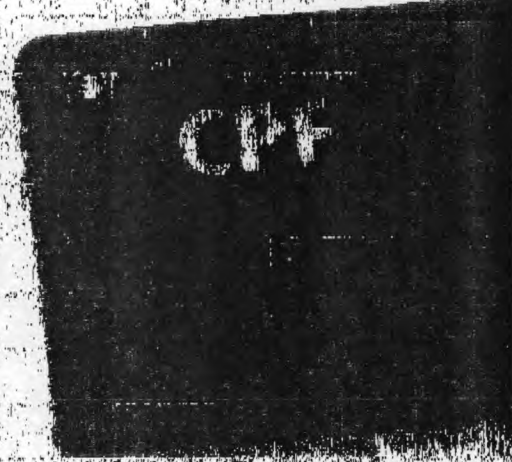
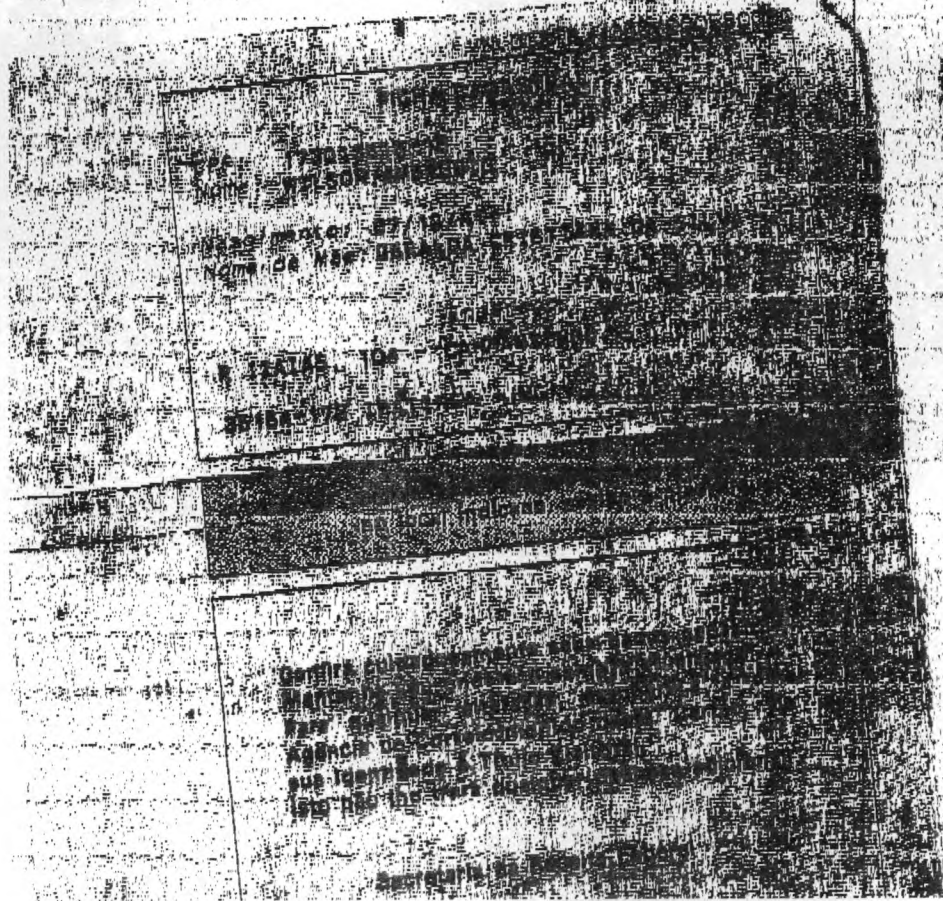
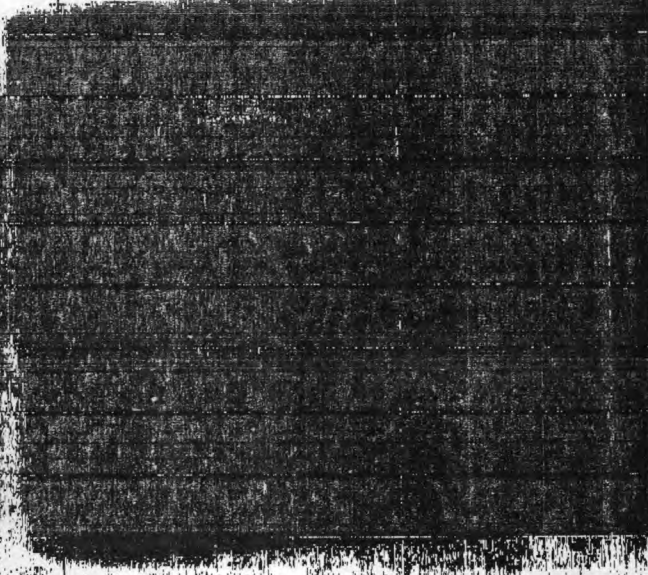
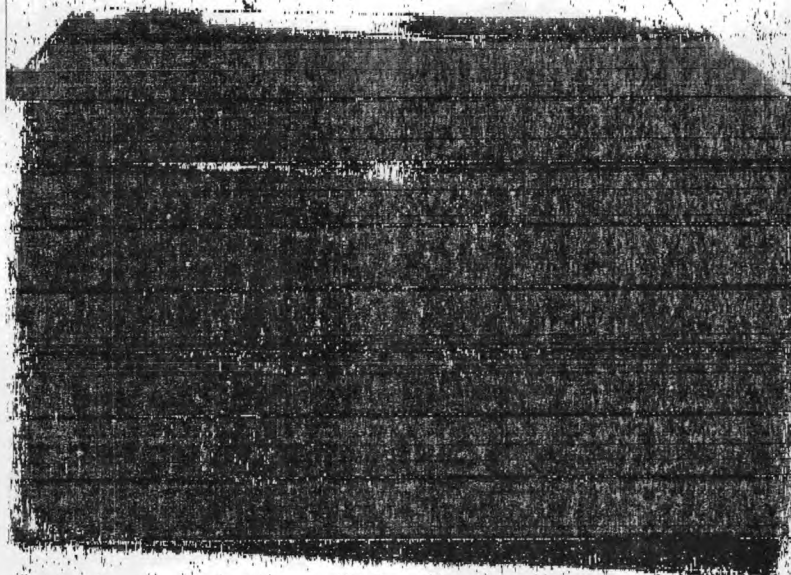


100
COP

x *Erredina Tormi da*
ASSINATURA DO PORTADOR
Erredina



190804



CONFERE COM ORIGINAL
NOME: *Erredina Tormi da*
MATERIA: *15.885*

At 24.8 p 140159

101
opp

NOTA FISCAL/FATURA DE SERVIÇOS

SPVA/DTVN 463 313130051 38 13 01 180

Pág.: 01/01

WILSON AMBROSIO R. ABDIAS CANAAZINHO 35164-129	GRUPO: 463 224 TRATINGA MG
---	---

MATRÍCULA 0 001 700 605 8		Vencimento 30/08/2005																																																				
Identificador do Hidrômetro A01L 140248	Produto Quantidade de Economias por Categoria Água Residencial Comercial Industrial Pública Resido:	Número da fatura: 001-08-36605443-8 Emissão da fatura: 19/08/2005 Mês/Referência: 08/2005																																																				
Leitura Atual 659 17/08/2005	Leitura Anterior 643 15/07/2005	Dias de Consumo 33	Próxima Leitura 15/09/2005																																																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Volume Faturado m³</th> <th>Dias entre Medições</th> <th>Média Diária m³</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>Ago/2005</td><td>16</td><td>33</td><td>0,46</td></tr> <tr><td>Jul/2005</td><td>14</td><td>31</td><td>0,46</td></tr> <tr><td>Jun/2005</td><td>13</td><td>28</td><td>0,46</td></tr> <tr><td>Mai/2005</td><td>21</td><td>32</td><td>0,68</td></tr> <tr><td>Abr/2005</td><td>19</td><td>30</td><td>0,63</td></tr> <tr><td>Mai/2005</td><td>25</td><td>28</td><td>0,89</td></tr> <tr><td>Fev/2005</td><td>18</td><td>32</td><td>0,56</td></tr> <tr><td>Jan/2005</td><td>33</td><td>30</td><td>1,10</td></tr> <tr><td>Dez/2004</td><td>14</td><td>25</td><td>1,17</td></tr> <tr><td>Nov/2004</td><td>31</td><td>32</td><td>0,97</td></tr> <tr><td>Out/2004</td><td>26</td><td>30</td><td>0,87</td></tr> <tr><td>Sep/2004</td><td>20</td><td>30</td><td>0,67</td></tr> </tbody> </table>		Volume Faturado m³	Dias entre Medições	Média Diária m³	Ago/2005	16	33	0,46	Jul/2005	14	31	0,46	Jun/2005	13	28	0,46	Mai/2005	21	32	0,68	Abr/2005	19	30	0,63	Mai/2005	25	28	0,89	Fev/2005	18	32	0,56	Jan/2005	33	30	1,10	Dez/2004	14	25	1,17	Nov/2004	31	32	0,97	Out/2004	26	30	0,87	Sep/2004	20	30	0,67	Descrição de Lançamentos AGUA/ESGOTO 56,18	
Volume Faturado m³	Dias entre Medições	Média Diária m³																																																				
Ago/2005	16	33	0,46																																																			
Jul/2005	14	31	0,46																																																			
Jun/2005	13	28	0,46																																																			
Mai/2005	21	32	0,68																																																			
Abr/2005	19	30	0,63																																																			
Mai/2005	25	28	0,89																																																			
Fev/2005	18	32	0,56																																																			
Jan/2005	33	30	1,10																																																			
Dez/2004	14	25	1,17																																																			
Nov/2004	31	32	0,97																																																			
Out/2004	26	30	0,87																																																			
Sep/2004	20	30	0,67																																																			

Total a Pagar

*****R\$56,16

Mensagens relativas à fatura:

Agência mais próxima:

 R. TIRADENTES 98
 CIDADE NORRE
 De 06:00 às 24:00 Tel: 31 195

Informações gerais:

Pagando até o vencimento, você evita:

 "INFORMAÇÕES SOBRE QUALIDADE DA ÁGUA
 VOCÊ ENCONTRA NO SITE: WWW.COPASA.COM.BR"
 "TODAS AS PESSOAS SÃO RESPONSÁVEIS PELA PRESERVAÇÃO
 DO MEIO AMBIENTE. FAÇA SUA PARTE"

 COBRANÇA DE MULTA DE 2%, JUROS DE MORA E ATUALIZAÇÃO
 MONETÁRIA.
 SUSPENSÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, A PARTIR DE 15
 DIAS DO VENCIMENTO.

(AUTENTIQUE NO VERSO)

EM CASO DE DÚVIDA DE PAGAMENTO, MENCIONAR O NÚMERO DESTA FATURA

06-09-05 15:00

->00316134293464

102
cpf
Pag. 07

Protocolo de atendimento

Solicitação

INSCRIÇÃO

Protocolo

CONCLUSIVO

Cópia de

038.292.1

Mod. 3.50.132-1 - Jan/2003
SISB 63002 - Via do Cliente - des

- Acompanhe sua solicitação no site "www.receita.fazenda.gov.br".
- Seu número CPF estará disponível em 12/01/2005 no site "www.receita.fazenda.gov.br".
- Caso não receba seu cartão CPF pelo correio até 10/02/2005, favor contatar a agência onde foi atendido.
- Dados cadastrais podem ser corrigidos gratuitamente até 11/04/2005.

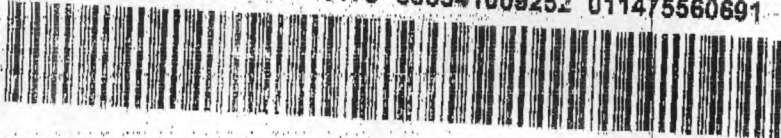
Nome

ENEIDINA TOMÉ DA SILVA

Nascimento

04/07/1952

896900000002 045000010178 605341009252 011475560691



Autenticação mecânica

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome

ENEIDINA TOMÉ DA SILVA

Loc. Nasc.

Quatracas

Est. Mg.

Data

04/07/1952

Olição

ENEIDINA TOMÉ DA SILVA

Estado de Minas e Geraldo

Doc. Nº CN

11.249.125.10 Spatim/mg

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em

Estado

Doc. Ident. Nº

Exp. em

Obs.

Data de emissão

190804

DRE

SDT/PATINGA-MG

Assinatura do Funcionário

obrigado a usá-los, para prevenir acidentes e evitar as doenças profissionais.

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você foi acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é electricista, não se meta a fazer serviços de electricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não perdoam ninguém; mas você deve respeitá-las.

Atenda as recomendações dos membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha. Conversa e discussão no trabalho predispõem a acidentes pela distração.

Lia e refina sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

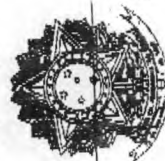
Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Para a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



Número 15885 Série 043000

Assinatura do Portador

ASSINATURA DO PORTADOR

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome: *Francisco José da Silva*
Data: *10/07/1950*
Estado: *Paraná*
Cidade: *Curitiba*
Doc. Nasc.: *15885-15885-15885*

ESTRANGEREIRO

Chegada ao Brasil em: *10/07/1950* Doc. Ident. N.º: *15885*
Exp. em: *10/07/1950* Estado: *Paraná*
Obs.: *15885-15885-15885*
Assinatura do Funcionário: *[Assinatura]*

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE

(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome
Doc.
Nome
Doc.
Nome
Doc.
Est. Civil
Doc.
Est. Civil
Doc.
Nascimento
Doc.

N.DISTR. 060/000580080

FICHA CADASTRAL

CPF: 173013818-18

Nome: WILSON AMBRÓSIO

Nascimento: 07/12/41

Nome da Mãe: GERALDA CRISTIANA DA SILVA

Endereço:

R IZAIAS, 104 - CANAANZINHO

35164-173 IPATINGA - MG

ATENÇÃO: Para maior proteção do seu cartão, abra
no local indicado, assine e plastifique.

Confira cuidadosamente seus dados cadastrais.
Mantenha seu endereço sempre atualizado.
Para qualquer alteração, compareça a uma
Agência de Correio munido deste Cartão, de
sua identidade e Título Eleitoral.
Isto não lhe trará qualquer despesa adicional.

Secretaria da Receita Federal

FRANQUEADO

CONVÊNIO ECT/SNF 5303

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

WILSON AMBRÓSIO

R IZAIAS, 104 - CANAANZINHO

IPATINGA - MG
35164-173



SEQ. 0004823E

N.DISTR. 060/000580080

105
501



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA GERAL
SUBSECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO ESPECIAL - Lei 9.140/95

C E R T I D ã O

Certifico que foram recebidos nesta Secretaria Executiva, dados bancários, comprovante de endereço e cópias de documento de identificação, referente ao processo com o nome de **SEBASTIÃO TOMÉ DA SILVA**.

Brasília, 28 de setembro de 2005.

Simone S. Botelho

Simone Steigleder Botelho

Assessora

Comissão Especial instituída pela Lei n.º 9.140/95

Cliente

Código	Nome				
935.366.458-7	WILSON AMBROSIO				
Nome personalizado			Agência		
WILSON AMBROSIO			1009-X IPATINGA		
Conta corrente nº	Conta poupança nº	Conta investimento nº	Tipo de conta	Titularidade	Condição de titularidade
45.049-9	10.045.049-0	3.100.045.049-9	INDIVIDUAL	1	
CPF	Documento de identidade		Órgão emissor / UF	Data de emissão	
173.013.516-15	M-3838123 - CARTEIRA DE IDENTIDADE		SSPMG	04/09/1984	
Data de nascimento	Sexo	Naturalidade	Nacionalidade		
07/12/1941	M	GUANHAES MG	BRASILEIRO(A)		
Estado civil	Profissão				
CASADO(A)-COMUNHAO PARCIAL	PENSIONISTA				
Nome do pai	Nome da mãe				
JOSE TOME DE ARAUJO	GERALDA CRISTIANA DA SILVA				
Nome do cônjuge	CPF do cônjuge	Código do cônjuge			
NEUSA MARIA DE ARAUJO	000.000.000-00				
Endereço residencial	Bairro				
RUA ABDIAS 224	CANAA				
Município	UF	CEP	Telefone (DDD - nº.)		
IPATINGA	MG	35.164-129	(31) 3826.0235		
Endereço comercial	Bairro				
Município	UF	CEP	Telefone (DDD - nº.)		

Declaração

A pessoa física identificada propõe e o Banco do Brasil S.A. aceita a abertura de conta corrente e/ou conta investimento e/ou conta de poupança.

Declara estar ciente e de pleno acordo com as disposições contidas nas Cláusulas Gerais do Contrato de Conta Corrente, Conta Investimento e Conta de Poupança, registrado no Cartório do 1º Ofício de Registros de Títulos e Documentos da Cidade de Brasília (DF), sob o microfilme nº 647.150, em 24/05/2005, que integram este contrato, para os devidos fins, formando um documento único e indivisível, cuja cópia recebe no ato da assinatura deste instrumento.

Conta Investimento - Declara-se ciente, manifestando sua anuência:

a) no sentido de que as tarifas relativas a serviços de abertura e manutenção da Conta Investimento, bem como às operações referentes a essa conta constam da Tabela de Tarifas do Banco, divulgada nas suas agências, terminais de auto-atendimento ou via Internet (www.bb.com.br);

b) com as regras da Conta Investimento, constantes das Cláusulas Gerais do Contrato de Conta Corrente, Conta Investimento e Conta de Poupança, que estão em conformidade com as normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil e legislação em vigor.

Declara, sob as penas da lei, que as informações constantes deste documento são verdadeiras.

Local e data

IPATINGA (MG), 06/09/2005

Proponente / Contratante

Nome: WILSON AMBROSIO
CPF: 173.013.516-15

Banco do Brasil S.A.

por procuração do Banco do Brasil S.A.

Testemunhas

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

AN 74.810 147/159

Responsável pelo acolhimento da proposta

Matrícula	Nome
6.846.271-9	MARIA GLORIA MORAIS GONCALVES

Responsável pela abertura da conta

Matrícula	Nome
6.771.356-4	MARCIA BLUMER

Fontes de referência consultadas

Código do cliente	Nome	Telefone (DDD - nº.)
	JOAO PEREIRA DE OLIVEIRA	(31) 3821.6000
Endereço		
Código do cliente	Nome	Telefone (DDD - nº.)
	INSS	()
Endereço		

108
CRP**Cliente**

Código	Nome				
935.292.117-4	ENEDINA TOME DA SILVA				
Nome personalizado			Agência		
ENEDINA TOME DA SILVA			1009-X IPATINGA		
Conta corrente nº	Conta poupança nº	Conta investimento nº	Tipo de conta	Titularidade	Condição de titularidade
45.050-2	10.045.050-4	3.100.045.050-2	INDIVIDUAL	1	
CPF	Documento de identidade		Órgão emissor / UF		Data de emissão
087.532.316-27	15885/0143 - CARTEIRA TRABALHO PREV SOCIAL		MTE MG		19/08/2004
Data de nascimento	Sexo	Naturalidade	Nacionalidade		
04/07/1952	F	GUANHAES MG	BRASILEIRO(A)		
Estado civil			Profissão		
SOLTEIRO(A)			TRABALHADOR INFORMAL		
Nome do pai			Nome da mãe		
JOSE TOME DE ARAUJO			GERALDA CRISTINA DA SILVA		
Endereço residencial			Bairro		
RUA ABDIAS 224			CANAA		
Município	UF	CEP	Telefone (DDD - nº.)		
IPATINGA	MG	35.164-129	(31) 3826.0235		
Endereço comercial			Bairro		
Município			UF	CEP	Telefone (DDD - nº.)

Declaração

A pessoa física identificada propõe e o Banco do Brasil S.A. aceita a abertura de conta corrente e/ou conta investimento e/ou conta de poupança.

Declara estar ciente e de pleno acordo com as disposições contidas nas Cláusulas Gerais do Contrato de Conta Corrente, Conta Investimento e Conta de Poupança, registrado no Cartório do 1º Ofício de Registros de Títulos e Documentos da Cidade de Brasília (DF), sob o microfilme nº 647.150, em 24/05/2005, que integram este contrato, para os devidos fins, formando um documento único e indivisível, cuja cópia recebe no ato da assinatura deste instrumento.

Conta Investimento - Declara-se ciente, manifestando sua anuência:

a) no sentido de que as tarifas relativas a serviços de abertura e manutenção da Conta Investimento, bem como às operações referentes a essa conta constam da Tabela de Tarifas do Banco, divulgada nas suas agências, terminais de auto-atendimento ou via Internet (www.bb.com.br);

b) com as regras da Conta Investimento, constantes das Cláusulas Gerais do Contrato de Conta Corrente, Conta Investimento e Conta de Poupança, que estão em conformidade com as normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil e legislação em vigor.

Declara, sob as penas da lei, que as informações constantes deste documento são verdadeiras.

Local e data

IPATINGA (MG), 06/09/2005

Proponente / Contratante

Nome: ENEDINA TOME DA SILVA
CPF: 087.532.316-27

Banco do Brasil S.A.

por procuração do Banco do Brasil S.A.

Testemunhas

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

110 74-81p149/159

Responsável pelo acolhimento da proposta

Matrícula	Nome
6.846.271-9	MARIA GLORIA MORAIS GONCALVES

Responsável pela abertura da conta

Matrícula	Nome
6.771.356-4	MARCIA BLUMER

Fontes de referência consultadas

Código do cliente	Nome	
	JOAO PEREIRA DE OLIVEIRA	
Endereço		Telefone (DDD - nº.)
		(31) 3821.6000
Código do cliente	Nome	
	FLAVIO DE SOUZA OLIVEIRA	
Endereço		Telefone (DDD - nº.)
		(31) 3822.1493

Cliente

Código	Nome				
927.066.962-9	ANTONIO TOME DA SILVA				
Nome personalizado			Agência		
ANTONIO TOME DA SILVA			1009-X IPATINGA		
Conta corrente nº	Conta poupança nº	Conta investimento nº	Tipo de conta	Titularidade	Condição de titularidade
41.646-0	10.041.646-2	3.100.041.646-0	INDIVIDUAL	1	
CPF	Documento de identidade			Órgão emissor / UF	Data de emissão
179.935.986-72	M-2629465 - CARTEIRA DE IDENTIDADE			SSPMG	10/11/1980
Data de nascimento	Sexo	Naturalidade	Nacionalidade		
24/01/1949	M	GUANHAES MG	BRASILEIRO(A)		
Estado civil			Profissão		
DIVORCIADO(A)			PENSIONISTA		
Nome do pai			Nome da mãe		
JOSE TOME DE ARAUJO			GERALDA CRISTINA DA SILVA		
Endereço residencial			Bairro		
RUA ABDIAS 224			CANAA		
Município	UF	CEP	Telefone (DDD - nº)		
IPATINGA	MG	35.164-129	() 9667.7832		
Endereço comercial			Bairro		
Município			UF	CEP	Telefone (DDD - nº)

Declaração

A pessoa física identificada propõe e o Banco do Brasil S.A. aceita a abertura de conta corrente e/ou conta investimento e/ou conta de poupança.

Declara estar ciente e de pleno acordo com as disposições contidas nas Cláusulas Gerais do Contrato de Conta Corrente, Conta Investimento e Conta de Poupança, registrado no Cartório do 1º Ofício de Registros de Títulos e Documentos da Cidade de Brasília (DF), sob o microfilme nº 647.150, em 24/05/2005, que integram este contrato, para os devidos fins, formando um documento único e indivisível, cuja cópia recebe no ato da assinatura deste instrumento.

Conta Investimento - Declara-se ciente, manifestando sua anuência:

a) no sentido de que as tarifas relativas a serviços de abertura e manutenção da Conta Investimento, bem como às operações referentes a essa conta constam da Tabela de Tarifas do Banco, divulgada nas suas agências, terminais de auto-atendimento ou via Internet (www.bb.com.br);

b) com as regras da Conta Investimento, constantes das Cláusulas Gerais do Contrato de Conta Corrente, Conta Investimento e Conta de Poupança, que estão em conformidade com as normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil e legislação em vigor.

Declara, sob as penas da lei, que as informações constantes deste documento são verdadeiras.

Local e data

IPATINGA (MG), 06/09/2005

Proponente / Contratante

Nome: ANTONIO TOME DA SILVA
CPF: 179.935.986-72

Banco do Brasil S.A.

por procuração do Banco do Brasil S.A.

Testemunhas

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Responsável pelo acolhimento da proposta

Matrícula	Nome
6.846.271-9	MARIA GLORIA MORAIS GONCALVES

Responsável pela abertura da conta

Matrícula	Nome
6.883.694-5	MARINALVA DIAS F FERNANDES

Fontes de referência consultadas

Código do cliente	Nome
	FLAVIO DE SOUZA OLIVEIRA

Endereço	Telefone (DDD - nº.)
	(31) 3822.1493

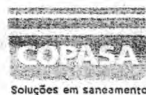
Código do cliente	Nome
	BANCO HSBC

Endereço	Telefone (DDD - nº.)
	()

NOTA FISCAL/FATURA DE SERVIÇOS

SPVA/DTVN 463 313130051 36 13 01 160

Pág.: 01/01



WILSON AMBROSIO
R ABDIAS
CANAAZINHO
35164-129

IPATINGA

224

GRUPO: 463

MG

PARA CONTATO COM A COPASA
INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

0 001 700 605 8

Vencimento

30/08/2005

Identificador
do Hidrômetro

A01L 149248

Produto Quantidade de Economias por Categoria
Residencial Comercial Industrial Pública

Água 1
Esgoto 1

Número da fatura:

001.05.36605443-8

Emissão da fatura:

19/08/2005

Leitura Atual

659

17/08/2005

Leitura Anterior

643

15/07/2005

Dias de
Consumo

33

Próxima Leitura

15/09/2005

Mês/Referência:

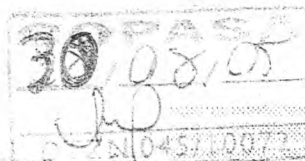
08/2005

	Volume Faturado m3	Dias entre Medições	Média Diária m3
Ago/2005	16	33	0,48
Jul/2005	14	31	0,45
Jun/2005	13	29	0,45
Mai/2005	21	32	0,66
Abr/2005	19	30	0,63
Mar/2005	25	28	0,89
Fev/2005	18	32	0,56
Jan/2005	33	30	1,10
Dez/2004	34	29	1,17
Nov/2004	31	32	0,97
Out/2004	26	30	0,87
Set/2004	20	30	0,67

Descrição de Lançamentos

AGUA/ESGOTO

56,16



Total a Pagar

*****R\$56,16

Mensagens relativas à fatura:

Agência mais próxima:

R TIRADENTES 96
CIDADE NOBRE
De 06:00 as 24:00 Tel: 31 195

Informações gerais:

Pagando até o vencimento, você evita:

"INFORMACOES SOBRE QUALIDADE DA AGUA
VOCE ENCONTRA NO SITE: WWW.COPASA.COM.BR"
"TODAS AS PESSOAS SAO RESPONSAVEIS PELA PRESERVACAO
DO MEIO AMBIENTE. FAÇA SUA PARTE"

COBRANCA DE MULTA DE 2%, JUROS DE MORA E ATUALIZACAO
MONETARIA.
SUSPENSAO DA PRESTACAO DE SERVICOS, A PARTIR DE 15
DIAS DO VENCIMENTO.

(AUTENTIQUE NO VERSO)

EM CASO DE ORDEM DE PAGAMENTO, MENCIONAR O NÚMERO DESTA FATURA

CONFERE COMO ORIGINAL
Andre Luiz Nogueira
MAT: 0738.852-5



CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Carteira de Trabalho é a comprovação da sua vida profissional. Guarde-a com carinho. Não rasure e jamais retire sua foto.

Número

15.885

Série

0143mg

x *Eredina Tome da*

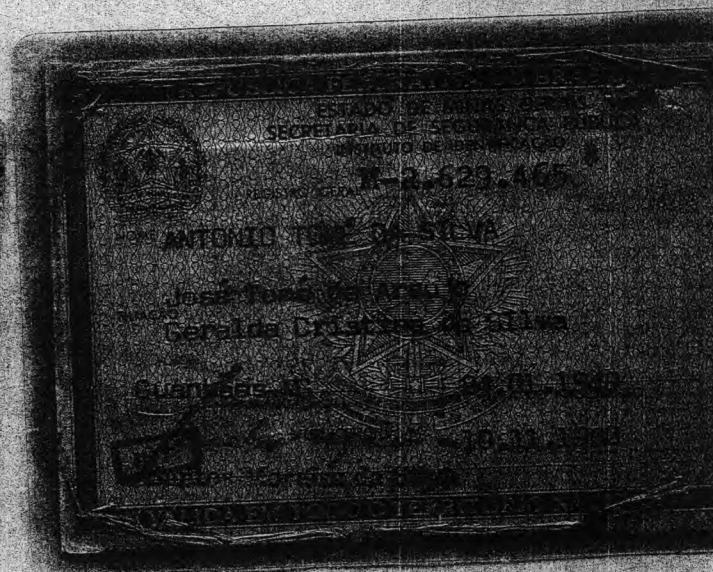
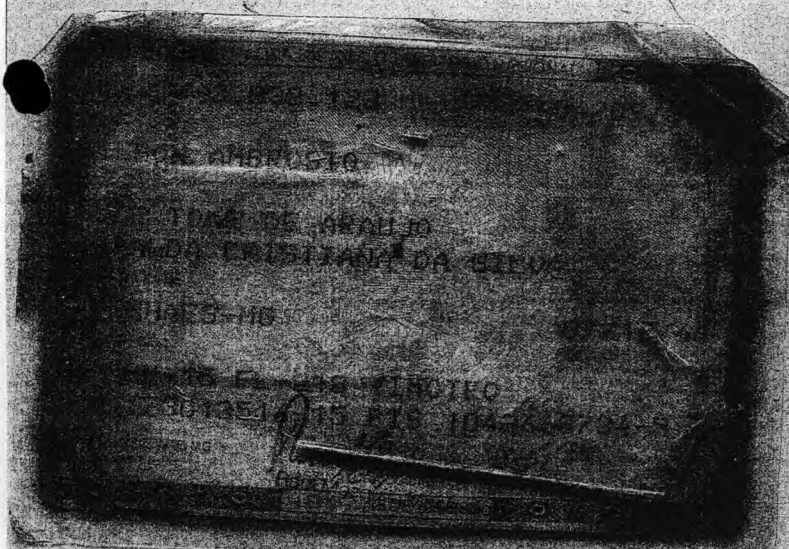
ASSINATURA DO PORTADOR

Eredina



111
CPP

190804



N. DISTR. 060/000580060

FICHA CADASTRAL

CPF: 173013516-15
Nome: WILSON AMBROSIO

Nascimento: 07/12/41
Nome da Mãe: GERALDA CRISTIANA DA SILVA

Endereço:
R IZAIAS, 104 - CANAANZINHO
35164-173 IPATINGA - MG

ATENÇÃO: Para maior proteção do seu cartão, dobre no local indicado, assine e plastifique.

Confira cuidadosamente seus dados cadastrais. Mantenha seu endereço sempre atualizado. Para qualquer alteração, compareça a uma Agência de Correio munido deste Cartão, de sua Identidade e Título Eleitoral. Isto não lhe trará qualquer despesa adicional.

Secretaria da Receita Federal



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

179.935.986-72

ANTONIO TOME DA SILVA

24/01/1949

CONFERE COM ORIGINAL
Marinalva D. Barros Fernandes
Matr. 6.883.694.5

Solicitação

INSCRIÇÃO

Protocolo

CONCLUSIVO

Código de atendimento

935.292.117

Mod. 0.50.132-1 - Jan/2003
 SISBB 03002 - Via do Cliente - dab

- Acompanhe sua solicitação no site "www.receita.fazenda.gov.br".
- Seu número CPF estará disponível em 12/01/2005 no site "www.receita.fazenda.gov.br".
- Caso não receba seu cartão CPF pelo correio até 10/02/2005, favor contatar a agência onde foi atendido.
- Dados cadastrais podem ser corrigidos gratuitamente até 11/04/2005.

Nome

ENEDINA TOME DA SILVA

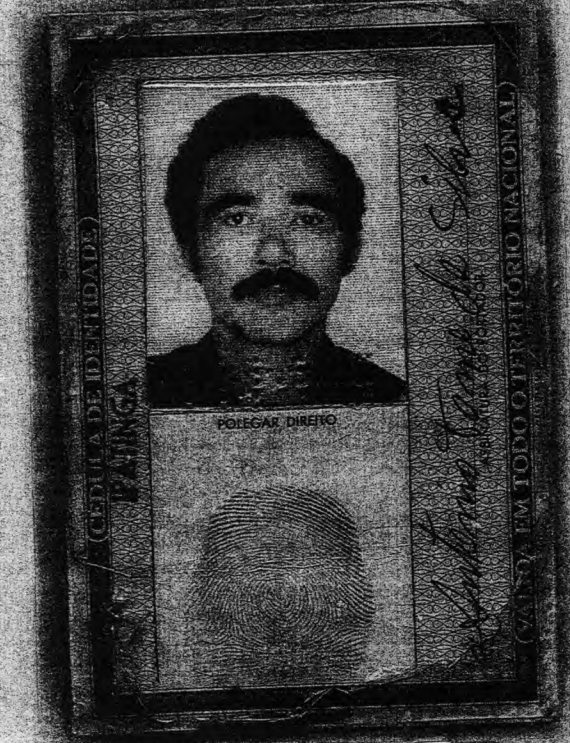
Nascimento

04/07/1952

896900000002 045000010178 605341009252 011475560691



Autenticação mecânica



QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Enedina Tome da Silva
 Loc. Nasc. Quatiporã Est. MG Data 04/07/1952
 Filição Gezi Tome de Araujo e Geralda
Cristina da Silva
 Doc. Nº CN: 11.249 Fls. 425 Lv. 10 Ipatinga/MG

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em / / Doc. Ident. Nº
 Exp. em / / Estado
 Obs. 190804 DRE SDT/IPATINGA-MG
 Data emissão

Assinatura do Funcionário
Lucivalda A. Ferreira
 SFTM/SOT/PATINGA

CONFERE COM ORIGINAL
 Marmalux D. Lopes Fernandes
 Matr. 883.694

obrigado a usá-los, para prevenir acidentes e evitar as doenças profissionais.

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é electricista, não se meta a fazer serviços de electricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las.

Atenda às recomendações dos membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha. Converse e discussão no trabalho predispõem a acidentes pela desatenção.

Leia e reflita sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Pare a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



Número

15.885

Série

0143mg

ASSINATURA DO PORTADOR

Ernestina Tormello

9

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome *Ernestina Tormello da Silva*
Loc. Nasc. *Quarupé* Est. *MG* Data *04.07.1952*
Filiação *João Tormello da Silva e Geraciola*
Assinatura *Ernestina Tormello da Silva*
Doc. Nº *11.249.162-425 IV 10 Spaximmg*

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em *1* / *1* / *1* Doc. Ident. Nº *1*
Exp. em *1* / *1* / *1* Estado *1*
Obs. *1*
Data de emissão *1* / *1* / *1* DRT *1*
Assinatura do Funcionário *1*

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE
(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome
Doc.
Nome
Doc.
Nome
Doc.
Est. Civil
Doc.
Est. Civil
Doc.
Nascimento
Doc.

Ernestina Tormello
01/11/1952
Andre Luiz Nogueira
Mat. 0.738.855

CONFERE COMO ORIGINAL
André Luiz Novais
MAT.: 0.738.853-5

N.DISTR. 060/000580060

FICHA CADASTRAL

CPF: 173013516-15

Nome: WILSON AMBROSIO

Nascimento: 07/12/41

Nome da Mãe: GERALDA CRISTIANA DA SILVA

Endereço:

R IZAIAS, 104 - CANAANZINHO

35164-173 IPATINGA - MG

ATENÇÃO: Para maior proteção do seu cartão, dobre no local indicado, assine e plastifique.

Confira cuidadosamente seus dados cadastrais. Mantenha seu endereço sempre atualizado. Para qualquer alteração, compareça a uma Agência de Correio munido deste Cartão, de sua Identidade e Título Eleitoral. Isto não lhe trará qualquer despesa adicional.

Secretaria da Receita Federal

FRANQUEADO

CONVÊNIO ECT/SRF 8303

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL



WILSON AMBROSIO

R IZAIAS, 104 - CANAANZINHO

IPATINGA - MG
35164-173

RR 1 3 1 5 3 9 4 8 1 BR



SEQ. 0004823E

N.DISTR. 060/000580060

CONFERE COM O ORIGINAL
Andre Luiz Nogueira
MAT: 0738 853-9



A Sua Senhoria o Senhor

Dr. Augustino Pedro Veit
DD. Presidente da Comissão Especial Lei 9.140/95
C/A Simone Steigleder Botelho

Esplanada dos Ministérios
Bloco "T" – Anexo II – Sala 503
CEP. 70.064-900 – Brasília/DF

Arq-248.0.158/159

115
CP

Arto 24.8.0.159/159

Remetente: Jair Kriskhe
Rua Gen. Andrade Neves, nº159 – Conj. 53
Centro
CEP. 90.010-210 – Porto Alegre/RS